

**MANUEL CAUOIONGO FERREIRA DOMINGOS**

**Gestão Pública para o Desenvolvimento Local Endógeno -  
Região do Huambo - Angola**

**Orientador: Professor Doutor António Augusto Costa**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Escola das Ciências Económicas e das Organizações**

**Lisboa**

**2016**

**MANUEL CAUOIONGO FERREIRA DOMINGOS**

**Gestão Pública para o Desenvolvimento Local Endógeno -  
Região do Huambo - Angola**

Dissertação defendida em prova pública na  
Universidade Lusófona de Humanidades e  
Tecnologias, no dia 16 de Setembro de 2016, perante  
o júri, nomeado por despacho nº 306/2016 de 29 de  
Agosto, com a seguinte composição:

Presidente: Professora Doutora Ana Brasão

Arguente: Professora Doutora Felipa Reis

Orientador: Professor Doutor António Costa

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Escola das Ciências Económicas e das Organizações**

**Lisboa**

**2016**

***“ANIMUS AD NOVUM ERUMPIT  
NON REVERTETUR AD PRIOREM  
MAGNITUDINEM.”***

***“A MENTE QUE SE ABRE A UMA  
NOVA IDEIA JAMAIS VOLTARÁ AO  
SEU TAMANHO ORIGINAL.”***  
***(ALBERT EINSTEIN)***

***“POSSIDE SAPIETAN,  
QUIA AURO MELIOR EST.”***

***“OBTER A SABEDORIA,  
É MELHOR DO QUE O OURO.”***

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Dador da vida, a minha querida esposa e filhos, que muito reclamaram a minha ausência nos momentos em que as aulas mais me absorveram o tempo, àqueles momentos em que, mais necessária se fazia a minha presença.

Àquele que, mesmo sem poder ver, sentir ou dizer o que devia ou não fazer, (meu pai), a minha mãe e demais familiares uma particular gratidão.

A todos aqueles, que de forma direta ou indireta estiveram presentes para que este trabalho fosse possível, particularizando o meu agradecimento a Dra. Marta Vieira.

Expresso, sinceros agradecimentos ao meu orientador Professor Doutor António Augusto Costa pela paciência e dedicação e a forma como pode dar o seu contributo, o grande contributo para que este trabalho se tornasse realidade.

## RESUMO

O conhecimento da problemática da gestão pública para o desenvolvimento local é importante e torna-se uma área de investigação de grande relevância, porquanto, a sua aplicação prática se torna imperativa para o desenvolvimento das regiões de Angola em particular, assim como para todo o território de Angola, no momento em que atravessa uma forte crise económica.

Sendo os setores da agropecuária e do turismo àqueles que de *per si* podem muito rapidamente proporcionar uma melhoria nas condições de vida dos cidadãos, pretende-se entender como as instituições e os atores locais do desenvolvimento se agregam e flexibilizam contribuindo para o desenvolvimento local.

Este trabalho assenta numa pesquisa qualitativa e quantitativa e tem como objetivos avaliar as políticas públicas implementadas para a gestão local, e conjugar articulando os atores do desenvolvimento da Região do Huambo, determinar o nível de flexibilização entre os agentes locais privados, a administração local e o Programa Nacional de Desenvolvimento – PND (2013-2017), formular uma proposta de gestão local, sustentada no desenvolvimento humano para alcançar bons e melhores resultados no desenvolvimento local e a qualidade de vida das populações locais e determinar e descrever a forma como a agricultura pode influenciar e proporcionar transformações no setor do turismo na região do Huambo e o que a agricultura pode dar para o crescimento e desenvolvimento económico e também, em particular, para a diversificação da economia da província do Huambo.

Conclui-se que, para além da necessidade de diversificar a economia, há a necessidade de se libertar o cidadão à sua criatividade e dando-lhe a possibilidade de participar na gestão da coisa pública e nas tomadas de decisão para a melhoria do bem-estar da população.

**Palavras-chave:** Gestão Pública, Desenvolvimento local endógeno, Região do Huambo.

## ABSTRACT

Knowledge of public management issues for local development is important and it becomes a very important research area because, its practical application becomes imperative for the development of the regions in particular, and for the whole territory of Angola at the time it passes through a strong economic crisis.

Being the sectors of agriculture and tourism to those that in itself can very quickly provide an improvement in the living conditions of citizens, we intend to understand how the institutions and local development actors aggregate and flexibilize contributing to local development.

This work is based on a qualitative and quantitative research and aims to evaluate the public policies implemented for local management, and combine articulating the actors in the development of the Huambo region, determine the flexibility level between private local actors, the local government and the National development Plan - NDP (2013-2017), to formulate a proposal for local management, sustainable human development to achieve good and better results in local development and the local population quality of life and determine and describe how agriculture can influence and provide transformations in the tourism sector in Huambo region and that agriculture can make to economic growth and development and also in particular to the diversification of the economy of the central Huambo

We conclude that, in addition to the need to diversify the economy, there is a need to free citizens to their creativity and giving you the opportunity to participate in the management of public affairs and decision-making to improve the well-being of the population.

**Keywords:** Public Management, endogenous local development, Huambo region.

## **Índice das Abreviaturas**

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

CEPAL – Comissão Económica para América Latina

DIESA – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais Internacionais do Secretariado das Nações Unidas

DPCHT – Direção Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo

IDH-E - Índice de Desenvolvimento Humano - Escolar

IDH-L – Índice de Desenvolvimento Humano - Longevidade

IDH-R - Índice de Desenvolvimento Humano - Rendimento

ILPES – Instituto Latino-americano de Planificação Económica e Social

INE – Instituto Nacional de Estatística

OCDE (OECD) – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

PDP – Plano Provincial de Desenvolvimento

PFC – Programa Facilitador de Crédito

PIB - Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNB – Produto Nacional Bruto

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD (UNDP) – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRB – Programa de Redução da Burocracia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## ÍNDICE GERAL

|                                                                                                                   | Pág.      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>AGRADECIMENTOS</b>                                                                                             | <b>3</b>  |
| <b>RESUMO</b>                                                                                                     | <b>4</b>  |
| <b>ABSTRACT</b>                                                                                                   | <b>5</b>  |
| <b>ÍNDICE DAS ABREVIATURAS</b>                                                                                    | <b>6</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                 | <b>11</b> |
| – Razões do problema                                                                                              | 14        |
| – Justificação relevante do trabalho                                                                              | 17        |
| – Objetivo geral                                                                                                  | 18        |
| – Objetivo específico                                                                                             | 19        |
| – Questões                                                                                                        | 19        |
| – Metodologia                                                                                                     | 19        |
| – Estrutura do trabalho                                                                                           | 20        |
| <b>CAPÍTULO I – GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>                                                   |           |
| 1. Fundamentos Teóricos e Conceitos                                                                               | 21        |
| 1.1. O que é a gestão pública?                                                                                    | 21        |
| 1.1.1. O que é o desenvolvimento local?                                                                           | 22        |
| 1.1.2. Características locais e recursos de desenvolvimento local.                                                | 27        |
| 1.1.2.1. Recursos para o desenvolvimento local.                                                                   | 28        |
| 1.1.3. Abordagem de desenvolvimento local a partir da diversificação económica e de boas práticas internacionais. | 31        |
| 1.1.4. Aspetos teóricos do desenvolvimento local endógeno.                                                        | 36        |
| 1.1.4.1. Características                                                                                          | 47        |
| 1.1.5. Desenvolvimento Económico.                                                                                 | 50        |
| 1.1.6. Economia de aglomerados (clusters).                                                                        | 51        |
| 1.2. Políticas públicas.                                                                                          | 53        |
| 1.3. Descentralização político-administrativa para promoção do desenvolvimento territorial inclusivo.             | 54        |
| <b>CAPÍTULO II – ATIVIDADE ECONÓMICA DA REGIÃO DO HUAMBO</b>                                                      |           |
| 2. Desenvolvimento Económico do território de Angola                                                              | 58        |

|                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.1. Os Primórdios do Processo de Industrialização de Angola            | 59  |
| 2.2. A Região do Huambo.                                                | 63  |
| 2.3. Geografia e demografia.                                            | 63  |
| 2.3.1. Elementos Identificadores da Cultura Económica do Huambo         | 66  |
| 2.3.2. Atividades Produtivas da Região do Huambo                        | 68  |
| 2.4. Agricultura: Sistemas de Cultivo e Variedades Produtivas da Região | 69  |
| 2.5. O Turismo                                                          | 70  |
| 2.5.1. O Turismo como Fator de Desenvolvimento da Economia              | 71  |
| 2.5.2. A Multifuncionalidade da Agricultura e o Turismo Local           | 75  |
| 2.5.3. A Agricultura Sustentável e o Ambiente Turístico da Região       | 77  |
| 2.5.4. O número de Visitantes Turistas no Huambo em 2015 e 2016         | 78  |
| <b>CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO</b>                       |     |
| 3. Aspetos Metodológicos do Trabalho Empírico                           | 82  |
| 3.1. Metodologia                                                        | 82  |
| 3.2. Análises e Variáveis da Pesquisa                                   | 84  |
| 3.2. Determinação do Tamanho da Amostra                                 | 85  |
| 3.3. Área de Estudo                                                     | 86  |
| <b>CAPÍTULO IV – RESULTADO DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA</b>                 |     |
| 4.1. Análise dos Resultados                                             | 87  |
| 4.1.2. Análise da Perceção da Comunidade Local                          | 87  |
| 4.2. Avaliação do Projetos                                              | 94  |
| 4.3. Discussão dos Resultados e Proposta                                | 99  |
| <b>CONCLUSÃO</b>                                                        | 104 |
| <b>DESENVOLVIMENTOS FUTUROS</b>                                         | 106 |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b>                                                     | 107 |
| <b>ANEXOS</b>                                                           | I   |
| <b>APÊNDICES</b>                                                        | IV  |

## **Índice das Figuras**

|                                                          |    |
|----------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Ações para melhorar as respostas aos Serviços | 39 |
|----------------------------------------------------------|----|

## **Índice dos Gráficos**

|                                                                                     |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 - Repartição da População do Huambo em 2004                               | 64 |
| Gráfico 2 - Repartição da População do Huambo em 2014                               | 66 |
| Gráfico 3 - Número de Turistas por Nacionalidade                                    | 79 |
| Gráfico 4 - Estabelecimentos Hoteleiros na região do Huambo                         | 80 |
| Gráfico 5 – Local de Residência                                                     | 87 |
| Gráfico 6 – Naturalidade                                                            | 89 |
| Gráfico 7 – Condição de Uso das Residência                                          | 90 |
| Gráfico 8 – Sexo – Género da População                                              | 91 |
| Gráfico 9 – Nível de Escolaridade                                                   | 91 |
| Gráfico 10 – Ocupação atual (Emprego)                                               | 92 |
| Gráfico 11 – Setor de Trabalho                                                      | 92 |
| Gráfico 12 – Influência da Agricultura para Outras Atividades                       | 93 |
| Gráfico 13 – Avaliação da Economia Local                                            | 93 |
| Gráfico 14 – Áreas com Necessidades de Investimentos Prioritários                   | 94 |
| Gráfico 15 – Nível de Execução dos Projetos de Desenvolvimento Agropecuário e Rural | 96 |
| Gráfico 16 – Nível de Execução dos Projetos de Desenvolvimento Turístico- Cultural  | 98 |

## **Índice dos Mapas**

|                                                 |    |
|-------------------------------------------------|----|
| Mapa 1 – Principais Produções                   | 60 |
| Mapa 2 – Caminhos-de-ferro e Principais Cidades | 61 |

## Índice dos Quadros

|                                                                                                  |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 - Evolução das teorias de desenvolvimento regional                                      | 24 |
| Quadro 2 - Mudanças na política de desenvolvimento regional e local                              | 40 |
| Quadro 3 - Principais características de desenvolvimento endógeno                                | 41 |
| Quadro 4 - Evolução da produção bruta das indústrias transformadoras em Angola entre 1962 e 1972 | 62 |
| Quadro 5 - Evolução da produção bruta das indústrias transformadoras em Angola entre 2000 e 2005 | 63 |
| Quadro 6 - Repartição da população do Huambo em 2004                                             | 64 |
| Quadro 7 - População residente no Huambo entre 1970 e 2004                                       | 65 |
| Quadro 8 - Repartição da população do Huambo em 2014                                             | 65 |
| Quadro 9 - Produção agrícola na região do Huambo entre 2009 e 2011                               | 69 |
| Quadro 10 - Produção animal na região do Huambo no período de 2009 a 2011                        | 69 |
| Quadro 11 - O turismo nos países em desenvolvimento                                              | 70 |
| Quadro 12 - Impacto do turismo                                                                   | 74 |
| Quadro 13 – Impactos do Turismo nas áreas de implantação                                         | 75 |
| Quadro 14 - Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros no Huambo                                   | 79 |
| Quadro 15 – Número de Visitantes                                                                 | 79 |
| Quadro 16 - Percentagem de Hóspedes estrangeiros                                                 | 79 |
| Quadro 17 – Número de camas nos alojamentos da região do Huambo                                  | 80 |
| Quadro 18 - Naturalidade dos inquiridos                                                          | 88 |
| Quadro 19 –Tempo de residência na região do Huambo                                               | 89 |
| Quadro 20 - Programa 1 - Desenvolvimento Agropecuário e Rural                                    | 95 |
| Quadro 21 - Programa 2 - Desenvolvimento Turístico-cultural                                      | 97 |

## INTRODUÇÃO

A heterogeneidade e complexidade do mundo, as características específicas do meio ambiente, os atores sociais e mobilidade na execução dos projetos, assim como a existência e o acesso aos recursos estratégicos necessários ao desenvolvimento local endógeno, são também contextualizadas na gestão pública.

Neste contexto a Região do Huambo é local propício para o estudo que pretendemos efetuar, por possuir particularidades e potencialidades atrativas de crescimento, porém subaproveitadas ou inexistentes.

Tal como especifica (Vàsquez, 1988), *“desenvolvimento local é o processo de mudança e crescimento económico, sociocultural, político-administrativo que proporciona uma melhor qualidade de vida as populações”, “É o espaço no qual se concretizam as diversas iniciativas da sociedade organizada.”* (Vàsquez, 2000).

Neste sentido, o desenvolvimento económico local aparece como uma nova forma de análise, onde se incluem as instituições empresariais locais, com capacidades inovadoras e de aproveitamento das potenciais capacidades de desenvolvimento da região, que por outro lado seria mais do que um simples processo de crescimento da produção ou do rendimento per-capita.

Para se entender melhor o conceito de desenvolvimento local, necessário será definir as bases que o sustentam:

Segundo Vàsquez: *“As medidas a adotar, de acordo com a nova conceção de desenvolvimento que valoriza o local, tem como principal ponto de referência no território, o potencial endógeno, o meio que rodeia os problemas e a quem necessita, a mobilização, a cooperação e a solidariedade. O desenvolvimento endógeno converte-se deste modo, num dos fatores que definem o desenvolvimento local. Por um lado, os empreendedores locais utilizam para a produção as potencialidades locais para conseguir que os seus produtos se tornem competitivos, e por outro lado, as instituições e os valores socioculturais locais se convertem na base dos processos de desenvolvimento”* (Vasquez Barquero, 2005, pág. 41).

Neste contexto, o Banco Mundial (2010) considera o desenvolvimento local como sendo *“o trabalho conjunto que é desempenhado por uma comunidade, com o objetivo de alcançar um crescimento económico sustentável, que permita benefícios económicos e melhorias na qualidade de vida das populações que vivem nessa comunidade.”*

Para o Banco Mundial, a comunidade é vista como uma cidade, um povo, uma nação, em cujo desenvolvimento económico local intervêm os interesses dos governos locais, as empresas, as instituições de ensino superior com a finalidade de se conseguir melhorias económicas locais.

Se bem que alguns especialistas em desenvolvimento local digam que não existe uma definição comum e aceitável sobre o que é realmente o desenvolvimento local, podemos dizer que ele consiste num processo que pressupõe a formação de novas e fortes instituições, o desenvolvimento de alternativas industriais, o desenvolvimento e formação da mão-de-obra, para melhorar a qualidade do produto a oferecer no mercado, de acordo com o que cada território possa prever e prover de acordo as suas necessidades internas.

*“As políticas e as estratégias definidas a escala local têm dado mostras de uma maior capacidade para perceber os problemas, assim como de uma maior flexibilidade para responder – localmente – aos desafios e tendências da economia global, tais como o desemprego e a reestruturação dos sistemas produtivos”* (Nolan, 2003).

Partindo da perspetiva de Nolan, pode-se afirmar que, as variáveis sobre a qual se fundamenta o potencial para o desenvolvimento económico local (em particular aquelas em que os governos locais mais interferem), classificam-se em quatro grupos, a saber:

1. A variável externa aos governos locais, onde a presença ou ausência de cultura e o empreendedorismo, (elementos que não se criam de um momento para o outro), não são responsabilidade exclusiva dos governos, (mas sim dos modelos de educação e ensino que alavancam esses governos).
2. As infraestruturas, nas quais os governos locais devem desempenhar um papel importante, por ser uma função bem definida do seu fórum, que por vezes se transforma no obstáculo ao desenvolvimento económico local. De acordo com as experiências de alguns governos africanos, latino americanos e asiáticos, a infraestrutura é uma área onde se regista maiores problemas quanto a projetos, por

vezes incompletos ou mesmo sem nexos, inconsistentes, com insuficiente financiamento, com estatísticas sobre a procura sem base de sustentação, etc., traduzindo-se tudo isso em parcos investimentos, tornando-se impeditivos ao desenvolvimento económico local.

3. Considerando como terceiro grupo, o que se configura por um conjunto de variáveis que incidem no desenvolvimento económico local, tais como: o ambiente dos negócios, a coesão social, planificação de programas e estratégias, disponibilidade e formação dos recursos humanos locais; variáveis que são claramente da esfera da responsabilidade dos governos locais.

É neste sentido que importa salientar alguns aspetos defendidos por Vázquez Barquero, quando diz:

*“O desenvolvimento local deve ser entendido como um processo de crescimento económico e mudança estrutural que conduz a uma melhoria no nível de vida da população local, de onde se podem identificar três dimensões: sendo a primeira a economia, na qual os empresários locais empregam as suas competências e capacidades para organizar os fatores de produção locais com níveis de rentabilidade suficiente para serem competitivos nos mercados; a segunda é sociocultural, onde os valores e as instituições servem de base ao processo de desenvolvimento; e finalmente uma dimensão político-administrativa, onde as políticas territoriais permitem criar um retorno económico favorável, protegê-lo de interferências externas e impulsionar o desenvolvimento local”* (Vázquez Barquero, 1993, p. 178).

Estes três grupos que se podem considerar como bases para a implementação das estratégias de desenvolvimento económico local, servem, uma vez realizado o estudo das necessidades de cada território em função dos sectores mais dinâmicos da economia local, das interligações existentes entre a economia local e o exterior, tal como o do potencial de crescimento existente, como base de identificação aos objetivos que se deverão incluir nas estratégias a definir *a posteriori*.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto conceptual de que as possibilidades do desenvolvimento económico local têm a sua génese a partir da procura e aproveitamento das vantagens competitivas locais, a partir dos recursos endógenos que os territórios locais

possuem, a partir da procura e aproveitamento de suas vantagens competitivas e da definição da referência que condiciona o retorno externo e possibilita propor estratégias e objetivos que promovam o desenvolvimento económico local, especificamente no espaço geográfico, político e administrativo regional do território em estudo.

### **Razões do problema**

Das diferentes investigações relacionadas com o desempenho dos modelos de gestão dos recursos para o desenvolvimento económico local, postos em prática no todo do território de Angola nos últimos 40 anos, podemos dizer que, no que toca a matéria de gestão dos recursos económicos do Huambo, assim como das demais regiões de Angola, enfrentam problemas de tipo estrutural, tal como o ambiente de relativa estagnação, adicionada a crise económica que se regista devido a baixa abrupta do preço do petróleo resultante da situação geopolítica-internacional e da incompetência da maior parte dos atores sociais e económicos do território. Tudo isto se reflete na problemática conjuntural que o país enfrenta, assim como os fatores que caracterizam a estrutura económica do país, destacando-se:

**a) A pouca articulação entre os sectores e os sistemas produtivos locais.**

As regiões de Angola, em particular o Huambo, nos últimos 37 anos viveram sempre dos suprimentos do Estado em todo o sector económico, pois a economia dependia e depende única e simplesmente da exploração e exportação do petróleo, não se tendo reorientado a economia para outros sectores como o primário em particular (agricultura). Para economia da região e do território angolano, pouco têm contribuído os sectores agropecuário e turismo. O sector que teve uma pequena contribuição para o PIB foi o dos serviços, particularmente o estatal e alguns pequenos comércios de entidades estrangeiras, tendo os nacionais pouca expressão, o que se reflete na economia da região, tornando-se mais dependente de planificação orçamental do poder central para satisfação dos investimentos aos projetos programados.

Aspetos importantes que se devem ter em conta, são os sectores da agropecuária, comércio e turismo, tal que a sua importância se reveste de capital relevância e que clama por uma política pública para o seu desenvolvimento e que apresentará uma relativa independência quanto ao resto da economia.

As inter-relações das estruturas produtivas devem ser impulsionadas com maior vigor, para que se possa ter uma visão e reação de longo prazo e não de curto prazo como tem sido constante verificar-se. Com isso, poder-se-á crer que é necessária uma aproximação das estratégias de desenvolvimento, objetivando uma orientação para flexibilização dos sistemas produtivos locais com a perspectiva de longo prazo.

Uma breve análise a estrutura económica do Estado no período de 2005 a 2015 permite-nos observar o crescimento do sector petrolífero e da extração mineira no contexto da economia do país, segundo o relatório do FMI nº 14/274P de setembro de 2014, e como os sectores de serviços, agrícola e pecuária participam com uma percentagem ínfima no PIB do país, (sendo o período de 2009 – 2012) o de relativo crescimento no sector agrícola com taxas oscilantes entre 5.4% e 6.4%. O sector de serviços teve um crescimento de 6,8% em 2013 e uma diminuição para 3,9% em 2014. Perspetivou-se, segundo o Relatório do FMI, um crescimento da produção no setor agrícola de 11,5% em 2014, fruto dos programados investimentos públicos no setor (com pouco resultado).

Observa-se, atualmente, uma marcada concentração de comércio, atividades económicas que abarcam no seu seio pouca mão-de-obra local. Não existe, neste mesmo, setores de atividades que possam alavancar a economia, que pela sua localização e condição planáltica lhe é peculiar, (da região pela sua característica geoeconómica própria). Estas deveriam transformar-se em impulsos produtivos de forma natural. Acrescenta-se ainda a pouca ou quase nenhuma indústria visível que possa acrescentar valor a economia e aos produtos primários articulando-se aos demais sectores de serviço, em especial, a aqueles que derivam da existência do sector de turismo e atividades conexas (agroturismo, turismo de natureza, e outros).

Observa-se na região uma grande escassez e incipiente coordenação entre os setores público e privado, entre o governo e a sociedade civil, assim como uma gestão político-administrativa insuficiente das administrações locais, também por dependerem única e exclusivamente do poder central de governação, e do próprio estado que se tornou apenas o cobrador de impostos direto e indireto gerados pelos pequenos comerciantes formais e aos trabalhadores, e fazedor de serviços que deveriam ser da competência do sector privado.

É importante acrescentar que, no PND - Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 se observa como prioridade a integração do plano estratégico e de projetos orientados a reconversão económica e produtiva do estado, com os quais se procuram reverter os desequilíbrios regionais e consolidar o mercado interno e erradicar a pobreza. Também,

se pode observar no mesmo documento, uma estratégia prioritária, que é a de incorporar uma maior capacidade produtiva com as potencialidades e vocações de cada região estruturadas em *clusters* prioritários.

**Clusters:**

- De energia e água;
- Da agricultura, pescas, alimentação e agroindústria;
- Da habitação (construção);
- Dos transportes e logística;
- Da atividade extrativa;
- Do petróleo e gás natural;
- Do turismo, lazer e outros serviços. (1)

**b) A dependência do petróleo como “Sector Chave”**

Um elemento considerado como fato importante neste estudo é que desde o nascimento de Angola como nação sempre que se pensasse na terciarização da economia, o sector petrolífero surgia com maior preponderância tornando refém e dependente de si todos os outros sectores, por isso considerado sector chave e motor de crescimento económico do país por toda a administração política. Se, pois, o petróleo proporcionou a externalidade da economia, esta não foi bem aproveitada para a polarização da economia interna.

**c) A polarização do sistema económico.**

Como nos referimos na alínea anterior, a economia estatal caracterizou-se, pela sua dependência as atividades petrolíferas em geral e em alguns serviços em particular, não se tendo notado uma descentralização do sistema económico, que seria neste contexto a concentração da dinâmica económica do país; esta particularidade é-nos referida ou demonstrada pelos indicadores macroeconómicos e a estrutura económico-produtiva do território, situação que levou a concentração da população, serviços, e empresas nas grandes cidades do litoral como Luanda e Lobito, tendo essas duas cidades se convertido nos últimos 15 anos na maior concentração da estrutura económica, social e espacial do estado, facilitando assim, entre outros aspetos:

---

(1) (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial de Angola – dezembro 2012).

- Um importante fluxo de imigração, principalmente desde o interior do país;
- Consideráveis investimentos em infraestruturas de serviços, transportes e urbanização;
- Importante crescimento dos serviços hoteleiros e serviços conexos e implantação de grandes empresas estrangeiras.

O desenvolvimento da região do Huambo deve focalizar-se em dois sectores chave: a agropecuária e o turismo, girando esta política em torno da captação de investimentos (flexibilizando as políticas comerciais e jurídicas), tendo em conta a distribuição integral e equitativa destes investimentos, para melhor articulação dos agentes económicos locais e serem alvos de uma planificação de longo prazo. Na verdade, a nível da estrutura estatal a implementação de estratégias focalizadas no desenvolvimento local, tem sido muito limitada, e os poucos agentes locais beneficiários da distribuição dos parques investimentos, não os têm aproveitado para o desenvolvimento local, senão para benefício próprio.

### **Justificação relevante**

Mesmo quando se reconhece a importância dos setores turístico e agropecuário e a falta deles na economia da região e nacional, estes setores não têm sido alvo de implementação massiva, também devido a fortes entraves na entrada dos agentes especialmente estrangeiros, porquanto os nacionais não têm uma visão ampla do real valor destes setores.

Importa salientar que no que toca ao desenvolvimento económico, a região do Huambo caracteriza-se pela sua dependência no que respeita aos modelos de crescimento, os quais se aplicaram sempre sob visão tradicional e desenhado de forma exógena e centralizada, respondendo mais as políticas do poder central, que a incorporação das capacidades e das potencialidades endógenas no seu desenvolvimento.

É conveniente referir também, que as estratégias implementadas em todo o território nacional têm sido mais do tipo reativo, para responder aos problemas específicos das situações do momento porque não são incorporadas planificações numa perspetiva e numa visão de longo prazo.

Pois se o atual Plano de Desenvolvimento Nacional 2013-2017, identifica várias prioridades em particular a integração de planos estratégicos e projetos orientados à reconversão económica e produtiva, integrando como estratégia de elevada prioridade a

*“Promoção da competitividade e o desenvolvimento sustentável dos vários sectores da atividade económica em linha com as políticas e*

*prioridades para o desenvolvimento territorial; e assegurar a coordenação entre os investimentos públicos e privados, de forma a criar as condições necessárias para o desenvolvimento de agrupamentos industriais (clusters) e redes empresariais, aumentando o valor acrescentado e potenciando a criação de externalidades positivas para a economia” (PDN 2013-2017, pág. 63).*

É bem verdade que o PND não tem grande visibilidade na sua implementação nas localidades (regiões), zonas rurais.

Este projeto de investigação resulta da não aplicação de projetos programados e de maior visibilidade, nas localidades da região do Huambo, selecionada para estudo de caso.

Pois, importa formular planos concretos e modelos de desenvolvimento económico alternativos, com políticas e programas orientados para uma perspetiva de redistribuição equitativa do rendimento e com carácter assistencial, porém com a identificação clara dos recursos e potencialidades existentes em cada sistema produtivo local.

### **Objetivo Geral**

- Avaliar as políticas públicas implementadas para a gestão, e conjugar articulando os atores do desenvolvimento da Região do Huambo.

### **Objetivo Específico**

1. Determinação do nível de flexibilização entre os agentes locais privados, a administração local e o Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017).
2. Formulação de uma proposta de gestão local, sustentada no desenvolvimento humano para alcançar bons e melhores resultados no desenvolvimento local e a qualidade de vida das populações locais.
3. Determinar e descrever a forma como o turismo pode influenciar e proporcionar transformações no sector agropecuário na região do Huambo.

### **Questões.**

- a) Como será possível conseguir sistemas produtivos locais mais flexíveis, que possam contribuir para um desenvolvimento equilibrado e uma economia local diversificada, a partir das potencialidades produtivas, e da agregação dos atores de desenvolvimento local?
- b) Entre os sectores e sistemas produtivos locais, que atividades proporcionam o desenvolvimento mais rápido e potenciam uma polarização do sistema económico? O turismo agregado a agropecuária ou os serviços em geral?
- c) A associação entre os atores do desenvolvimento da economia local poderá facilitar e fortalecer os níveis de cooperação interempresarial e institucional e favorecerá um melhor aproveitamento das potencialidades produtivas da economia local?

### **Metodologia**

Para este trabalho serão aleatoriamente selecionados membros das comunidades urbanas, rurais e empresários de empresas turísticas dos municípios que compõem a região do Huambo, que serão inquiridos, num universo de 1015 membros ou mais.

Quanto ao tipo de amostragem foi utilizada a amostragem aleatória simples. E para fazer o tratamento e a validação dos dados foi utilizado método de estatística descritiva.

O trabalho em referência baseou-se nos dados dos relatórios do Ministério e da Direção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Huambo, Direção Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo do Huambo, órgãos afetos ao Governo Central e um inquérito as populações dos municípios da Região. Esta pesquisa de informação serviu de ponto de partida para o aquilatar de conhecimento do modo como se articulam os atores do desenvolvimento local (Público e Privado) nos onze Municípios que constituem a Região do Huambo

Os dados serão analisados pelos métodos qualitativo e quantitativo. A análise quantitativa será feita através da estatística descritiva e a análise qualitativa é feita com base nos métodos seguintes:

- Entrevistas não estruturadas;
- Análises documentais;
- Os tipos de dados são relatos verbais e registos escritos.

## **Estrutura do trabalho**

Diversificando a economia, partindo da organização do tecido empresarial e da flexibilização dos atores do desenvolvimento endógeno, será possível desenvolver através de potenciais alterações no modelo económico da região do Huambo, que contribua para um desenvolvimento local mais equilibrado e integral.

Com base no objetivo e nas questões, que nos levam a um estudo, apresentando resultados *à posteriori*, é estruturado o trabalho em 4 capítulos. O primeiro está orientado para a análise dos fundamentos teóricos que suportam as teorias da Gestão Pública para o desenvolvimento local, onde se descreve os princípios fundamentais que levam ao pensamento teórico, as características e recursos necessários para se impulsionar o desenvolvimento económico no âmbito geral e local da região, tal como os elementos fundamentais de apoio aos principais atores que intervêm no bom desempenho da economia local.

O segundo capítulo descreve o contexto sociodemográfico da região em estudo, abordando e analisando os principais antecedentes, indicadores e tendências que incidiram e incidem no desenvolvimento e a estrutura da atividade económica da região, no que concerne a agropecuária e o turismo.

No terceiro capítulo se descreve a metodologia aplicada ao trabalho, partindo da matriz de semelhança do projeto, explicando-se posteriormente os desenhos e critérios da aplicação das questões.

No quarto capítulo faz-se a análise dos resultados obtidos no decurso do estudo, apresentando-se propostas que proporcionem um desenvolvimento económico equilibrado tendo em conta os principais eixos: organização e diversificação dos sistemas produtivos locais agroturísticos, a articulação dos atores de desenvolvimento local e as particularidades do mercado local.

Finalmente, apresentamos uma resumida conclusão, deixando em aberto a continuação deste por outros investigadores, porquanto este não é, de todo, o fim, mas o início para outros.

# CAPÍTULO I - GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL

## 1. Fundamentos teóricos e conceitos de gestão pública e de desenvolvimento local

### 1.1. O que é a gestão pública?

Os princípios teóricos compreendem, acima de tudo, a análise dos pressupostos teóricos – investigação - acerca do desenvolvimento económico local, que entendem a gestão pública como um processo sistémico, flexível e integral na procura de resultados, capazes de satisfazer as necessidades e as expectativas dos cidadãos.

Deve ser fomentadora de uma cultura de resultados no setor público, cada vez menos centralizado, a partir da qual os indicadores económicos possam ser ferramenta importante para a mensuração do desempenho das instituições.

A gestão pública tem em conta a participação das pessoas, a segurança, a sustentabilidade, as garantias dos direitos humanos e outros reconhecidos pelas pessoas, como necessários para se ser criativo, produtivo e viver em paz.

*“O desenvolvimento humano como o desfrutar de uma vida prolongada e saudável, o acesso ao conhecimento, a liberdade (política, económica e social), que permitam o exercício da cidadania, com diferentes estilos de vida”.* (PNUD, 1990)

É através da Gestão Pública que os Governos dos Estados executam as políticas traçadas para o efeito (governar). Importa, por isso, compreender o processo de formulação, implementação e avaliação da gestão. Segundo Santos, *“a evolução da gestão pública acompanha as transformações do papel do Estado e as mudanças de objetivos dos governos.”* (Santos, 2006, pág. 1). O autor destaca que, por intermédio da Gestão Pública através dos Governos Locais, os Estados conseguem fazer o que se resume apenas no objetivo único, que é o da satisfação e o bem comum da comunidade (local).

Neste contexto, importa que as iniciativas para o desenvolvimento não tenham apenas a participação do governo, mas também a participação da sociedade civil – desde comunidades organizadas pelas Igrejas, passando por empresários constituídos em associações, tendo como pressuposto a necessidade de definir e organizar parcelas da sociedade interessadas em atuar em determinados setores e ou disputar parcelas da renda socialmente gerada. Segundo Singer,

*“existe um espaço para experimentação e emergência de novas formas de articulações entre vários atores sociais e o âmbito local privilegia iniciativas dessa natureza, que não reproduzem apenas formas de produção capitalista e também não estão centradas em empreendimentos controlados pelo Estado. São, em geral, formas de organização socioeconômicas baseadas em ações coletivas de empreendimentos populares de gestão solidária”* (Singer, 2000, pág. 247-259)

### **1.1.1. O que é desenvolvimento local?**

Buarque (1999) faz referência ao desenvolvimento local, como sendo um processo consistente que deve fazer sobressair as oportunidades sociais, a competitividade da economia local, aumentando o rendimento das pessoas, tendo em atenção a conservação dos recursos naturais:

*“Desenvolvimento local é um processo endógeno em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases económicas e na organização social no nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.”* (Buarque, 1999, pág. 9)

O desenvolvimento local só é possível com a mobilização e participação dos atores sociais, porquanto as vantagens competitivas são criadas e construídas com o investimento, aproveitamento das potencialidades e diversidades de cada localidade.

Ainda segundo Àvila, o desenvolvimento local consiste:

*“No efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ – portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica –, no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos*

*alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou capacidades e potencialidades peculiares à localidade –, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.” (Ávila, 2000, p. 68).*

Um conceito que podemos retirar do todo, dos estudos de Porter, com relação ao conceito de cadeia produtiva é a noção de “saídas” da cadeia económica em determinada região, devido a falta de *inputs* necessários para o bom funcionamento das estruturas produtivas, sendo uma das causas, a distante localização dos fornecedores de bens e serviços em relação ao local, significando o acréscimo de custos para importação da matéria-prima necessária.

A evolução dos paradigmas subjacentes ao desenvolvimento regional e local pode sinteticamente ser expressa através do quadro extraído de Julião (2001) em “Tecnologias de Informação Geográfica e Ciência Regional”, onde o autor expõe as teorias dominantes, os objetivos e estratégias da forma de atuação para uma análise espacial dos paradigmas e teorias de desenvolvimento.

**Quadro 1 – Evolução das Teorias de Desenvolvimento Regional**

| Período | Teorias                                                                                                                          | Objetivos                                                                                                                                                       | Atuação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|         | <ul style="list-style-type: none"> <li>Teoria das fases do crescimento</li> <li>Teoria do crescimento equilibrado</li> </ul>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>Acelerar o processo de crescimento regional</li> <li>Prioridade ao sector industrial</li> </ul>                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar a dotação em infraestruturas físicas</li> <li>Atrair capitais e investimentos do exterior</li> <li>Planear o reforço das ligações intersectoriais</li> <li>Aumento da despesa em educação e especialização profissional</li> </ul>                                                                                                                 |
|         | <ul style="list-style-type: none"> <li>Teoria da base de exportação</li> <li>Multiplicador I-O</li> </ul>                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar a base de exportação local</li> <li>Aproveitar os efeitos de arraste</li> </ul>                                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivos e apoios às atividades exportadoras já existentes</li> <li>Atração de grandes empresas exteriores com capacidade exportadora</li> <li>Analisar e apoiar o aproveitamento dos efeitos positivos na construção e serviços locais</li> </ul>                                                                                                        |
|         | <ul style="list-style-type: none"> <li>Teorias neoclássicas do crescimento</li> <li>Teorias do comércio internacional</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Prioridade aos mecanismos de mercado</li> <li>Mobilidade inter-regional de fatores</li> </ul>                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivos/ausência de barreiras à mobilidade da mão-de-obra</li> <li>Incentivos ao capital para superar a falta de atração das regiões subdesenvolvidas</li> <li>Corrigir/equilibrar as imperfeições do mercado de trabalho</li> <li>Medidas de apoio às áreas menos favorecidas que sacrifiquem ao mínimo o mercado e a atribuição de recursos</li> </ul> |
|         | <ul style="list-style-type: none"> <li>Teorias neokeynesianas</li> <li>Teorias do crescimento cumulativo</li> </ul>              | <ul style="list-style-type: none"> <li>Correção do mercado</li> <li>Compensação das desvantagens das regiões pobres face às regiões industrializadas</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivos ao investimento em áreas mais atrasadas</li> <li>Investimentos empresariais do setor público</li> <li>Dotação de infraestruturas e serviços coletivos nas regiões pobres</li> </ul>                                                                                                                                                              |

|  |                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|--|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Transferência dos rendimentos para as famílias</li> <li>• Barreiras ao desenvolvimento e localização de empresas e serviços nas grandes áreas metropolitanas</li> </ul>                                                                                                    |
|  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Teoria dos polos de crescimento</li> </ul>                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Forçar os desequilíbrios em favor das áreas atrasadas</li> <li>• Criar focos de crescimento através de indústrias chave e/ou uma maior concentração industrial</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Localização de grandes complexos industriais em áreas atrasadas</li> <li>• Atuação seletiva de apoio a centros urbanos com potencial de desenvolvimento industrial</li> <li>• Apoio ao aproveitamento local dos efeitos de polarização</li> </ul>                          |
|  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento endógeno</li> </ul>                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproveitar e explorar o potencial próprio de crescimento</li> <li>• Descentralizar a política regional</li> <li>• Criar políticas locais</li> </ul>                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio a iniciativas empresariais locais</li> <li>• Incentivos à criação local de novas empresas</li> <li>• Incentivos reais à criação local de emprego</li> <li>• Formação profissional; aumento da despesa em educação</li> <li>• Difusão de novas tecnologias</li> </ul> |
|  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro/Periferia</li> </ul>                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Romper ou minorar o distanciamento real do centro</li> </ul>                                                                                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incrementar a acessibilidade aos mercados e à informação</li> </ul>                                                                                                                                                                                                        |
|  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Teorias sobre a difusão de inovação tecnológica</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinculação do desenvolvimento à mutação tecnológica</li> <li>• Eleição de prioridades tecnológicas</li> </ul>                                                             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à introdução e difusão de novas tecnologias</li> <li>• Subsídios à inovação e educação</li> <li>• Criação de ambiente favorável à inovação</li> <li>• Oferta de serviços tecnológicos</li> <li>• Desenvolvimento das infraestruturas de comunicação</li> </ul>       |
|  | Teoria sobre meios inovadores                                                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar os elementos favoráveis da inovação e formação de redes</li> </ul>                                                                                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio às sinergias internas</li> <li>• Impulso à cooperação e interação entre os diversos sectores</li> </ul>                                                                                                                                                              |

|  |  |  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|--|--|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |  |  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de redes de cooperação externas</li> <li>• Vincular os desenvolvimentos tecnológicos com as capacidades e potencialidades locais</li> <li>• Incentivos em forma de “pacote integrado”</li> <li>• Plena participação local nas iniciativas e programas de desenvolvimento</li> </ul> |
|--|--|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: JULIÃO (2001, pág. 34)

Outros autores como Rafael Barbosa e Beatriz Miotto (2006) enunciam o conceito de desenvolvimento como podendo ter ascendido de fontes diferentes, de acordo com a forma de análise e a forma de interagir territorialmente, sendo:

- a) **Desenvolvimento Territorial:** que é a aceitação mais ampla do desenvolvimento. No âmbito das três características possíveis de complexidade da territorialidade, encontramos: o território natural, o território interventivo e o território organizado. Apenas o terceiro tipo é passível de interferir no desenvolvimento, isto é o território organizado onde as atividades são mais complexas, tem uma comunidade que se reconhece nele, possui uma estrutura política, administrativa e institucional. Desta forma, podemos dizer que o território contém e não está contido. Vislumbramos apenas a parte organizada, quando olhamos para o paradigma do desenvolvimento.
- b) **Desenvolvimento Regional:** a complexidade deste tipo de desenvolvimento consiste na combinação das dimensões espacial, social e individual. O desenvolvimento de uma região é devido à transposição do território para sujeito coletivo, fortalecimento da sociedade civil, entendendo-se como comunidade, indivíduos e região.
- c) **Desenvolvimento Local:** temos a noção de local quando olhamos de cima para baixo. No caso de Angola, uma província pode ser vista como local se observada de uma perspectiva nacional, um Município é local se perspectivado a partir de uma província. Neste caso, ao invés de a localidade conter, passa a estar contido. Este conceito de desenvolvimento local suscita algumas dúvidas, porquanto a noção de desenvolvimento local passa por vezes pelo intuito de o ser, e não propriamente pela definição em si.

Existem algumas incongruências suscitadas pelo conceito, porque antes de ser conceito teórico, ele é prático, abarcando para tanto algumas matrizes provindas de distintas origens, como:

- a) **A lógica de regulação horizontal:** onde o território tem origem num sistema fechado, que encontra em si mesmo fontes para a produção dos seus produtos e para o seu desenvolvimento;
- b) **A resposta à crise macroeconómica e ao ajustamento:** que causa a reestruturação industrial e as deslocalizações da produção que é da esfera institucional, pois que o Estado procura debater-se com problemas macroeconómicos e com os ajustes estruturais e a localidade assume o seu próprio desenvolvimento.
- c) **O processo de globalização que tem na dialética global/local o seu estímulo:** pois o desenvolvimento local é uma componente do mercado, onde as capacidades locais procuram estruturar-se e mobilizar-se para esse mercado.
- d) **Desenvolvimento endógeno:** a ideia-chave deste paradigma é a convergência e a interação. É um processo onde o território – no sentido lato – é ativo na conceção de estratégias que influenciam a sua dinâmica económica, não é apenas um recetor passivo das vontades das grandes empresas. A interação entre os atores públicos e privados é fundamental para gerar sinergias necessárias para o processo de desenvolvimento. Juntando a esse processo, o papel fundamental dos atores locais e as formas de capital intangível tomam uma importância relevante. É um projeto coletivo de desenvolvimento, que se articula dentro de um território, surgindo daí a ideia “*Desenvolvimento Endógeno*”.

### 1.1.2. Características locais e recursos de desenvolvimento locais.

Partindo da revisão das contribuições teóricas de estudiosos de diferentes países e do exercício de síntese relacionados com o tema, é possível apresentar os principais elementos e abordagens que caracterizam o estudo de desenvolvimento local, considerando que (para além do conceito ou da definição do mesmo) importa identificar e analisar as várias abordagens que especialistas propõem como premissas de estudo e orientação dos principais aspetos a considerar nas características que incorporam como recursos base para a formulação e implementação de iniciativas e estratégias de desenvolvimento económico local, a abordar no capítulo II.

#### 1.1.2.1. Recursos para o desenvolvimento local.

Existem elementos importantes em qualquer processo de desenvolvimento local e que nem sempre são integrados corretamente, no sentido de se complementar no espaço e interagir com outros instrumentos existentes em áreas específicas. Isto é, no nível local identifica-se a existência de uma estrutura de produção específica, mercado de trabalho, a capacidade de negócio, recursos naturais, estrutura social e política, tradição e cultura, cuja base pode ser articulada ao crescimento económico local e, conseqüentemente a melhoria do nível de vida da comunidade. Porém, esses elementos nem sempre são utilizados em conjunto para o desenvolvimento da comunidade. Segundo Albuquerque:

*“O escopo (o alcance) dos recursos locais é muito amplo (físico, tecnológico, económico, financeiro, humano e cultural), todos importantes para o processo de desenvolvimento.”*

No entanto, de acordo com o autor:

*“a existência de recursos numa dada área não é suficiente para a existência de condições para o processo de desenvolvimento, uma vez que tais recursos devem ser adequadamente utilizados e com base numa estratégia de desenvolvimento económico local coerente, e planeado, sendo estes os principais critérios de sustentabilidade.”* (Albuquerque, 2004, pág. 157-173)

Os principais aspetos do potencial dos recursos para o desenvolvimento económico local são:

- A estrutura produtiva local.
- O mercado de trabalho na área.
- As capacidades empresariais e tecnológicas existentes.
- Os recursos naturais e ambientais.
- O sistema financeiro local.
- A estrutura social e política.
- O património histórico e da cultura local.
- Recursos económicos e financeiros.

Partindo desta perspetiva, é perceptível que *“todos os estados e territórios têm um conjunto de recursos, que constituem o seu verdadeiro potencial de desenvolvimento; potencial este que é necessariamente o de gerir e coordenar iniciativas de desenvolvimento local.”* (Vázquez, 2009, pág. 5-22).

## **I. Recursos físicos e infraestruturais**

*“A Europa rural tem a sorte de possuir um património natural e cultural extremamente rico e variado. A gama deste património é muito grande. Engloba a fauna e flora selvagens, as paisagens naturais ou modificadas pelo homem, as aldeias e montes que apresentam múltiplas especificidades históricas e arquitetónicas, sob a forma de edifícios, mas também de outras obras, como pontes, moinhos de vento ou muros de pedra solta, assim como todo um conjunto de elementos (lavadouros, calvários, etc.) agrupados no termo "pequeno património". Michael Dower, (Secretário-Geral d'ECOVAST - European Council for the Village and Small Town/Conselho Europeu para a Aldeia e a pequena Vila), rede europeia para a proteção do património, LEADER Magazine No.17 - Primavera, 1998).*

A situação geográfica, os recursos naturais disponíveis e sua acessibilidade são os fatores físicos que têm um grande impacto sobre as características e a economia de uma área determinada. No entanto, entre os recursos que determinam o potencial de crescimento e desenvolvimento de uma região, do armazenamento de infraestrutura, que é um elemento essencial da atividade socioeconómico regional em termos de rendimento, produtividade e emprego, juntamente com outras características físicas regionais, uma vez que estes elementos ajudam a criar áreas mais atraentes para o investimento interno e externo, para reduzir custos de transação, para aumentar a produtividade, melhorar a competitividade e acesso aos mercados, em suma, criar as condições adequadas para uma utilização mais eficaz do potencial endógeno da região.

## **II. O mercado de trabalho no local**

Importa neste ponto conhecer a base demográfica e as características do mercado de trabalho local, e valores socioculturais da localidade. Tal qual os pontos atrás enunciados, importa também, salientar que os recursos humanos locais como fator de desenvolvimento estão intrinsecamente ligados aos fatores da qualidade e do desenvolvimento das capacidades, tendo em conta a capacidade de investimento como um potencial de criatividade, que culmina na criação de novos postos de trabalho para as populações locais.

Ainda de acordo com Albuquerque: *“a formação dos recursos humanos é, em consequência, um recurso estratégico que deve integrar as características específicas de cada território, com o fim de projetar com coerência os respectivos conteúdos.”* (Albuquerque, 2002, pág. 175)

Neste sentido, a quantidade, a composição, a flexibilização, a qualidade, o nível de formação da mão-de-obra, acrescida aos níveis de atividade, a capacidade, a presença para a melhoria de determinada atitude empresarial, tudo isso, configura-se como uma importante variável nas estratégias para o desenvolvimento local.

### **III. As capacidades empresariais e tecnológicas existentes**

O conhecimento do tecido produtivo local permite a introdução e implementação de tecnologias inovadoras de produção, o que proporciona deste modo o aparecimento de novos produtos e serviços diferenciando-se dos já existentes no mercado local, possibilitando também as mudanças nos processos de produção, contribuindo para o aumento da produtividade e a competitividade empresarial.

A inovação dos processos de gestão possibilita melhorias na organização da produção e no processo de trabalho, assim como na qualificação dos recursos humanos e no acesso as redes de informação.

Entre todas as inovações possíveis de introdução, para melhoria do desenvolvimento económico, podemos incluir a descentralização das decisões sobre as inovações, a difusão de “boas práticas” de gestão, isto é, a desconcentração das inovações entre os agentes públicos e privados.

Albuquerque (2004) realça que, *“o desenvolvimento económico dos territórios está cada vez mais condicionado e mediatizado pela infraestrutura técnica existente, a velocidade da difusão tecnológica e o esforço inovador do conjunto do seu tecido socioeconómico. Como consequência, os processos de geração e difusão de novas tecnologias se constituem num dos principais dinamizadores do desenvolvimento, determinando também a forma de inserção das economias locais e nacionais no sistema económico mundial.”*

### **IV. Recursos socioculturais e formativos**

O local é também espaço de inserção de comunidades que atuam nesse território de acordo com as suas práticas, normas e valores que regem determinadas culturas. Deste modo, o fator económico e o sociocultural se interligam contribuindo para o êxito ou fracasso das iniciativas de desenvolvimento, podem também acelerar ou retardar as transformações económicas e a incorporação de novas tecnologias de produção. Importa perceber se a estrutura

organizativa político-administrativa do governo local tem capacidade para avaliar a procura, mensurar os efeitos da sua atividade sociocultural, de gerar novos recursos e de promover a participação dos cidadãos.

## **V. Recursos económicos e financeiros**

*“A criação e o desenvolvimento das empresas é uma condição necessária no processo de desenvolvimento, como as empresas transformam a poupança em investimentos através de projetos de negócios; para além disso, estimulando o desenvolvimento de redes e aglomerados (clusters) de empresas, estimula-se também a emergência de economias externas e encoraja-se a redução de custos de transação.”* (Vázques, 2009, pág. 12)

No entanto, o surgimento isolado de iniciativas empresariais não é suficiente, porquanto segundo Lira, *“por ele todas as políticas de apoio realizadas dentro do território devem ter como ponto de referência a diversificação de projetos, o tipo de empresas que se criam, ou implementam, a valorização dos recursos humanos locais e as empresas de economia social”* (Lira, 2003, pág. 45). Por isso a criação de emprego estável depende não só da criação de novas empresas e ou atividades empresariais e do desenvolvimento e modernização das existentes, senão também do ambiente propício a inovação, sendo necessária uma complementarização entre as políticas económicas, sociais, e culturais que se implementam na localidade.

### **1.1.3. Abordagem de desenvolvimento local a partir da dimensão económica e de boas práticas Internacionais.**

- **Antecedentes**

É a partir dos anos 90, que em vários países de África se começa a enfatizar uma abordagem de divisão territorial nas suas políticas de desenvolvimento produtivo e a promoção de pequenas empresas, que segundo vários especialistas, são mais eficazes do que as abordagens políticas centralizadas e tradicionais, assim como tem havido, ultimamente, uma convergência às políticas com vista no desenvolvimento local, com base na avaliação de recursos endógenos, promovendo a rede de negócios, impulsionando sistemas locais de produção, entre outros. Esses especialistas, (como Boisier, 2005), apontam também que a

Diversificação e o desenvolvimento produtivo pode ter mais vantagens, se organizado com uma perspetiva local e sendo orientado para territórios mais próximos da procura das empresas, tem, também, um impacto maior se esse desenvolvimento for promovido a partir dos sistemas de redes de empresas locais e não a partir de empresas de forma isolada.

A génese das iniciativas de desenvolvimento local na África não responde a uma única causa. Muitas dessas iniciativas surgiram como resposta a situações de crise económico local e a falta de políticas adequadas partindo do Estado Central para resolver essas situações; para além disso, têm enfrentado os problemas económicos de nível local, que resultam no aumento da procura das comunidades locais. No caso desta corrente de desenvolvimento local, dois tipos de fatores de fundo são reconhecidos e que impulsionam as iniciativas de desenvolvimento económico:

- Por um lado, há a pressão do desenvolvimento democrático e da eleição direta dos responsáveis de diferentes níveis territoriais das administrações públicas (que não é o caso de Angola), o que obriga atender às procuras dos cidadãos em relação aos temas de básicos de desenvolvimento produtivo e do emprego em cada jurisdição.
- Por outro lado, a pressão exercida pela crise e reestruturação económica em geral, que para alguns países, pressiona os atores de negócios privados a incorporar elementos de processos de modernização e processos de adaptação às novas exigências de produção e de níveis mais elevados de competitividade nos mercados.

Podemos encontrar alguns antecedentes das políticas de desenvolvimento local na América Latina, que nos orientam no sentido do que acontece em África, onde é possível:

*“localizar na transformação das políticas públicas fomentando a sua descentralização, assim como a transformação das suas políticas tradicionais “fechadas”, ou seja, “para dentro”, para um modelo de abertura comercial, mesmo que para isso implicasse medidas como a desregulação das atividades económicas e financeiras, privatizações de empresas públicas. No entanto, nas últimas duas décadas, comprovou-se que estas políticas não foram suficientes para produzir um desenvolvimento económico de forma equilibrada, tendo-se reorientado toda a política anterior para um modelo, um desenho de instrumentos e políticas públicas*

*de gestão orientada para o aproveitamento dos recursos locais endógenos, com o fim de impulsionar novos estilos de desenvolvimento baseados nas potencialidades das economias locais, isto como complemento indispensável das políticas nacionais de desenvolvimento.” (ILPES-CEPAL, 2011)*

Um dos problemas da abordagem de políticas de desenvolvimento local na África podemos-lo centrar na transformação de políticas públicas que promovam a descentralização das mesmas, bem como transformar as políticas tradicionais "fechadas" ou "direção para dentro" (baseada no modelo keynesiano) para um modelo de abertura ou "para fora", mesmo que impliquem medidas que alterem a parte as atividades económicas e financeiras, sobretudo a privatização de empresas públicas, etc.

No entanto, nas últimas duas décadas tem sido demonstrado que estas políticas não são suficientes para produzir o desenvolvimento económico equilibrado, apresentando uma reorientação das mesmas considerando (de forma importante) a elaboração de instrumentos e políticas públicas de gestão dirigidas para utilização dos recursos locais endógenos, com o fim de se promover novas conjunturas de desenvolvimento baseadas no potencial das economias locais, isto como suporte essencial para as políticas nacionais de desenvolvimento.

*“Dados os efeitos limitados das políticas específicas de desenvolvimento territorial e de inclusão espacial em África até ao momento, todos os níveis do governo devem adotar novas abordagens, de médio e longo prazo. O continente vê-se confrontado com problemas demográficos e territoriais, que são de natureza diversa e se acentuam, o que impõe que as pessoas e os lugares estejam no centro das estratégias de desenvolvimento, onde se articulam as políticas setoriais. Estas estratégias, de base local deveriam olhar mais de perto para os níveis sub-nacional e transfronteiriço, pois é lá que se encontram as potencialidades económicas e territoriais ainda inexploradas em África; (...). As estratégias de desenvolvimento serão forçosamente específicas de cada país e deverão combinar diferentes abordagens, em função dos respetivos desafios económicos, demográficos e territoriais. No entanto, para a quase totalidade dos países, o financiamento do desenvolvimento territorial implica dobrar os esforços para a mobilização dos recursos internos a nível nacional e o melhoramento da legitimidade orçamental a nível local.” (AfDB, OECD, UNDP, 2015, pág. 228)*

Encontram-se também alguns modelos na Europa semelhantes aos modelos experimentados na América Latina e que podem ser aplicados em África, de que se refere Madoery (2005), sendo os mais salientes os seguintes:

- O território é concebido como um conjunto organizado de agentes e instituições (tanto públicas como privadas e sociais) e recursos que interagem dialeticamente com o meio ambiente.
- É realçada a importância da qualidade, da força e orientação das infraestruturas básicas e serviços avançados de apoio à produção existente no ambiente da entidade.
- Realça-se a importância dos fatores históricos, sociais, institucionais e ambientais sobre o processo de transformação socioeconómico de um território; adaptando-se novos modelos de organização e gestão nas organizações competitivas, onde se enfatiza a flexibilidade e a descentralização operativa, favorecendo a constituição de unidades estratégicas de atuação e negócios. Conceber o desenvolvimento local para o caso de África tem na dimensão económica a sua coluna vertebral, entendendo-se como um processo económico, social, cultural e político que requer um esforço conjunto de sinergias, mas que tanto as condições sociais e culturais, tal como a cooperação institucional acompanhem esse crescimento e que os benefícios daí gerados se possam distribuir equitativamente.

Trabalhando com base nas melhores práticas internacionais e nas investigações realizadas em alguns países como Espanha e Itália, assim como nalguns países da América Latina (Argentina, Chile, Brasil, México, etc.) mostram pelas experiências que, as iniciativas de desenvolvimento local pesquisadas são por norma incipientes, reduzidas e geralmente institucionalizadas, isto é, dos governos, e outras instituições oficiais, organismos internacionais, etc. Focaliza-se o desenvolvimento local como um elemento de transformação socio-político-económica personalizando o conceito de desenvolvimento “de cima para baixo”, mas tendo sempre presente a importância ou a influência do fator económico e da organização do tecido empresarial como determinante no desenvolvimento local. Tudo isto é assim caracterizado pelo facto de se ter mais atenção aos aspetos de metodologia nas planificações, programas e projetos, etc., em busca do paradigma teórico embelezado, que sustente as referidas estratégias, esquecendo-se do fator homem.

Importa que se dinamizem os recursos locais e se aproveite de forma otimizada os recursos externos, com o objetivo de se melhorar a qualidade de vida das populações.

Ainda assim, de acordo com Madoery, esta tendência pode fracassar se não se realizarem de forma sistemática, ao limitar-se a compensar os efeitos de exclusão da situação económica e social da região e tornar-se em políticas de corte de assistência ao bem-estar social.

Das experiências europeias e latino-americanas, que são só por si diferentes na forma de desenvolvimento local, a África e em particular Angola deverá procurar uma forma própria de desenvolvimento económico local a partir das suas próprias necessidades, tendo em atenção a cooperação externa ao desenvolvimento. Tem-se procurado, nos dez últimos anos, fazer o desenvolvimento económico local visando (clusters, competitividade, etc.), confrontando-se com as debilidades dos atores e governos locais no intuito de gerar uma cooperação institucional necessária entre o sector público e o sector privado das entidades locais. Tudo isto esbarra no fator clientelismo e a progressão é quase nula ou inexistente.

Segundo José Arocena (2001), importa que da análise do processo de desenvolvimento local, não se possa abstrair do processo de desenvolvimento global.

*“Nunca se pode analisar um processo local sem nos referirmos ao global em que se inscreve e vice-versa, sem esquecer que a análise do local comporta aspetos que não são o simples efeito da reprodução em todas escalas, e o global não é a simples adição de locais, portanto em qualquer exercício de gestão de iniciativas locais tem de se ter em conta as transformações que ocorreram nos últimos anos a nível global”* (Arocena, 2001, pág. 10)

Ainda na mesma linha de pensamento Óscar Madoery escreve que:

*“O desenvolvimento local inicia-se a partir da integração de visões e interesses dos agentes públicos e privados com incidência em cada território. O desenvolvimento é considerado resultado do esforço organizativo e inovador do conjunto da sociedade e não apenas do adequado desempenho dos mercados, portanto a estratégia local visa promover a dinamização empresarial, incentivar a inovação, gerando externalidades derivadas das parcerias e da proximidade e utilização mais eficaz de todo potencial de desenvolvimento disponível – produtivo - ou acoplável ao território. O desenvolvimento local é, partindo do ponto de vista económico – produtivo, diferenciado da lógica territorial; do ponto de vista sociocultural – é uma lógica de construção relacional; e do ponto de vista político-institucional é uma lógica de governação institucional programada.”* (Madoery, 2001, pág. 25); e

Sérgio Boisier, diria:

*“O desenvolvimento local ocorre como resultado de um processo de forte articulação de atores locais e várias formas de capital intangível, dentro de preferência a partir de um projeto político coletivo de desenvolvimento do território em causa. Todo processo de desenvolvimento endógeno está ligado ao desenvolvimento local de forma assimétrica: o desenvolvimento local é, sempre, um desenvolvimento endógeno, mas isso pode ser visto numa escala supralocal, ou seja, numa escala regional. Na realidade, o local, apenas faz sentido quando visto de “de fora e de cima”, e assim as regiões são áreas locais vistas a partir do país, assim como a província é o local a partir do qual se vê o município e a partir deste a comuna, etc.”*  
(Boisier, 2005, pág. 45)

#### **1.1.4. Aspectos teóricos do Desenvolvimento Local Endógeno**

A Teoria do Desenvolvimento Regional, de inspiração keynesiana, referenciadas em Perroux (1967), Myrdal (1972) e Hirschman (1958), influenciou as políticas públicas de desenvolvimento regional no período que medeia os anos 50 e meados dos anos 70 do século XX.

Concluindo-se das ideias keynesianas, que o funcionamento livre do mercado levaria ao aumento do desemprego e ao crescimento das desigualdades económicas, sendo necessária a intervenção estatal através de políticas de compensação para sustentar a procura e a promoção do emprego. Essas ideias traduzir-se-iam num esforço do Estado para planificar o desenvolvimento e a atenuar e ou acabar com as desigualdades regionais, recorrendo a políticas de industrialização diferenciadas, tanto sectorial quanto territorial, por via do melhoramento de infraestruturas, promovendo incentivos financeiros e subsídios.

É durante a década de 40 e 60 que a economia mundial registou um forte crescimento económico, por se basear no modelo Fordista de desenvolvimento - “Estado providência” - assim como pela modernização das estruturas sociais e a homogeneização económica a nível nacional.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, muitos países, em particular as grandes potências coloniais viram-se numa situação difícil, acrescida da situação de extrema pobreza nos territórios colonizados, e que, por conseguinte, iam conquistando as suas independências,

conjugada com a necessidade de reconstrução dos países afetados pela guerra, as teorias keynesianas de desenvolvimento económico fez perceber que uma maior intervenção em força na economia alavancaria os níveis de desenvolvimento dos países.

Assim é que em 1949, o presidente do Estados Unidos, Harry Truman, no seu discurso inaugural, utilizaria pela primeira vez o termo “áreas subdesenvolvidas”. Esta expressão de Harry Truman pode ser considerada como a chave do levantamento em força do movimento desenvolvimentista. Nesta ótica, os Estados Unidos tomam a dianteira no sentido de promover o progresso industrial noutros países, para o melhoramento do nível de vida das populações, procurando assim o desenvolvimento como fator da promoção da paz.

A partir desta altura procurou-se com afincos, construir noções teóricas, conceitos de operacionalidade que dessem mais força ao modelo de desenvolvimento.

A escolha do Produto Nacional Bruto como indicador de comparação entre países pobres e países ricos, pela ONU veio enfatizar a questão do índice de desenvolvimento, tendo mesmo o presidente do Banco Mundial (1973) declarado que, medir o progresso através do PNB “*contribui significativamente para exacerbar as desigualdades na distribuição da renda*” (McNamara apud Illich, 2000, pág. 161). Pode-se concluir que o crescimento económico medido pelo PNB não reduzia automaticamente a pobreza, porque o simples crescimento da economia não significava desenvolvimento. Necessário era conciliar o desenvolvimento económico ao desenvolvimento social, para tal, importava que as populações locais passassem a ser vista como variáveis endógenas para o desenvolvimento, associadas aos recursos locais e ao capital.

Fruto das diversas reformulações sobre os problemas com os quais o desenvolvimento se confrontava, o paradigma da teoria do desenvolvimento endógeno aparece como algo focalizado no aproveitamento dos recursos e potencialidades endógenas de determinado território, como sendo ponto de partida para o desenvolvimento local. Corroborando o pensamento de Garcia Docampo, este tipo de desenvolvimento endógeno, segundo Garofoli

*“Requer a capacidade de transformar o sistema socioeconómico; a capacidade para reagir aos desafios externos; a promoção de aprendizagem social e a capacidade para introduzir formas específicas de regulação social a nível local. É um processo de crescimento económico e mudanças estruturais”.* (Garofoli, 2009, pág. 233).

Esta ideia, também é sustentada por Vàsquez Barquero, (1999, pág. 32)

*“O desenvolvimento endógeno pode entender-se como um processo de crescimento económico e mudanças estruturais, liderado pela comunidade local utilizando o potencial de desenvolvimento, que conduza ao melhoramento do nível de vida da população local”.*

Vásquez fala ainda da existência dos fatores que geram confusão ao redor do desenvolvimento endógeno: de um lado, o papel que as pequenas e médias empresas têm na organização dos sistemas locais e da produção das empresas e por outro lado, a importância dos recursos locais e os processos produtivos. Ainda segundo o autor, o que determina e o mais importante para o crescimento económico não é a dimensão das empresas, mas sim a formação de sistemas e redes de empresas para se obter uma economia de escala e reduzir os custos de transação e por outro lado para o processo local importa introduzir os recursos, independentemente da sua origem (interna ou externa).

É na década de 70 que um novo conceito de desenvolvimento ganhou destaque, porque assentava em duas ideias fundamentais, a saber: o local e endógeno.

Deste modo, o processo de desenvolvimento endógeno é um processo de crescimento e mudanças estruturais, tendo em conta também as relações entre os atores e as atividades, os fatores socioculturais que determinam os processos de mudanças e os processos de aprendizagem ou de formação da mão-de-obra local. São estes fatores que combinados levam a patamares de desenvolvimento, sejam quais forem as características e capacidade de cada economia e sociedade local.

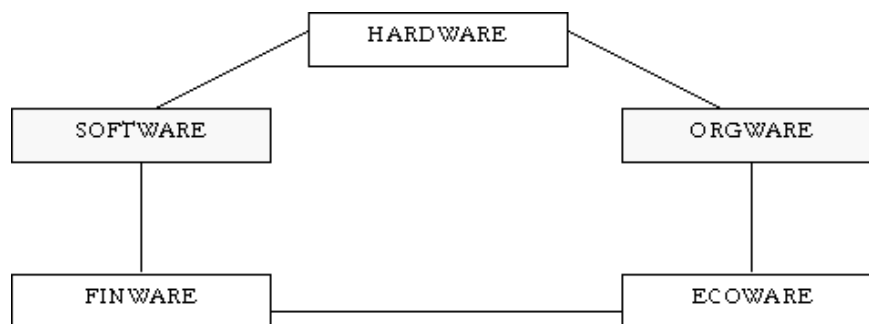
Segundo (Cabugueira, 2000, pág. 116, 132), *“as estratégias de desenvolvimento local ganham em efetividade se forem realizadas através de agências locais, regionais de desenvolvimento, que gozem de autonomia operativa e de flexibilidade na gestão”.*

Os objetivos finais são o aperfeiçoamento e a reestruturação do sistema produtivo, o aumento do emprego local e a melhoria do nível de vida da população. É nessa perspetiva que Cabugueira, citando Vázquez Barquero, apresenta cinco vértices indispensáveis à concretização dos princípios de desenvolvimento local:

- *“O Hardware do desenvolvimento local é formado por todas as infraestruturas que servem de base aos processos de mudança estrutural e que são instrumentos indispensáveis para o funcionamento do sistema produtivo (transportes, comunicações, hospitais, escolas);*
- *O software do desenvolvimento local é formado por fatores qualitativos que são necessários para o crescimento e que têm um carácter imaterial*

- (o “know-how” tecnológico e inovador, a capacidade empreendedora);
- O orgware do desenvolvimento é a capacidade de organização que existe na região e que permite dar uma resposta eficaz aos desafios que apresenta a competitividade;
- O finware do desenvolvimento local é formado pelo conjunto de instrumentos financeiros que se utilizam para o desenvolvimento estratégico de um território;
- O ecoware do desenvolvimento local consiste no conjunto de instrumentos que organizam o uso adequado dos recursos naturais existentes (as ações dirigidas para deter a deterioração do meio-ambiente e proteger a qualidade dos recursos naturais – água, ar e solo – têm adquirido, progressivamente, um valor estratégico no desenvolvimento local).

**Figura 1 – Ações para melhorar as respostas aos serviços**



Fonte: VÁZQUEZ BARQUERO (1993) *apud* CABUGUEIRA (2000, pág. 126)

Uma das prioridades da estratégia atual de desenvolvimento regional e local é, portanto, o desenvolvimento de territórios com capacidade competitiva num ambiente em que a incerteza e a turbulência são grandes. Desta forma, é necessário fomentar a inovação, a capacidade empreendedora, a qualidade do capital humano e a flexibilidade do sistema produtivo.

**Quadro 2 – Mudanças na Política de Desenvolvimento Regional e Local**

|                             | <b>Política tradicional</b>                                                           | <b>Políticas novas</b>                                                               |
|-----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Estratégia dominante</b> | Desenvolvimento polarizado<br>Visão funcional                                         | Desenvolvimento difuso<br>Visão territorial                                          |
| <b>Objetivos</b>            | Crescimento quantitativo<br>Grandes projetos                                          | Inovação, qualidade, flexibilidade<br>Espírito empreendedor<br>Projetos numerosos    |
| <b>Mecanismos</b>           | Redistribuição<br>Mobilidade de capital e do trabalho                                 | Mobilização do potencial endógeno<br>Utilização dos recursos locais e externos       |
| <b>Organização</b>          | Gestão Centralizada<br>Financiamento a empresas<br>Administração pública dos recursos | Gestão local do desenvolvimento<br>Prestação de serviços<br>Organizações intermédias |

Fonte: VÁSQUEZ BARQUERO (1993) *apud* CABUGUEIRA (2000, pág. 118)

A questão central passou a ser a do “*Desenvolvimento Endógeno*”, que pressupõe o controlo territorial das economias regionais visando o aumento da eficiência de todos os fatores produtivos, baseando-se estrategicamente na utilização das PME’s, que devem surgir por iniciativa dos agentes locais, por forma a possibilitar a retenção do valor acrescentado. Na opinião de Vázquez Barquero “*o desenvolvimento endógeno se pode caracterizar como um processo, cujo nascimento, crescimento e maturidade se apoia numa combinação de causas que vão desde o estado de necessidade até a disponibilidade de recursos naturais locais, com forte procura no mercado. Todos estes processos contêm, pelo menos, duas dimensões: uma económica (...); outra sociocultural (...)*» (VÁSQUEZ BARQUERO, 2002, pág. 103)

De igual modo, SANTOS (2002b), na teoria do desenvolvimento de base territorial e endógena, procurou responder ao paradigma funcional até então em destaque, cujos pressupostos eram:

1. A subalternização dos aspetos estruturais do desenvolvimento, como, os políticos, sociais e ambientais;
2. Uma visão economicista do desenvolvimento, assente em processos de concentração de capital acumulado;

3. Prioridade à mobilidade espacial de capitais;
4. A preferência por investimentos em infraestruturas pesadas, sem atender aos aspetos qualitativos dos mercados locais quanto ao emprego;
5. Uma grande aposta nos sistemas em escala e altamente consumidores de energia;
6. O recurso a estratégias exógenas às economias locais para definição dos recursos a explorar;
7. A imposição de mecanismos de decisão centralizados.

De facto, o novo paradigma conceptual do Desenvolvimento Local, de base territorial e endógena, pressupõe que o desenvolvimento só será alcançado pela mobilização integral dos recursos dos diferentes territórios para a satisfação prioritária das necessidades das respetivas populações.

O argumento central é de que o poder económico funcional, sem o controlo de um ente territorial, tende a acentuar as disparidades sociais e económicas características do desenvolvimento polarizado.

### Quadro 3 – Principais Características do Desenvolvimento Endógeno

| Características                                                      | Implicações                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Primazia do <i>particular</i> e do <i>específico</i>                 | Reconhecimento de que cada região, cada coletividade, tem potencialidades e problemas próprios.<br>Definição do desenvolvimento como processo múltiplo vindo “de baixo”, e não como resultado de políticas centralizadas e uniformes.<br>Perspetiva do desenvolvimento como um processo que se baseia na Ação dos atores locais e na valorização dos recursos das coletividades.                                    |
| Predominância da Ação e da <i>auto-organização</i> dos atores locais | Valorização dos atores locais mais do que dos instrumentos e das políticas.<br>Reforço das estratégias de informação, de formação e de comunicação.<br>Importância da coordenação entre as iniciativas e projetos dos atores locais, numa perspetiva de interação e sinergia.<br>Promoção de estratégias de auto-organização dos atores em torno de iniciativas, empreendimentos e projetos comuns ou convergentes. |
| Tónica na valorização dos <i>recursos qualitativos locais</i>        | Estímulo prioritário à qualificação profissional, à investigação (ligação às Universidades locais/regionais) e à inovação.<br>Valorização da empresa e do espírito de empreendimento, de risco, de experimentação, de avaliação e de acompanhamento das ações e iniciativas.<br>Ênfase nas relações interativas (redes, comunicações, informação).                                                                  |
| Perspetiva do desenvolvimento                                        | Transferência de poder do nível central para os níveis                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

|                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| como um <i>processo participado e negociado</i> | local e regional.<br>Aumento da capacidade de iniciativa, de organização e de representação da coletividade face aos poderes públicos.<br>Criação de hábitos e práticas de parceria, ou seja, de cooperação contratual entre os parceiros locais em torno de projetos comuns. |
|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: NÓVOA *et al.* (1992) *apud* CABUGUEIRA (2000, pág. 119)

O “*Desenvolvimento Endógeno*” corresponde à internalização do progresso técnico, entendendo-se como o aumento da eficiência na utilização dos fatores convencionais de produção, assentando a sua base conceptual no aumento de conhecimentos como sendo o verdadeiro motor do crescimento, prioritariamente à acumulação de capital físico ou humano.

*“Na problemática da competição global, a capacidade de inovação e a capacidade de gerar conhecimentos e competências suscetíveis de fazer evoluir o sistema territorial de produção são essenciais. Trata-se, portanto, de dar atenção ao processo de inovação e não simplesmente à organização dos recursos produtivos»* (MAILLAT, 2002, pág. 14)

O conhecimento é um bem público: portanto, apresenta as características de não rivalidade – o seu consumo por um agente não afeta a quantidade disponível para os outros agentes, e - da não exclusão – nenhum agente pode excluir os demais de consumi-lo ao mesmo tempo. De facto, “*a informação em geral, e o conhecimento em particular, são bens de carácter intangível e público*” (MUÑIZ OLIVERA, 2002, pág. 115).

A característica da não rivalidade associada ao conhecimento torna-o uma potencial fonte de rendimentos crescentes à escala:

*“Imagine-se que um dado produtor afeta uma dada quantidade de recursos à produção de conhecimento novo, tendo em vista a produção de um dado bem. Para produzir uma dada quantidade deste último, ele necessitará, para além dos recursos gastos a produzir o conhecimento novo, de dadas quantidades de outros inputs (trabalho, capital, etc.). Se agora se considera que, num momento subsequente, N produtores terão acesso gratuito ao conhecimento criado pelo produtor pioneiro, então a produção poderá ser multiplicada por N. Multiplicando apenas por esse fator N, as quantidades utilizadas de capital, trabalho, etc., mas sem*

*necessidade de se afetar recursos adicionais a criar novos conhecimentos. Este resultado decorre potencialmente do carácter não rival do conhecimento, mas exige ainda que, esse conhecimento apresente tendencialmente a característica da não exclusão, a fim de poder ser utilizado por outros produtores que não o pioneiro» (SILVA e SILVA, 2002, pág. 178).*

Nos modelos de “*Desenvolvimento Endógeno*”, o conhecimento é visto como objeto de uma divulgação instantânea por todos os agentes de um sistema económico, desde que não existam barreiras jurídicas, por exemplo da propriedade intelectual e de patentes. Apesar de se reconhecer o conhecimento como o motor do aumento da eficiência e do crescimento económico, a sua divulgação, no entanto, não é, ainda, um processo automático e democrático. Dessa forma, as condições que possibilitam uma efetiva apropriação de conhecimentos novos por um número maior de agentes económicos passam a ser uma parte relevante da explicação da diferença - desigual – do nível de crescimento económico de países e regiões.

Para o desenvolvimento de qualquer comunidade, o conjunto de recursos económicos, recursos humanos, culturais e instituições fortes constituem a verdadeira alavanca para atingir o patamar mais alto de desenvolvimento.

*“Neste sentido são as pequenas e médias empresas as que com a sua flexibilidade e sua capacidade empresarial e organizativa são chamadas a ter um papel protagonista nos processos de desenvolvimento endógeno”. (Vázquez Barquero, 1999, pág. 30)*

Neste novo paradigma importa também visualizar aspetos sociais e políticos que vinculem a economia, segundo Oliveira:

*“O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem económica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.” (Oliveira, 2002, pág. 40)*

É este novo cenário que nos dá uma visão analítica regional e que possibilita um

diagnóstico correto que visa a um planeamento e a aplicação de políticas e estratégias básicas de desenvolvimento, podendo-se deste modo comprovar que uma região deve ser vista como parte integrante da economia globalizada e não apenas como um espaço ou fator geográfico.

O aumento dos níveis de educação/formação como fator chave do desenvolvimento, associado ao aumento dos níveis de saúde, perfazem a junção do social e do económico culminando na forma de planeamento de longo prazo como caminho para o desencadeamento do verdadeiro desenvolvimento.

Um desenvolvimento que tem o seu ponto de partida na comunidade, partindo das suas reais potencialidades, interagindo e articulando estratégias entre os diferentes atores sócio económicos, facilitando a criação de estruturas produtivas eficientes e diversificadas, visando os objetivos de desenvolvimento nacional.

O desenvolvimento de dentro para fora, ou seja, de baixo para cima está, segundo Lima Andrade, focalizado no desenvolvimento pleno das potencialidades e capacidades humanas da sociedade local e, para que seja construído o seu paradigma, ainda de acordo com o autor, são necessários:

*... Critérios alternativos de destinação de fatores, substituindo o princípio de máxima rentabilidade, pelo de mobilização integral de recursos; critérios alternativos de intercâmbio de produtos, substituindo o princípio predominante de vantagens comparativas, pelo de benefícios obtidos pelo comércio; formas específicas de organização social e económica (desenvolvimento rural e de aldeias, uso de tecnologias intensivas em mão-de-obra através de projetos pequenos e medianos) com destaque para a organização territorial e, uma mudança no conceito de desenvolvimento, que abranja metas sociais mais amplas, com uma motivação endógena. (Lima Andrade, 1997, pág. 19-20)*

As estratégias para o desenvolvimento local endógeno requerem uma base de sustentação como: o capital social, o financiamento as micro, pequenas e médias empresas e o fortalecimento dos governos locais. Isto significa que a manutenção desta base deverá ser feita através de uma forte cooperação, do conjunto de acores que se reúnam por um projeto coletivo de desenvolvimento com maior equidade e sustentabilidade.

Assim é que, de acordo com Oliveira,

*“Neste novo modelo, o grau de autonomia comercial, tecnologias e financeira, tem extrema importância, pois essa autonomia proporciona*

*uma série bastante grande de inter-relações entre as empresas e os diferentes sectores produtivos locais, bem como todo o sistema produtivo e o meio ambiente, num contexto local. Nesta perspetiva, a nova teoria do crescimento endógeno considera alguns novos fatores vinculados à produção económica:*

- *Educação, saúde e segurança alimentar;*
- *Ciência e tecnologia ou pesquisa e desenvolvimento;*
- *Informação e conhecimento;*
- *Instituições (pública ou privadas);*
- *Meio ambiente.*” (Oliveira, 2010, pág. 12)

O que quer dizer que, os investimentos que se efetuam nestes sectores não devem ser considerados como custos isolados, pois que deste investimento virão retornos, por se considerarem investimentos produtivos, ou seja, a sua incorporação no processo produtivo permite uma melhoria na utilização do capital, o que aumenta a produtividade e melhora as taxas de retorno do investimento económico e social.

O desenvolvimento económico refere-se não só ao desenvolvimento económico de uma região, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano.

É importante que os governos locais e os atores de desenvolvimento local, ao invés da região atuem em articulação, liderando pró-ativamente com espírito empreendedor.

O processo de desenvolvimento, segundo Haddad tem vários percursos:

*“Não é processo que brota no terreno do conformismo, da apatia, da inércia ou da passividade dos habitantes de uma região onde uma dinâmica de organização social e política ainda não de faz presente. Não há desenvolvimento onde não há inconformismo com relação ao mau desempenho dos indicadores económicos, sociais e de sustentabilidade ambiental. Assim numa primeira etapa é importante organizar a estruturação deste inconformismo.*

*A etapa seguinte tem sido procurar diagnosticar, técnica e politicamente, as razões e as causas do mau desempenho destes indicadores. Não se trata de preparar documentos elaborados por especialistas, mas, principalmente, de conscientizar as lideranças políticas e comunitárias sobre o que deve ser feito para transformar as condições atuais, visando*

*obter melhores índices de desenvolvimento humano, de competitividade económica, etc.*

*A terceira etapa envolve a transformação de uma agenda de mudanças num plano de trabalho de mudanças; um plano de trabalho que seja não somente tecnicamente consciente, mas essencialmente gerado a partir de uma intensa mobilização dos segmentos da sociedade civil, em regime de pacto e parceria com as autoridades e instituições locais e supralocais e disposição para o seu monitoramento e avaliação”.*  
(Haddad et al, 2006, pág. 9)

Há, no entanto, fatores que dificultam todo processo referido pelo autor e com os quais os atores locais se confrontam, como:

- A descentralização do poder de decisão;
- Elaboração de planos de desenvolvimento local endógeno em conjunto com os decisores públicos e as comunidades para o longo prazo;
- Promoção de políticas integradas e consensuais;
- Democratização das instâncias públicas decisoras;

Corroborando esta ideia, Amaral Filho, destacando a forma de atuação dos governos locais, diz:

*“O novo papel do Estado no desenvolvimento local tem-se balizado num modo de intervenção pragmático, o qual não valoriza em absoluto o princípio neoliberal nem o princípio do dirigismo estatal. Quanto ao primeiro, não se aceita a crença cega de que o mercado e os preços são os únicos mecanismos de coordenação das ações dos agentes. Quanto ao segundo, não se aceita o dirigismo generalista que leva à burocracia pesada, à hierarquia rígida e ao desperdício financeiro. Questões como a descentralização administrativa-fiscal-financeira entre as instâncias de governo, a descentralização produtiva-organizacional ocorrida no sector privado e o acirramento da concorrência devido a o ambiente económico aberto têm criado forte necessidade de se promover a nível local um processo de aprendizagem sempre contínua e interativa entre os trabalhadores, entre estes e as empresas e entre os dois conjuntos e as instituições públicas e privadas. Nesse caso, nem as forças do*

*mercado nem o dirigismo estatal têm condições de proporcionar uma coordenação eficiente desse processo". (Amaral Filho, 2001, pág. 7)*

A dimensão do desenvolvimento territorial ganha importância a partir das crises económicas dos anos 70, que é quando se redefine o papel que comporta a dimensão local no contexto dos sistemas de produção, de tal modo que as propostas da teoria do desenvolvimento territorial, a teoria do desenvolvimento local surge como reação ao esgotamento do modelo de desenvolvimento exógeno.

No início dos anos 80, emerge a confluência de duas linhas de investigação que darão lugar a formação do paradigma que é conhecido como "*O desenvolvimento endógeno*". *Uma das questões teóricas que surgem como resultado da tentativa de se encontrar uma definição lógica de desenvolvimento é o que permitiu a ação pública para o desenvolvimento de localidades e regiões subdesenvolvidas; e um outro carácter empírico é o que surge como resultado da interpretação dos processos de desenvolvimento industrial em localidades e regiões do Sul da Europa "* (Vazquez Barquero, 2005).

Esta abordagem analisa os elementos e mecanismos que impulsionam o crescimento local, reconhece que os sistemas de produção locais são uma das formas de organização diferente da produção que permite melhorar a competitividade das empresas e dos territórios; assumindo que a industrialização endógena é um dos caminhos possíveis do modelo de produção capitalista. A abordagem pressupõe que as localidades e territórios têm os recursos financeiros, humanos, institucionais e culturais que constituam o seu potencial de desenvolvimento, exigindo um sistema de produção capaz de gerar crescentes retornos, utilizando os recursos disponíveis e a introdução de tecnologias de inovação que garantam a criação de riqueza e melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais.

#### **1.1.4.1. Características do Desenvolvimento Local Endógeno**

Segundo os estudiosos do desenvolvimento endógeno ou industrialização local, o desenvolvimento endógeno tem as seguintes características (Méndez, e Alonso, 2000, pág. 149):

- O território é um agente de mudança social e não simplesmente um suporte físico de desenvolvimento; do espaço funcional ao espaço ativo.
- O potencial de desenvolvimento de um espaço depende de seus próprios recursos.
- Oferece uma perspectiva para além do território (e não funcional), microeconómico (e

não macroeconómico) e de produto (não-sectorial).

- O papel e o desempenho do governo parecem relevantes, sobre o todo local, mas também no regional e central.
- É necessária uma Ação conjunta dos gestores públicos e agentes privados, através de uma interação coletiva.

De acordo com a consulta bibliográfica a vários autores desta área, existe um número de elementos que caracterizam a abordagem teórica sobre o desenvolvimento endógeno:

1. O seu carácter local: por se confinar a um território claramente definido.
2. A sua dimensão social: suas ações são preferencialmente direcionadas para a criação de emprego (trabalho), primando pelo desenvolvimento pessoal gratificante.
3. Sua dimensão económica: iniciativas que são realizadas com base na rentabilidade e eficiência.
4. Sua dimensão cooperativa: dada a magnitude do processo, exige a colaboração e envolvimento de várias organizações e de vários tipos, mas com um denominador comum: o desenvolvimento da sociedade numa localidade.

#### **a) Conceitos / abordagens**

Esta abordagem ao desenvolvimento local assenta, principalmente, na exaltação deste desenvolvimento partindo das potencialidades (forças) e recursos existentes nas localidades e regiões, considerando basicamente, os seguintes fatores: estrutura de produção local e rede de negócios, mercado de trabalho, capacidades empresariais e tecnológicas, recursos naturais e ambientais, estrutura e política social, cultura local e cooperação institucional (Albuquerque, 2003).

Entre os principais conceitos teóricos que integram o atual desenvolvimento local, podemos salientar o seguinte:

- **Francisco Albuquerque:** *"É um processo de crescimento económico e de mudança estrutural levando a melhores padrões de vida da população local através de uma melhor utilização dos recursos locais existentes e ligação em rede de vários atores socioeconómico locais no qual podem ser distinguidos várias dimensões: económico, humanos, sociocultural, político-administrativo e ambiental, através de uma melhor utilização dos recursos locais existentes e ligação em redes dos diferentes atores socioeconómicos locais."* (Albuquerque, 2003, pág. 12).
- **Garcia Docampo:** *"É o esforço concertado e planeamento realizado pelo*

*conjunto de representantes de todos os meios, governamental, sindicatos e privados e comunitários, com o intuito de desenvolver a economia de um microterritório". (Garcia Docampo, 2007, pág. 27).*

- **Pablo del Castillo:** *"Esse processo de reativação da economia e a revitalização da sociedade local que através da mobilização de recursos endógenos existentes no espaço de uma dada área ou espaço físico é capaz de estimular e promover o crescimento económico, criar empregos, rendimento e riqueza, e acima de tudo melhorar a qualidade de vida e o bem-estar social da comunidade local."* (Castillo, 2006, pág. 28)

**Bartolomeu Pérez e Emilio Carrillo:** *"Um processo de crescimento económico e mudança estrutural para a melhoria dos padrões de vida da população local, a criação de emprego, renda e riqueza por e para a comunidade local."* (Perez & Carrillo, 2000, pág. 43).

- **Antonio Vazquez Barquero:** *"É um processo de crescimento económico e mudança estrutural para a melhoria dos padrões de vida da população local onde se podem identificar pelo menos três dimensões: uma económica, onde os empresários locais utilizam as suas capacidades para organizar os fatores de produção locais com níveis de produtividade suficientes para serem competitivos nos mercados; outra, a sociocultural, em que os valores e as instituições são a base do processo de desenvolvimento; e, finalmente, a dimensão político-administrativa em que as políticas territoriais permitem criar um ambiente económico local favorável, protegê-lo de interferências externas e impulsionar o desenvolvimento local."* (Vazquez Barquero, 1999, pág. 32).
- **Fernando Casanova:** *"Quando nos referimos ao desenvolvimento local entendemo-lo como um processo de desenvolvimento no qual uma empresa local (ou governo local), mantendo a sua própria identidade e território, gera e fortalece suas dinâmicas económicas, sociais e culturais, facilitando articulação de cada um destes subsistemas, a conseguir uma maior intervenção e controlo entre eles. Para realizar este processo é fundamental a cooperação dos agentes, sectores e forças que interagem dentro dos limites de um determinado território ". (Casanova, 2004, pág. 26)*

### 1.1.5. Desenvolvimento Económico

O desenvolvimento das economias proporciona uma melhor qualidade de vida.

O desenvolvimento económico possibilitou que a teoria económica voltasse a sua atenção para os mecanismos de base do desenvolvimento económico, assim como, para as medidas que removam os obstáculos impeditivos do desenvolvimento. Esta situação fez com que – do ponto de vista conceptual – existisse grandes avanços teóricos, fruto da investigação e que – ao mesmo tempo e de forma empírica – se gerasse uma grande quantidade de modelos e estratégias, que foram aplicados com a finalidade de se obter respostas sobre o desenvolvimento económico das nações.

O conceito de desenvolvimento económico está estritamente ligado a outros conceitos como: bem-estar, progresso e crescimento económico. O desenvolvimento económico implica transformações estruturais do sistema económico.

Importa aqui referir que desenvolvimento económico e crescimento económico são dois conceitos diferentes, porquanto o desenvolvimento económico passa pela melhoria qualitativa da economia, pela divisão social equitativa do trabalho, pela inclusão de meios tecnológicos inovadores e pela ótima utilização dos recursos e do capital, o crescimento económico é o aumento qualitativo da riqueza ou do produto interno per-capita.

Segundo Garcia Docampo, o desenvolvimento económico consiste em:

*“Criar dentro de uma economia local e regional – a capacidade necessária para fazer frente aos desafios e oportunidades que se apresentem numa situação de rápida transformação económica, tecnológica e social. Não se trata apenas de um simples acréscimo da atividade e produtividade económica, senão que esteja acompanhada de transformações estruturais; o processo implica profundas alterações e suas estruturas evoluem para níveis superiores”. (Garcia Docampo, 2007, pág. 23). (tradução a letra)*

Podemos assim entender o desenvolvimento económico como um processo estruturado, através do qual se atinge o crescimento e o progresso de uma sociedade, evoluindo e transformando-se de acordo com a dinâmica da economia mundial.

### 1.1.6. Economia de aglomerados (clusters)

Não é nossa intenção ser exaustivos, na análise do tema *clusters* neste trabalho de pesquisa. Queremos abordá-lo de forma sucinta por ser um dos temas do PDN do quadriênio 2013-2017.

Segundo Suzigan (2001), a existência de economias externas é uma condição necessária, mas não suficiente para a consolidação dos *clusters*, ou seja, a base de sustentação de um *cluster* assenta essencialmente na existência de economias externas, cooperação com o privado e apoio público.

*“Clusters são aglomerações geográficas e setoriais de produtores de bens ou serviços diferenciados, cooperando entre si e com outros agentes também especializados.*

*Em conjunto, beneficia-se de economias externas, peculiares ou tecnológicas, derivadas não só da produção, mas também de atividades de distribuição, marketing, compras, serviços de manutenção e outros serviços especializados. Estas atividades são, em alguns casos, resultado de ações conjuntas deliberadas de produtores, fornecedores e outros agentes especializados, e levam a eficiência coletiva”* (Suzigan, 2001, pág. 7).

O autor sugere que as empresas devam inter-relacionar-se, praticando alianças estratégicas e troca de sinergias, resultando a junção desses esforços em benefícios para as empresas aglomeradas. Para tal, são necessárias ações e articulações de todos os atores envolvidos no processo de constituição de uma plataforma de inserção competitiva, com o objetivo de se conseguir uma maior eficiência, procurando cada vez mais a especialização, com melhor acesso à informação, aos produtos, as infraestruturas e as tecnologias de inovação. Cabe as instituições públicas promover ações que identifiquem os aparecimentos embrionários espontâneos de *clusters* e proporcionar-lhes condições económicas e políticas estáveis para que se possam afirmar.

Segundo Polèse,

*“A fonte dos ganhos de produtividade se situa no exterior das empresas, no meio que as rodeia, fala-se de economias externas ou externalidades (...)”* (Polèse, 1998, Pág. 77)

Ainda segundo Polèse

*“As economias de localização ou de justaposição são internalizadas ao nível da indústria, embora sejam externas lizadas para as empresas que delas beneficiam. Os ganhos de produtividade são imputáveis a dimensão da indústria numa dada localização.*

*Para designar os conjuntos geográficos de estabelecimentos conexos deste tipo usa-se por vezes a expressão - complexos industriais (onde frequentemente os outputs de uma empresa são os inputs de uma outra). As economias de localização a realizar neste caso não assentam apenas na partilha dos custos fixos, mas também na redução dos custos de interação espacial e na multiplicação das possibilidades de troca. Por outras palavras, a aglomeração geográfica torna possível a maximização dos ganhos da especialização resultantes da valorização das vantagens comparativas”. (Polèse. 1998. Pág. 87)*

Partindo do princípio de Polèse, temos que as economias de aglomeração assumem duas formas: as economias de localização ou justaposição e economias urbanizadas ou de urbanização.

Como nos referimos na introdução, as economias de localização dependendo do local em que se encontrem, dependem sempre do nível de desenvolvimento tecnológico e dos fatores que possam modificar as vantagens comparativas.

Tendo em conta que as distâncias tornam os custos fixos elevados, a aproximação, a diversificação e intensificação das transações favorecem aos comerciantes e prestadores de serviços, porquanto a concentração num espaço de proximidade possibilita a aglomeração justificando que se assumam despesas compartilhadas em ações de cooperação, proporcionando que os custos de operacionalidade sejam reduzidos, tornando os produtos e serviços mais acessíveis e baratos.

A economia de localização torna-se vantajosa, quando os ganhos de produtividade obtidos pelas instituições são obtidos através da redução dos seus custos de informação, de inovação e de adoção das novas tecnologias na produção dos seus produtos e qualificação da sua mão-de-obra.

De acordo com Polèse, existem ganhos de produtividade que advêm da produção de bens públicos, constituindo, assim, elementos fundamentais das economias de externalidade positiva pela simples localização das indústrias e instituições próximos dos locais urbanos.

Definindo bens públicos segundo Polèse, são:

*“Os equipamentos ou os serviços cuja produção dificilmente podem ser asseguradas de modo privado, devido ao peso das externalidades ou a importância das individualidades ou outros custos fixos”.* (Polèse, 1998, pág. 95).

Podemos exemplificar os grandes equipamentos: os portos de mar, estradas, aquedutos, aeroportos, redes de saneamento, e redes de energia elétrica. Quanto aos serviços podem-se mencionar os da administração pública, ensino (escola), saúde (hospitais), a justiça (os tribunais e prisões), a ordem pública (segurança, esquadras de polícia), e defesa.

Todos os equipamentos e serviços citados integram um conjunto de infraestruturas que proporcionam a modernização dos locais e fazem funcionar uma grande engrenagem e estruturas capazes de transformar e dinamizar as regiões e consequentemente desenvolvê-las. Podemos aqui citar a título de exemplo o agroturismo, o turismo rural.

## **1.2. Políticas públicas**

Nos tempos que correm, com o processo de globalização, verifica-se que aumentaram os problemas sociais e económicos neste mundo contemporâneo e este fenómeno da globalização contribui de sobremaneira para o aumento das diferenças entre os países desenvolvidos e em desenvolvimentos, acentuam-se as desigualdades entre ricos e pobres.

Em Angola não se tem feito sentir a vontade de alterar muitos dos pressupostos de governação que poderiam levar a um novo discurso político que apontem para a descentralização assim como para o fortalecimento da capacidade de decisão dos governos locais, porquanto esse processo implicaria a transferência de competências e atribuições de poderes como a gestão dos recursos e maior autonomia nas decisões e gastos dos recursos públicos. A descentralização confere aos governos locais uma expressão substancial quanto a participação na arrecadação de rendimento nacional e no processo de desenvolvimento regional e local.

A região do Huambo assim como todas as regiões do país, caracteriza-se pela aplicação – por parte do Executivo Central – de medidas de política económica centralizadas (e exógenas a entidade) para promover o desenvolvimento económico, político e social da entidade, destacando-se entre outras medidas, as:

- 1) Medidas de políticas económicas regionais.

O governo aplicou, como parte de um conjunto de medidas de políticas económicas regionais que procuram favorecer o desenvolvimento económico das regiões litorais, que não se reflete nas regiões em estudo. Ao contrário da região das outras regiões de Angola, o Huambo tem sofrido uma desaceleração financeira, seja para que fim for, (por razões políticas?).

Com a entrada em vigor do decreto que cria as zonas económicas, o governo central de Angola pretendia compensar o relativo isolamento, o abandono das regiões pelas populações e o afastamento da zona fronteiriça do interior de Angola, respeitante aos centros industriais e de consumo do país. Ainda assim, todo esse processo nada trouxe de novo as regiões que enfermam de pobreza e outros diferentes problemas sociais.

2) A política nacional de consolidação do sector agrícola implementada no ano 2000.

Esta política de desenvolvimento agropecuária não teve qualquer evolução desde a sua implementação.

O objetivo que levou a implementação desta política era o de favorecer o fortalecimento das zonas agrícolas (entre as quais se incluía a região centro e interior do país), apoiando – de maneira- direta a aplicação de uma série de ações e obras que incentivem o desenvolvimento agropecuária nesta zona. Não foram dadas condições para impulsionar a criação e desenvolvimento da zona agrícola do Huambo (municípios e comunas agrícolas), onde as particulares condições de isolamento e pouca população do local, continuam baixas, porquanto essa população continua a migrar para o litoral e para a capital do país onde se pensa conseguir mais facilmente as condições de sobrevivência. Os parques investimentos públicos em infraestruturas de apoio a agricultura e – por outro lado- a oferta de terras para lavoura e insumos agrícolas que propiciariam o processo do regresso de pequenos produtores emigrados, tal como a imigração de pequenos produtores e de população rural de outras regiões para a criação de uma economia local desenvolvida.

### **1.3. Descentralização político-administrativa para promoção do desenvolvimento territorial inclusivo**

A mobilização dos recursos locais de forma sustentada e equilibrada para a promoção do desenvolvimento territorial inclusivo exige adequadas decisões políticas de base local eficiente e efetiva. É neste sentido que o nível de capacitação dos agentes de desenvolvimento

locais, que é função do que é oferecido pelos sistemas de governação, tem influência sobre o desenvolvimento territorial e sobre a inclusão espacial. Sendo que, a governação refere-se ao conjunto de regras formais e informais que regem a tomada de decisões e a implementação de políticas. A governação em vários níveis refere-se especificamente à coordenação entre os níveis de governação supranacional, nacional e local. Engloba os diferentes níveis de atores públicos e privados – tais como organizações da sociedade civil, líderes tradicionais e o setor privado – bem como os diferentes níveis de governo envolvidos direta ou indiretamente nas decisões políticas.

Uma descentralização eficaz deve promover a governação local, seguindo o princípio da subsidiariedade: um nível mais elevado de governo não deve tomar medidas que sejam menos eficazes como se tomadas num nível inferior. A subsidiariedade garante que as decisões sejam tomadas com a maior proximidade possível do cidadão. Há uma preservação da transparência graças a mecanismos de travões e contrapesos nos diferentes níveis de governação. O princípio da subsidiariedade pode orientar a descentralização em todos os tipos de sistemas políticos, mesmo sendo eles estados centralizados.

Os diferentes estádios de descentralização incluem:

- A desconcentração (descentralização administrativa), que realoca a execução de funções administrativas para níveis inferiores da governação. Os poderes de tomada de decisões permanecem com o governo central.
- A delegação, que é a transferência de certas responsabilidades do governo central para níveis inferiores da governação. A delegação envolve mais autonomia em relação ao governo central do que a desconcentração.
- A devolução (ou descentralização política) significa que as responsabilidades devolvidas são decididas, implementadas e financiadas pelos níveis inferiores de governo, ficando em grande parte fora do controlo direto do governo central.

Podemos, neste contexto afirmar que, a descentralização reúne um largo consenso, particularmente enquanto veículo para melhorar o acesso aos serviços básicos (Ahmad *et al.*, 2005).

Entende-se descentralização como um processo para capacitar os agentes locais, incutindo-lhes uma atitude competitiva, procurando transferir poderes e recursos do governo central para os governos municipais e locais. Ela torna-se eficaz quando engloba os seguintes itens:

- Descentralização política;
- Descentralização administrativa; e
- Descentralização fiscal.

*A **descentralização política** ocorre sob a forma de organização de eleições locais e transferência de responsabilidades para os governos locais, de modo a responsabilizar os decisores políticos locais.*

*A **descentralização administrativa** refere-se ao deslocamento de funções administrativas e responsabilidades executivas para níveis inferiores de governação.*

*A **descentralização fiscal** é a transferência de recursos financeiros e de poderes geradores de rendimentos para os governos sub-nacionais (Elroy Africa, 2012, pág. 18).*

A não descentralização fiscal é, como já nos referimos, um fator que emperra o desenvolvimento local, a distribuição não equitativa dos rendimentos arrecadados pelos governos centrais. Os governos locais têm pouca ou nenhuma capacidade de investimento nos serviços e em infraestruturas locais porquanto a maior parte da mão-de-obra depende sobremaneira dos investimentos públicos dimanados do governo central.

De acordo com o Banco Mundial “*a maioria dos governos locais depende fortemente de transferências do governo central, que tem sido criticado de um modo geral por não ser territorialmente progressivo e por limitar a capacidade dos governos locais investirem de forma eficiente*”. (Banco Mundial, 2009, pág. 249).

Os governos locais não têm capacidade financeira para implementar políticas multisectoriais de base locais. Por outro lado, uma governação local transparente tem vantagens múltiplas para o desenvolvimento territorial. De acordo com Demante e Tyminsky “*o aperfeiçoamento da governação pode melhorar a coordenação entre níveis de governo, os atores não estatais e a comunidade internacional, podendo, assim, ajudar a articular as políticas sectoriais*” (Demante e Tymisky, 2008, pág. 18), na mesma sequência de ideias o autor africano Yatta, diz que “*com frequência, os governos locais sabem melhor quais as preferências e os recursos locais*” (Yatta, 2015, pág. 12), diz também Sy que, “*a governação local pode incluir organizações da sociedade local e líderes tradicionais e novos, o que é essencial para uma governação democrática dinâmica e para permitir uma implementação eficaz das políticas num contexto africano*” (Sy, 2009).

Segundo Logan, *“uma estrutura de autoridade mais participativa poderia gerir melhor os conflitos, uma vez que favorece processos decisórios consensuais, o que, com toda a probabilidade, melhora acessibilidade e a participação”*. (Logan, 2011, pág. 4)

*“A falta de capacidade local e de transparência são os principais desafios da governação descentralizada. A corrupção é um problema universal e os funcionários locais parecem ser-lhe especialmente suscetíveis”*. (Paulais, 2012, pág. 40). *“Na ausência de mecanismos de responsabilização adequados, as elites podem usar as eleições locais para manter o domínio do poder nas suas famílias”* (Acemoglu, Reed e Robinson, 2013, pág. 319-368).

As iniciativas de desenvolvimento local não se devem cingir apenas ao desenvolvimento económico local ou do território, procurando apenas gerar emprego, importa que atue a partir de uma perspetiva integrada de desenvolvimento, para constituir um desenvolvimento humano e social, implicando uma participação de todos os agentes da sociedade civil e de todo o tecido socioeconómico local, a mobilização do potencial endógeno do território, os pontos fortes do meio local para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

### 2. Desenvolvimento Económico do Território de Angola

Não queremos reportar neste capítulo apenas a descrição dos aspetos económicos da região do Huambo, sem antes efetuar uma breve abordagem ao desenvolvimento económico de Angola, antes e pós-independência.

A maioria da população de Angola, excetuando a população urbana (cidades), dedica-se essencialmente a agricultura e a pecuária como forma de subsistência. Nas zonas rurais por onde passam algumas estradas nacionais e ou terciárias, as famílias comercializam o excedente da sua produção ao longo das estradas a preços relativamente baixos, isto se se comparar os preços com os do mercado formal.

A agricultura é um dos sectores consagrados na Lei Constitucional de Angola como um dos privilegiados setores, que no entretanto tem sido muito negligenciado.

Até 2014 Angola viveu unicamente dos rendimentos do petróleo, tendo neste mesmo ano objetivado políticas orçamentais de proteção a economia face a vulnerabilidade das receitas do petróleo.

Embora já se falasse em diversificação da economia, pouco ou nada se fez para tal efetivação. Eis porque em 2015, o governo é obrigado a adotar medidas de austeridade devido a queda do preço do petróleo.

Partindo da perspectiva de que o desenvolvimento local pressupõe a flexibilização entre os atores económicos locais, o ambiente de negócios em Angola não tem sido salutar. Segundo a revista da OECD – Perspetivas económicas em África de 2015, “*Em termos de ambiente para realizar negócios, Angola ficou na 181ª posição entre 189 economias constantes do relatório Doing Business 2015, do Banco Mundial, (...) ocupando atualmente a posição 174 em termos de facilidade para se iniciar um negócio, (...)*”, “*o governo pôs em prática reformas ambiciosas para melhorar o ambiente de negócios e aumentar a competitividade. As reformas incluem: i) o Programa de Redução da Burocracia (PRB); ii) o Programa Facilitador de Crédito (PFC); e iii) a revisão da Lei do Investimento Privado.*” (OECD, UNDP, 2015, pág. 9-10).

No contexto do desenvolvimento territorial, depois de alcançada a paz efetiva, pós-guerra de 27 anos, que obrigou a uma grande migração rural/urbana, as assimetrias económicas entre as diversas regiões de Angola são ainda muito acentuadas.

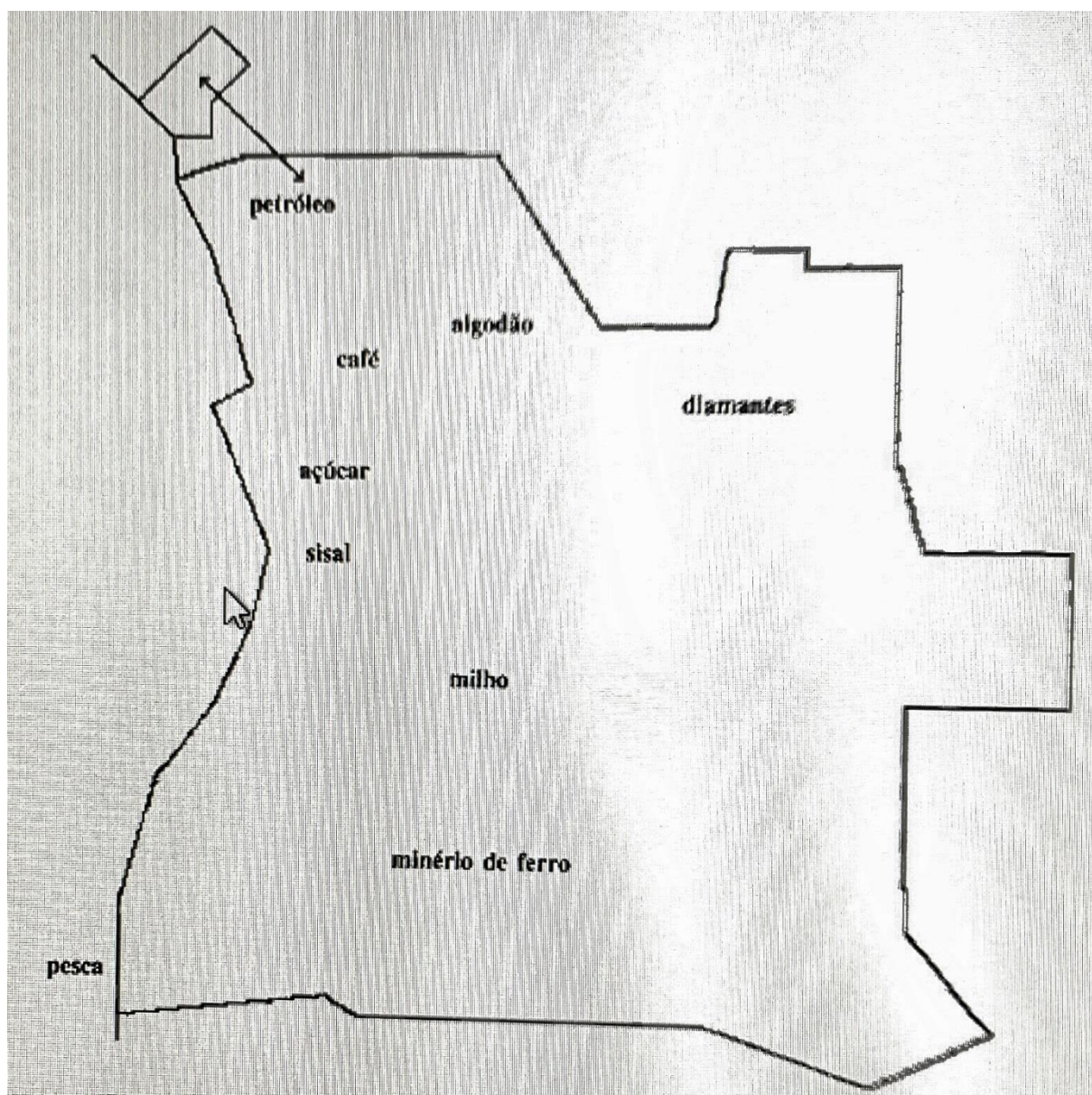
## **2.1. Os Primórdios do Processo de Industrialização de Angola**

A atividade industrial ainda que incipiente em Angola, teve o seu início entre os anos 60 e 70, quando se verificou uma viragem na política colonial portuguesa no território, que consistia em fornecimento de matérias-primas, economia de exportação e mercado das indústrias transformadoras e do vinho vindo de Portugal, para uma política desenvolvimentista, tendo daí resultado em grandes transformações verificadas nos sectores de transformações e indústria extrativa, onde a produção das indústrias extrativas dos ramos do diamante, ferro e petróleo teriam entre 1960 e 1972 uma forte progressão produtiva, assim como o sector da banca.

Entretanto, o processo da diversificação da economia teve início entre 1946 e 1972 pelas exportações de café produto de maior produção na época e principal produto de exportação, secundada pelas exportações de sisal, algodão e os produtos da pesca, que substituíram as exportações da borracha que teve a sua génese em 1908. Em 1972 foram estas substituídas pelo petróleo.

Segundo Adelino Torres, *“nos princípios da década de 70, a taxa de crescimento da economia angolana atingia níveis elevados e o período iniciado em 1961 apresentava um balanço onde eram evidentes as modificações estruturais ocorridas. A produção diversificara-se, o sistema bancário expandira-se e o capital apresentava fortes indícios de concentração em vários ramos de atividade. (...). Em novembro de 1971, com a publicação do Decreto-Lei nº 478/71, assistiu-se a uma nova viragem da política portuguesa em Angola. Pretende-se “solver o défice” da balança de pagamentos, “proteger” as indústrias transformadoras locais e impulsionar “um arranque económico equilibrado” no quadro da “interdependência” dos territórios no “espaço económico português”.* (Torres, 1983, pág. 1102)

Mapa 1: principais produções



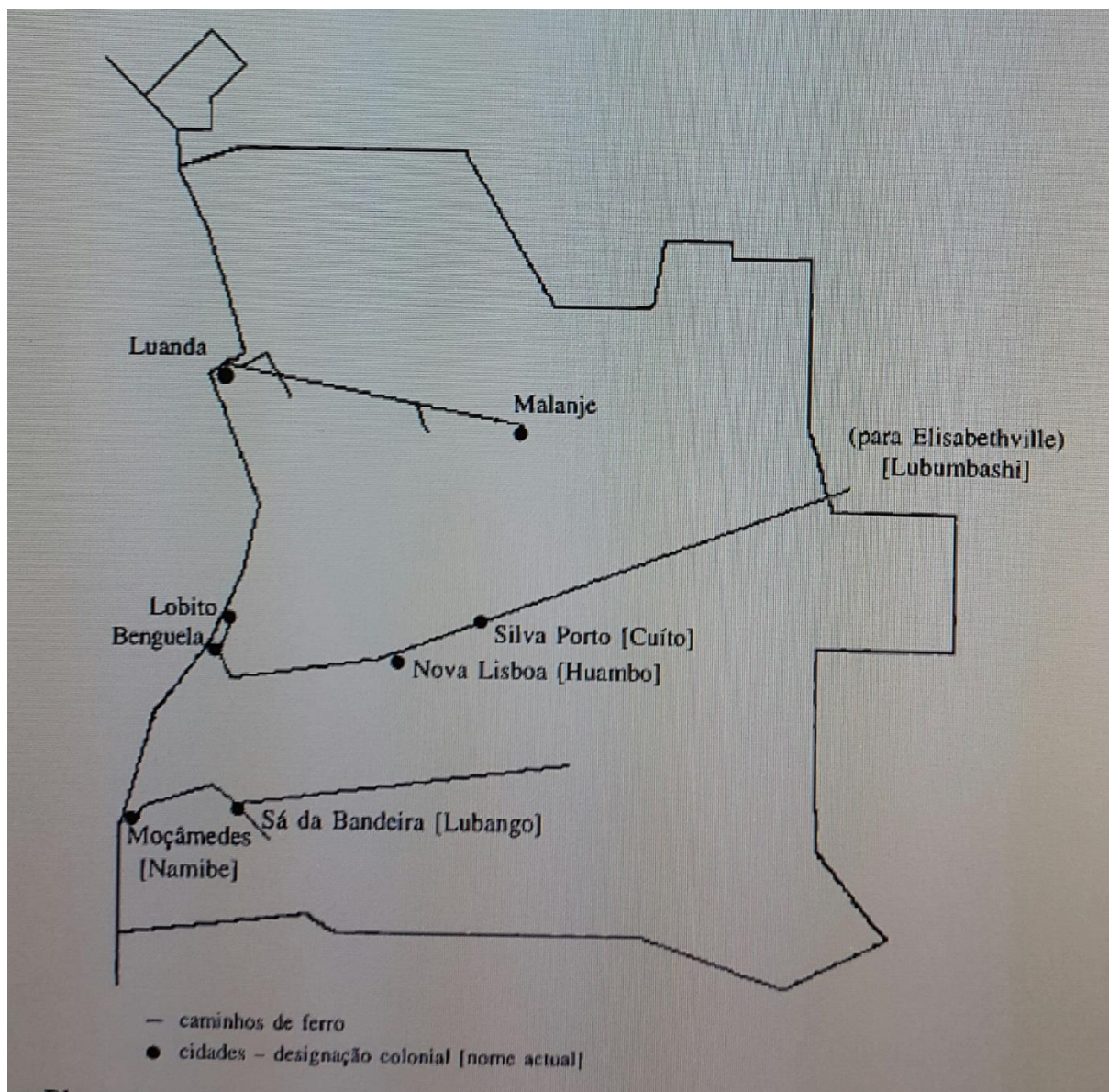
Fonte: Valério & Fontoura, 1994, pág. 1198

Nessa época já a indústria transformadora se diversificara, dando os seus primeiros e firmes passos, destacando-se os sectores ligeiros como: a indústria alimentar, têxtil, bebidas e tabaco que contribuíam com 64% do PIB total do território.

Segundo Valério & Fontoura “as plantações, minas e caminhos-de-ferro faziam parte de uma estrutura naturalmente virada para o exterior, contatando com ele através de portos”, (Valério & Fontoura, 1994, pág. 1199), demonstrado no mapa 2, os caminhos-de-ferro, sendo o mais extenso o do centro com cerca de 1500 km de vias, começada a construção antes da Primeira Guerra Mundial e concluída no final da década de 20, ligando o porto do Lobito aos planaltos

do Huambo, Bié e o Luena (no planalto da Lunda- Moxico), atravessando a fronteira com o ex-Congo Kinshasa, atual República do Congo.

Mapa 2: Caminhos-de-ferro e principais cidades



Fonte: Valério & Fontoura, 1994, pág. 1199

Mesmo em expansão da economia durante a exportação do café, a taxa de crescimento da economia foi moderada, comparada com o crescimento da década de 60 e da primeira metade da década de 70, «a época da industrialização do território».

Quadro nº 4 - Evolução da produção bruta das Indústrias Transformadoras em Angola entre 1962 e 1972

| SETORES                                                       | Evolução da produção bruta das indústrias transformadoras de Angola (1962-1972) |               |             |
|---------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|---------------|-------------|
|                                                               | 1962                                                                            | 1968          | 1972        |
|                                                               | %                                                                               | %             | %           |
| <b>A) Indústrias mais importantes em 1962-68</b>              |                                                                                 |               |             |
| Alimentação                                                   | 27,5                                                                            | 29,9          | 29,9        |
| Bebidas                                                       | 12,8                                                                            | 12,8          | 9,8         |
| Derivados do petróleo                                         | 13,9                                                                            | 10,9          | 4,9         |
| Têxteis                                                       | 13,6                                                                            | 10,3          | 11,4        |
| Produtos químicos                                             | 12,5                                                                            | 8,2           | 11,5        |
| Produtos minerais não metálicos                               | 6,5                                                                             | 6,7           | 5,0         |
| Tabaco                                                        | 8,2                                                                             | 6,2           | 5,3         |
| Papel e derivados                                             | 1,8                                                                             | 3,5           | 3,7         |
| Borracha                                                      | 1,0                                                                             | 3,1           | 2,8         |
| Calçado                                                       |                                                                                 | 2,1           | 0,27        |
| <b>B) Indústrias menos importantes em 1962-68</b>             |                                                                                 |               |             |
| Indústrias de madeira                                         | 0,19                                                                            | 0,67          | 0,61        |
| Indústria de mobiliário                                       | 0,35                                                                            | 0,27          | 0,43        |
| Produtos metalúrgicos de base                                 |                                                                                 | 1,0           | 2,5         |
| Produtos metálicos, excepto máquinas e material de transporte | 0,96                                                                            | 2,0           | 3,7         |
| Construção de máquinas, com excepção das eléctricas           |                                                                                 | 0,005         | 0,39        |
| Máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico    | 0,48                                                                            | 0,74          | 1,5         |
| Material de transporte                                        |                                                                                 | 0,26          | 3,0         |
| Produtos diversos (matérias plásticas e outras)               |                                                                                 | 0,97          | 2,8         |
| <b>Total</b>                                                  | <b>99,78</b>                                                                    | <b>99,615</b> | <b>99,5</b> |

Fonte: Torres, 1983, pág. 1104

As indústrias alimentares eram na década de 1962-1972 as mais produtivas, secundadas pelas indústrias dos têxteis, bebidas, derivados do petróleo e produtos químicos.

Atualmente o território debate-se com a recuperação destas indústrias destruídas, ora pela má conservação das mesmas, ora pela guerra que grassou no território durante aproximadamente 30 anos.

Mesmo assim, segundo indicadores do The World Bank, de 1990 a 2004, o peso do setor da agricultura no PIB de Angola, passou de 18% em 1990 para 9% em 2004 e quanto o setor da indústria transformadora passou de 5% em 1990 para 4% em 2004. (The World Bank, World Development Indicators, 2006).

Segundo a mesma fonte, a evolução da produção bruta da indústria transformadora de

2000 a 2005, em percentagens, foi a seguinte:

Quadro nº 5

| SETORES                | Evolução da produção bruta das indústrias transformadoras de Angola |      |      |      |      |      |
|------------------------|---------------------------------------------------------------------|------|------|------|------|------|
|                        | 2000                                                                | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|                        | %                                                                   | %    | %    | %    | %    | %    |
| Alimentação            | 29,9                                                                | 41,4 | 45,1 | 27,8 | 35,1 | 34,0 |
| Bebidas                | 39,2                                                                | 40,2 | 37,3 | 50,8 | 46,8 | 47,6 |
| Minerais não metálicos | 15,9                                                                | 12,6 | 11,2 | 10,4 | 10,0 | 9,1  |
| Restantes              | 15,0                                                                | 5,8  | 6,4  | 11,0 | 8,1  | 9,3  |
| Total                  | 100                                                                 | 100  | 100  | 100  | 100  | 100  |

Fonte: Ministério da Indústria (Plano de Médio Prazo para o período 2009-2013)

## 2.2. A Região do Huambo

Para melhor perceção das características que poderia ter o desenvolvimento local da Região do Huambo, considerou-se relevante o estudo e análise do ambiente socioeconómico da região, com o fim de se identificar as relações existentes entre o potencial dos recursos locais com relação aos sistemas de produção da localidade.

Neste contexto, faremos um diagnóstico estratégico da composição económica, desempenho dos sectores que interagem na estrutura produtiva da Região.

## 2.3. Geografia e Demografia

A Região do Huambo com um território que se estende por 35.771 km<sup>2</sup>, confinado a norte pelo Kwanza Sul, a nordeste pelo Bié, a sul pela Huila e a oeste por Benguela, situada na região planáltica central de Angola, acima dos 1500 metros, sendo o Morro do Moco localizado no Município do Londuimbali, o maior pico montanhoso da região, com 2.620 metros de altitude e de 1.510 metros de proeminência topográfica.

É no Huambo onde se encontra a maior bacia hidrográfica de Angola, por nele confluírem vários rios e riachos, em direção ao sul e litoral. Entre todos, os mais imponentes e com maior potencial para rega e instalação de centrais hidroelétricas e mini-hídricas para fornecimento de energia elétrica são: os rios Queve, Cunene, Cuando e Kubango. Em termos político-administrativo, o Huambo subdivide-se em 11 municípios, nos quais de acordo com o censo preliminar de 2014 residiam 1.896.147 habitantes (INE, 2015); concentrando-se a maior parte da população no município do Huambo (41,8% do total da região), e 26% da população

concentrados nos municípios da Caála e Bailundo.

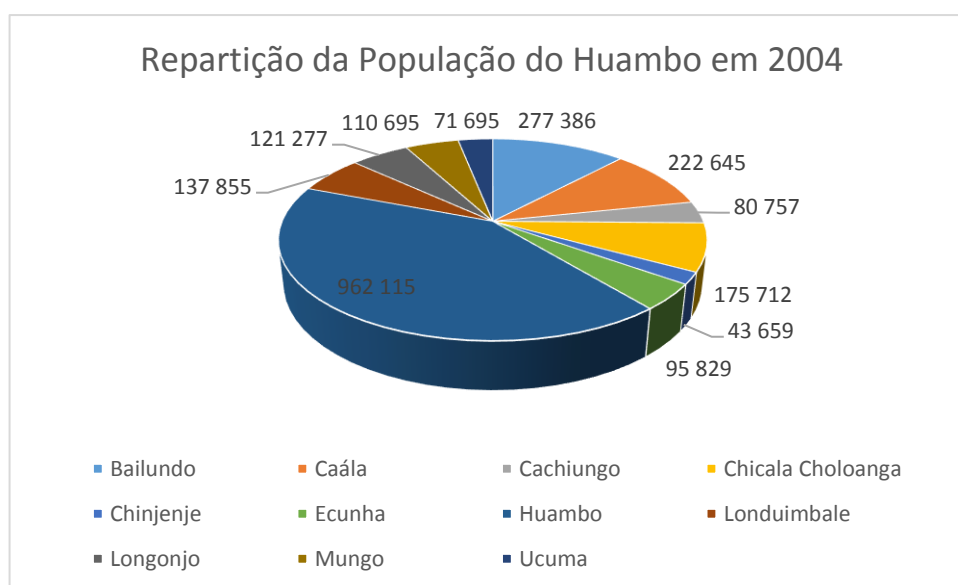
É importante referir que o crescimento demográfico não se distribui de forma homogênea na região, segundo dados do Governo Provincial do Huambo em 2005, e de acordo com o PDPH – Plano de Desenvolvimento da província do Huambo 2006-2010, concentravam-se em 2004 no município do Huambo cerca de 962.115 habitantes de um universo de 2.299.625 da população da região, seguindo-se o município do Bailundo com 277.386 e o município da Caála com 222.645 habitantes.

#### Quadro nº 6 - Repartição da População do Huambo em 2004

| MUNICÍPIOS        |                  |                            |               |                     |
|-------------------|------------------|----------------------------|---------------|---------------------|
|                   | Superfície (Km²) | População (mil habitantes) | Estrutura (%) | Densidade (Hab/Km²) |
| Bailundo          | 7.035            | 277.386                    | 12.1          | 39.4                |
| Caála             | 3.677            | 222.645                    | 9.7           | 60.6                |
| Cachiungo         | 2.947            | 80.757                     | 3.5           | 27.4                |
| Chicala Choloanga | 4.380            | 175.712                    | 7.6           | 40.1                |
| Chinjenje         | 800              | 43.659                     | 1.9           | 54.6                |
| Ecunha            | 1.676            | 95.829                     | 4.2           | 57.2                |
| Huambo            | 2.609            | 962.115                    | 41.9          | 368.8               |
| Londumbale        | 2.697            | 137.855                    | 6.0           | 51.1                |
| Longonjo          | 2.915            | 121.277                    | 5.3           | 41.6                |
| Mungo             | 5.400            | 110.695                    | 4.8           | 20.5                |
| Ucuma             | 1.600            | 71.695                     | 3.1           | 44.8                |
| <b>Total</b>      | <b>35.736</b>    | <b>2.299.625</b>           |               |                     |

Fonte: Governo Provincial do Huambo, 2004

Gráfico nº 1



Fonte: Elaboração própria a partir do censo de 2005 do GPH

Esta parcela do território de Angola foi uma das mais fustigadas pelos conflitos armados de 1974/2002. Ainda assim, podemos obter dados da população residente na região, no período de 1970/2004. Os dados obtidos uns foram publicados pelo INE 1987, outros estimados por organizações internacionais.

#### Quadro nº 7 – População Residente – 1970/2004 (mil habitantes)

| PROVÍNCIA  | ANOS  |      |       |      |          |      |           |   |            |      |
|------------|-------|------|-------|------|----------|------|-----------|---|------------|------|
|            | 1970  | %    | 1990  | %    | 2000     | %    | 2004      | % | 2014       | %    |
| Huambo     | 806   | 14,4 | 1.455 | 15,2 | 1.431,50 | 10,9 | 2.299.625 |   | 1.896.147  | 7,8  |
| Total País | 5.588 | 100  | 9.570 | 100  | 11.339   | 100  |           |   | 24.300.000 | 100% |

Fontes:

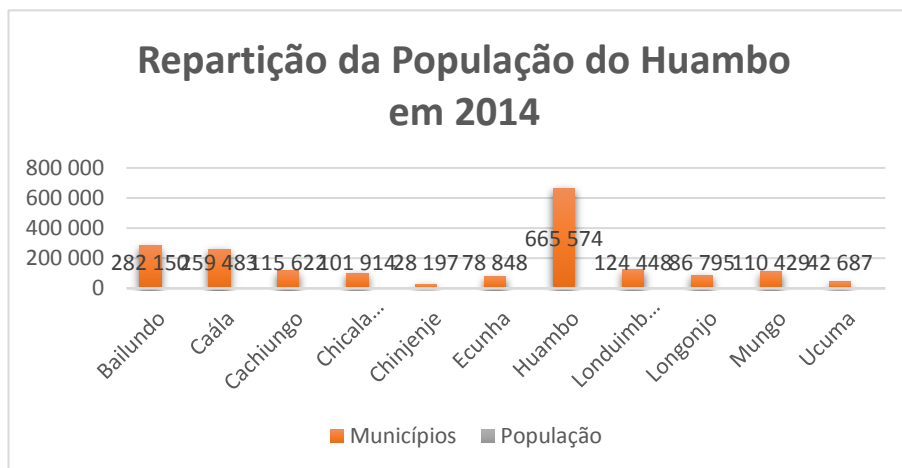
- Governo Provincial do Huambo, 2005
- Estimados pelo DIESA/UNDP. Estimativas provinciais obtidas a partir de relatório Nacional de Angola à Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, 2002.
- Boletim Demográfico nº 4, 1987, INE

#### Quadro nº 8 - Repartição da População do Huambo em 2014

| MUNICÍPIOS        |                  |                               |               |                        |
|-------------------|------------------|-------------------------------|---------------|------------------------|
|                   | Superfície (Km²) | População<br>(mil habitantes) | Estrutura (%) | Densidade<br>(Hab/Km²) |
| Bailundo          | 7.035            | 282.150                       | 14,9          | 39.4                   |
| Caála             | 3.677            | 259.483                       | 13,7          | 60.6                   |
| Cachiungo         | 2.947            | 115.622                       | 6,1           | 27.4                   |
| Chicala Choloanga | 4.380            | 101.914                       | 5,4           | 40.1                   |
| Chinjenje         | 800              | 28.197                        | 1,5           | 54.6                   |
| Ecunha            | 1.676            | 78.848                        | 4,2           | 57.2                   |
| Huambo            | 2.609            | 665.574                       | 35,1          | 368.8                  |
| Londumbale        | 2.697            | 124.448                       | 6,6           | 51.1                   |
| Longonjo          | 2.915            | 86.795                        | 4,6           | 41.6                   |
| Mungo             | 5.400            | 110.429                       | 5,8           | 20.5                   |
| Ucuma             | 1.600            | 42.687                        | 2,3           | 44.8                   |
| <b>Total</b>      | <b>35.736</b>    | <b>1.896.147</b>              | <b>100</b>    |                        |

Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares

Gráfico nº 2



Fonte: Elaboração própria a partir do censo de 2014 do INE (Preliminares)

### 2.3.1. Elementos Identificadores da Cultura Económica do Huambo

A região, conhecida como o celeiro de Angola, fora outrora o centro de investigação para o melhoramento da cultura do milho cultivado na região, na época da pré independência de Angola, tendo sido conhecidos os primeiros híbridos do milho que permitiram o aumento da produção deste cereal, que possibilitaram, por sua vez, o aumento da produção de rações para o gado, de alimento humano interno e para exportação.

Um dos municípios do Huambo “a Caála” fora um dos centros de escoamento da produção do milho.

Segundo Sócrates Dáskalos

*“nas vésperas do 11 de novembro de 1975, (data da independência de Angola) a região do Huambo ocupava o segundo lugar no contexto socioeconómico do país, (...). No setor agrícola destacava-se a produção de milho que chegava para o consumo local e para exportação que rondava, só esta, as 100 mil toneladas anuais; a Caála era o celeiro do milho de Angola e, ao longo da via-férrea até ao porto do Lobito alinhavam-se os grandes silos em cimento armado para armazenagem do rei milho”. (Dáskalos, 1999, pág. 118)*

Continua o autor “*Nas vésperas da independência, a produção leiteira no Huambo atingiu os 100 mil litros diários, a de rações para a pecuária atingiu as 110 mil toneladas. Ainda no setor agrícola a produção de batata era, na região do Huambo, uma das maiores do país, sendo Vila Flor a «rainha da batata» e a Caála «a rainha do milho». No setor pecuário a região do Huambo ocupava a segundo lugar, depois da Huíla e ao lado de Benguela, com grande concentração de gado bovino, caprino, e suíno na Caála, Vila Nova, Cuma, Bela Vista e Mungo*”.

De tal forma que de tal abundância de gado se tenha dado origem

*“a uma indústria transformadora de origem animal, (...), com duas salsicharias. Só a Sociedade Agropecuária do Buçaco abatia anualmente entre 20 a 30 mil suínos adquiridos a criadores locais (a mesma empresa também possuía salsicharias na Ganda e em Caconda); a fazenda “Nova Aurora” no Bailundo tinha também grande projeção no setor pecuário.*

*No sector da indústria transformadora de origem vegetal existia a unidade industrial mais bem dimensionada da Província, senão do país, que era a fábrica de cerveja “Cuca”, com um equipamento moderno com uma capacidade de produção anual instalada de 30 milhões de litros.*

*No que respeita à moagem de cereais, só dentro da cidade havia dez unidades, duas das quais de grandes dimensões, além das 65 distribuídas no resto da província. Ainda neste sector havia 5 unidades de produção de massas alimentares.*

*Na economia da província estava a tomar um volume importante a exploração de essências aromáticas, existindo duas unidades de extração, uma no Luimbale (londuimbale) e outra no Huambo.*

*Também na Fazenda Chinguari, na Vila Nova (Tchicala Tcholoanga), para além da produção de citrinos destinados ao fabrico da bebida “Sol do Sul”, começou-se a plantação de café arábica e de árvores aromáticas. (...). No Lépi existia uma unidade de conservas de fruta. (...). No Longonjo havia muitas cerâmicas, tornou-se a Caldas da Rainha de Angola. (...), à indústria extrativa, também o Huambo estava ganhando uma grande importância na balança económica do país com*

*a exploração do minério de ferro do Cuíma. O ramal de caminho-de-ferro Caála - Cuíma drenava anualmente 250 mil toneladas de minério de ferro. (...) exploração de ouro no rio Sambo.*

*A atividade comercial em terras do Huambo era intensa: em 1970 existiam 330 povoações comerciais, algumas das quais assim distribuídas: 61 na Caála e Bailundo, 37 no Huambo e 26 na Bela Vista".*  
(Dáskalos, 1999, pág. 119-124)

### **2.3.2. Atividades produtivas da região do Huambo**

A região do Huambo é de relevo acidentado, com grandes montanhas. É uma região com grandes recursos no seu subsolo, para além dos recursos hidrográficos, já referidos no ponto - 2.3. Geografia e Demografia. De clima húmido que oscila entre 10% e 60% e seco devido a sua localização planáltica, com temperatura média anual que ronda 15°C a 20°C de mínima e 20°C a 26°C de máxima, com duas estações climáticas, uma das chuvas a mais longa e outra a mais curta a estação seca.

O solo é ferrítico nalguns municípios, rico em recursos minerais.

Dadas as características dos solos de reduzida fertilidade e da ecologia desfavorável, as populações souberam tirar proveito das situações fisiográficas do meio. Utilizando métodos de cultura ancestral, conseguiram e conseguem nas terras de maior altitude utilizar o método denominado “ongongo”, ou seja, lavra do alto, cuja característica principal é a da cultura da batata, milho, feijão, trigo, ervilha, tremoço, amendoim e repolho. Na encosta, utilizam “ocumbo”, onde se cultiva essencialmente o milho, feijão, massambala, amendoim, gergelim, abóbora, feijão-frade (macunde) e árvores frutícolas (abacateiros, goiabeira, pereiras, bananeiras, etc.). No fundo dos vales e terras de menor altitude - onde se depositam os detritos lavados – pratica-se o método designado “onaka” (naka) ou lavra da baixa, cultivados normalmente após as chuvas com hortaliças, batata, milho, e feijão e, na bordadura da baixa, o método cuja drenagem e o manejo são mais fáceis “ombanda”, para cultivo de hortaliças (cebola, cenoura, repolho), milho e batata.

## 2.4. Agricultura: sistemas de cultivo e variedades produtivas da região

Sendo a agricultura a atividade económica de maior relevância na região do Huambo, assegurada principalmente pelo setor tradicional, (Empresas Agrícolas Familiares). É de subsistência, incidindo principalmente sobre as culturas de cereais, algumas leguminosas e hortícolas.

As variedades produtivas do setor são em maior escala o milho e o feijão.

No período de 2007 – 2011, conforme quadros nº 9 e 11 podemos constatar aquilo, que no setor agrícola e pecuária, se produz na região.

**Quadro nº 9 - Produção Agrícola na Região do Huambo**

| <b>Produção (Ton)</b> | <b>2007</b> | <b>2008</b> | <b>2009</b> | <b>2010</b> | <b>2011</b> |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Milho                 | 254.989     | 375.755     | 404.958     | 404.976     | 231.489     |
| Mandioca              | 23.693      | 52.236      | 91.128      | 138.960     | 121.638     |
| Feijão comum          | 28.008      | 98.765      | 116.424     | 97.648      | 27.316      |
| Batata                | 96.572      | 99.463      | 101.240     | 86.282      | 68.916      |
| Hortícolas            | 56.169      | 68.752      | 91.128      | 271.795     | 63.914      |

Fonte: MINAGRI – Huambo

**Quadro nº 10 - Incremento das Produções**

| <b>Produtos</b> | <b>2007/2008</b> | <b>2008/2009</b> | <b>2009/2010</b> | <b>2010/2011</b> |
|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Milho           | 32%              | 7,2%             | 0,0044%          | (73%)            |
| Mandioca        | 54%              | 42%              | 34.4%            | (14,24%)         |
| Feijão comum    | 71.6%            | 15,16%           | (19,23%)         | (27,97%)         |
| Batata          | 2,9%             | 1,75%            | (17,34%)         | (25,2%)          |
| Hortícolas      | 18,3%            | 24,55%           | 66,47%           |                  |

Fonte: MINAGRI – Huambo

Quanto a pecuária, a produção para além de ser assegurada pelo setor tradicional, existem já empresas que concorrem para o aumento da produtividade, conforme tabela do MINAGRI (Ministério da Agricultura):

### Quadro nº 11 – Criação Animal

| Setor       | Bovino  | Suíno     | Ovino | Caprino | Aves      |
|-------------|---------|-----------|-------|---------|-----------|
| Tradicional | 75.699  | 1.407.674 | 5.319 | 984.276 | 4.648.060 |
| Empresarial | 27.661  | 159.516   |       |         | 260.335   |
| Total       | 103.360 | 1.567.190 | 5.319 | 984.276 | 4.908.395 |

Fonte: MINAGRI – Huambo

Salienta-se que o setor empresarial, constituído por fazendeiros, com extensões de terra arável, com áreas por vezes incomensuráveis, não são de todo trabalhadas.

Muitos dos programas de fomento agrícola são assegurados pelo Ministério da Agricultura, através de descentralizada Delegação Provincial de Agricultura, que os coordena e intervindo essencialmente em programas de investimentos com fundos públicos (PIP – Programa de Investimentos Públicos), naqueles que convir estruturantes para a região.

Ainda assim, nalguns programas como os da assistência técnica agropecuária não tem sido constante e efetiva, porquanto a formação de quadros para esta área é exígua.

### 2.5. O Turismo

O turismo é um dos pilares de desenvolvimento económico, representando, para os países em via de desenvolvimento, uma fonte de captação de riqueza. É um setor da economia, transversal que, tendo incidência em vários outros setores da economia, possibilita - na ótica da empregabilidade de recursos humanos – a redução da pobreza.

Das diversas definições de turismo, Leiper (1979), dizia poder classificá-lo em três grupos: económicos (com enfoque comercial e económico), técnicas (com enfoque estatístico e de institutos de turismo) e holísticos (que abarcam todos os aspetos envolvidos no turismo). Contrapondo a visão de Leiper, Panosso (2010), considera que existem outras três visões distintas sobre o turismo:

- a) A visão leiga que entende o turismo como descanso, férias, viagens, etc.;
- b) A visão empresarial que considera as oportunidades de rendimento e lucros financeiros provenientes da venda de produtos e serviços oferecidos aos viajantes;
- e,

- c) A visão académico-científica que entende o turismo como estando “*relacionado com possibilidade de inclusão social; desenvolvimento de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar os positivos; coleta de dados quantitativos e qualitativos; produção de conhecimentos críticos na busca de sua melhor compreensão; implantação de políticas públicas de turismo; estudos interdisciplinares que envolvam a sociedade em todos os seus aspetos económicos, políticos, culturais, sociais e ambientais na busca de resolução de algum problema causado pelas viagens; análise e previsão de tendências de desenvolvimento do turismo.*” (Panosso Netto, 2010, pág. 17)

Tanto as definições de Leiper como as visões de Panosso Netto têm o mesmo objetivo, não se excluem, antes pelo contrário, complementam-se.

### **2.5.1. O turismo como fator de desenvolvimento da economia**

Em Angola, o turismo foi definido como uma alternativa para alavancar o crescimento económico e como motor de desenvolvimento na generalidade, segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento de 2010/2011, consignado na Lei nº 20/11 de maio – Lei do Investimento Privado.

O turismo desempenha um papel importante numa economia local, pelo fato de trazer para si mais emprego e consequentemente influenciar outros setores produtivos e de serviços.

Mas, para que as localidades se desenvolvam é necessário que se planifiquem ações capazes de desenvolver turisticamente as localidades, tendo em conta a maximização dos benefícios que da prática do turismo advêm, minimizando o impacto da pobreza local.

É importante que o fenómeno do turismo resulte, que se considere o habitante do local (o autóctone), aquele que direta ou indiretamente será influenciado pela prática do turismo na sua localidade (Dall’agnol, 2012). Realce-se ainda o fato de que para que haja sucesso individual de cada um dos atores, bem como dos destinos, tudo dependerá da eficiência na coordenação e na integração entre eles. (Aarstad, et al, 2010)

Sendo o turismo uma fonte impulsionadora do desenvolvimento importa que as entidades locais, (governos locais) criem condições para que o turismo seja, mesmo, uma atividade importante nas regiões economicamente “subdesenvolvidas”, sendo produtoras ou

possam produzir interesse turístico para àqueles que tem a possibilidade de o fazer, segundo Araújo *et al*:

*“O subdesenvolvimento constituía um estágio para o desenvolvimento e não uma situação estrutural decorrente, dentre outros fatores, da submissão e subserviência desses países, em períodos anteriores, a países imperialistas. O turismo era, e ainda é e muitas regiões, uma promessa de saída da situação depreciativa e de escassez existente.”*  
(Araújo *et al*, 2012, pág. 117)

É uma perspetiva de base económica, na qual se tem de elaborar planos e estratégias no sentido de as localidades produzirem serviços que possam ser adquiridos pelos turistas, contribuindo desta forma para o desenvolvimento económico local.

Segundo Milani & Droulers (UNESCO, 2002), a indústria turística nasce e desenvolve-se com o sistema capitalista. A partir dos anos 1960 o turismo torna-se uma grande atividade de lazer para milhões de pessoas, fonte de investimentos produtivos e de rendimento.

Tendo-se constituído num desafio para as organizações promotoras do desenvolvimento no contexto das transformações sociais contemporâneas. É devido ao elevado número de indivíduos direta ou indiretamente ligados com o fenómeno do turismo que passa a

Não se pode olhar para o turismo apenas numa perspetiva economicista, porquanto os rendimentos do turismo servem, também, para compensar consequências negativas, tal como preconiza Mamede:

*“O turismo, por sua própria natureza é seduzido por ambientes e sociedades singulares e por vezes frágeis, evidenciou-se (...) que os benefícios económicos foram neutralizados por consequências ambientais e sociais negativas não mensuradas previamente.”* (Mamede, 2003, pág. 31)

Importa ressaltar que o turismo é para além do mais uma indústria de serviços, por se repercutir sobre a base cultural dos povos locais, sobre a herança histórica, e se desenvolve em determinado meio ambiente (efeitos ecológicos e ambientais sobre a paisagem rural)

De acordo com Milani & Droulers (UNESCO, 2002), as relações entre turismo e desenvolvimento tem a ver com a fonte que é de enriquecimento e de crescimento económico, por gerar comércio. O turismo contribui para o desenvolvimento de forma positiva por:

- Gerar novas exigências de equipamento, alimento e infraestruturas, o que pode induzir a procura por novas atividades industriais e comerciais (novos mercados);
- Ter impacto positivo na criação de novos empregos;
- Incrementar o saldo da balança comercial, reduzindo défices macroeconómicos dos países;
- Participar no processo de promoção do diálogo entre diferentes culturas, que podendo ser positivo, pode também ter consequências nefastas;
- Massificar e desenvolver em grande escala a economia.

No quadro abaixo Milani & Droulers expõem as razões importantes que proporcionam o desenvolvimento baseado no turismo:

## Quadro nº 12 – Turismo nos Países em Desenvolvimento

### O turismo nos países em desenvolvimento

A contribuição positiva do turismo para o avanço econômico, social e ambiental dos países em desenvolvimento depende de fatores científicos, técnicos, sociais e político-econômicos. Reconhece-se, via de regra, que o turismo estimula o desenvolvimento de vários setores da economia nacional. O turismo pode acelerar o processo de urbanização por meio do crescimento contínuo da construção civil e reforma de instalações para turistas, o que implica a criação e melhoria das infraestruturas turísticas, mais particularmente em áreas afastadas. O turismo pode levar a aumentar os ganhos do Estado em moedas fortes necessárias para cobrir ou reduzir eventuais deficits na balança de pagamentos e propiciar, assim, o desenvolvimento da economia nacional. Ele pode ser um fator eficiente na redistribuição em termos de relações econômicas internacionais. Isso se explica admitindo que viajar é uma atividade social que surge de excedentes de renda. Consequentemente, o fluxo de viagens internacionais mais expressivo ocorre dos países mais ricos em direção a grandes centros internacionais (França, EUA e Espanha) e, em menor importância, aos países em desenvolvimento. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo, em 1997, entre os países em desenvolvimento, a China ocupava o 6º lugar em números absolutos de turistas no plano mundial (com 3,89 % do total dos turistas mundiais), o México o 8º lugar, a Tailândia com o 20º, a África do Sul o 26º, o Egito o 34º, o Marrocos com 38º e, dentre os países da África subsaariana, o Zimbábue em 60º lugar com cerca de 0,24% do total de turistas mundiais. O desenvolvimento do turismo exige ajustes, uma vez que se trata de um «cluster» econômico não-tradicional. Seu planejamento costuma envolver objetivos conflitivos ou incomensuráveis. Portanto, o setor turístico requer estratégias para ser implementado de modo a favorecer o desenvolvimento de um turismo sustentável e alternativo. Essas estratégias consistem, por exemplo, em colocar o meio ambiente em primeiro lugar; em fazer do turismo um setor de ponta; em reforçar os canais de distribuição no mercado; e, finalmente, em construir um setor privado dinâmico. A coerência dessas estratégias depende de iniciativas conjuntas entre os setores privado, comercial e público. Ela exige a identificação clara dos papéis e responsabilidades. O planejamento estratégico oferece uma abordagem integrada para a gestão do setor e promove um senso comum de propriedade para os inúmeros atores e operadores envolvidos. Esta abordagem produz um leque de indicadores de desempenho, os quais permitem avaliar o desempenho global do setor. As características definidoras do planejamento estratégico são, internas e alia a adoção de uma perspectiva de longo prazo, o desenvolvimento de um plano holístico e integrado que controle o processo de mudança pela definição de metas e um processo de decisão formalizado e centrado no desenvolvimento de recursos humanos.

Fonte: Milani & Droulers (UNESCO, 2002, pág. 8)

No entanto, nem tudo o que o turismo proporciona as localidades é positivo, como podemos constatar no quadro nº 12.

**Quadro nº 13 – Impactos do Turismo nas áreas de implantação**

| <b>Impactos do turismo</b> |                                                                                                     |                                                                                                                                                                |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Área</b>                | <b>Impactos potenciais positivos</b>                                                                | <b>Impactos potenciais negativos</b>                                                                                                                           |
| Economia                   | Receitas, empregos, nível de vida da população local, investimento                                  | Inflação local, especulação imobiliária, concentração dos investimentos e perda de investimentos alternativos, custos em termos de infraestruturas necessárias |
| Turismo e comércio         | Reconhecimento da região, novas infraestruturas, maior acessibilidade                               | Preços mais elevados e reputação junto ao comércio, desenvolvimento descontrolado do comércio local                                                            |
| Sociedade e cultura        | Maior empenho dos residentes na promoção dos eventos locais, reforço dos valores e tradições locais | Comercialização sazonal de atividades privadas, alteração dos costumes em função do turismo, custos sociais (prostituição, abuso de drogas e álcool)           |
| Psicologia                 | Orgulho quanto aos costumes locais, reconhecimento da riqueza da troca com outro                    | Atitudes defensivas face a outras culturas, hostilidades por dificuldade de comunicação                                                                        |
| Política e administração   | Reconhecimento internacional, desenvolvimento local integrado                                       | Mau planeamento, segregação socioespacial                                                                                                                      |
| Meio ambiente              | Novas infraestruturas, conservação de algumas áreas, estratégias de gestão sustentável              | Degradação ambiental, produção, alteração de hábitos alimentares, produção excessiva e sazonal de resíduos sólidos                                             |

Fonte: Milani & Droulers (UNESCO, 2002, pág. 10)

### **2.5.2. A Multifuncionalidade da Agricultura e o Turismo no local**

A multifuncionalidade da agricultura é valorizada pelo património local associado ao estilo de vida, às formas tradicionais de produção, ao meio ambiente, às tradições culturais, etc., para além da produção alimentar.

Em concordância com Barrera & Muñoz (2003), o trabalho dos agricultores produz, para além dos alimentos, uma série de externalidades ambientais (positivas: paisagens naturais, proteção de bacias hidrográficas, biodiversidade e habitat para a fauna; negativas: contaminação por pesticidas, erosão do solo e redução da biodiversidade), sociais e culturais (estilo de vida, património cultural, contribuição para o desenvolvimento rural, renda e emprego nas áreas rurais, além da própria viabilização das áreas rurais).

*“Dessa perspetiva, a noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura – que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas e se torna responsável pela conservação dos recursos naturais, pelo património natural e pela qualidade dos alimentos.”* (Costa-Alves & Guimarães 2009, pág. 50)

Esta valorização multifuncional da agricultura faz com apareçam ou surjam novas atividade não agrícolas nas localidades.

Citando Barrera & Muñoz, dentre as novas atividades, *“a venda direta de produtos na fazenda, atividades de turismo e recreação, acordos para a manutenção das paisagens rurais e prestação de serviços, são formas de diversificação da economia no local”*.

Sendo que o turismo no espaço rural apresenta características peculiares, tornando-o francamente promissor para o desenvolvimento do local, tem, no entanto, um aspeto associado que é a iniciativa e gestão locais. As políticas públicas no local devem ter em conta todos os aspetos passíveis de flexibilizar e reunir competências e potencialidades locais para que esta atividade seja capaz de gerar no espaço rural emprego, oportunidade para o empreendedorismo das mulheres locais, valorizar o património cultural e ambiental, fomentar novas formas de comercialização dos produtos agrários e possibilitar a diversificação da economia local.

É neste contexto que podemos assim introduzir aqui o conceito de agroturístico.

O Agroturismo é um conceito turístico com elevada implantação nalguns países europeus, como a Inglaterra, Dinamarca, Irlanda, na década de 60. Em Portugal começou a dar os primeiros passos na década de 90 com meia dúzia de unidades e em crescimento em vários locais rurais do país.

### 2.5.3. A agricultura sustentável e o ambiente turístico na região

Antecedentes:

Há poucos registos da atividade turística na região do Huambo, durante o período colonial, porquanto o turismo era apenas de serviço, o que acontece nos dias de hoje. Ainda assim a região conheceu uma melhoria das infraestruturas hoteleiras nos últimos anos da administração portuguesa, isto, para fazer face a procura de alojamento de quem se deslocava a região em trabalho ou em negócios.

Atualmente:

Este setor industrial começa a dar alguns passos, em virtude da abertura que o setor público tem dado ao sector privado, - passos muito curtos -, que procura melhorar algumas áreas de fazendas coloniais e outros novos terrenos adquiridos e ou ocupados e fazer delas zonas para o agroturismo.

Todo o território do Huambo apresenta especificidades e oportunidades bastante favoráveis para o desenvolvimento turístico, através da localização de algumas unidades hoteleiras. Falta, entretanto, uma planificação regulamentada para um desenvolvimento do turismo na região, ou seja, um Plano de Ordenamento Regional.

Importa criar condições para que o desenvolvimento económico e social que o turismo acarreta possa ser visível e útil na região. Não se pense em desenvolver um turismo de massa, mas sim, um turismo sustentável – turismo rural, agroturismo, ecoturismo – procurando assim, tornar as zonas rurais mais atrativas e desta forma aproximar as populações rurais às zonas urbanas, através do intercâmbio com os turistas que as visitam.

Assim, para garantia da sustentabilidade do desenvolvimento do turismo faz-se necessário a elaboração de uma política nacional de turismo, definindo-se a articulação do setor turístico com as políticas de ordenamento do território.

No Huambo existem já áreas como as da Chipipa, Alto-Hama, Calenga e Calima, onde o conceito do agroturismo começa a fazer-se notório.

Segundo o Vice-Governador do Huambo para-o Sector Económico e Produtivo, Senhor David Barbosa (2015) “*a classe empresarial privada e público-privada deve promover o turismo e a imagem da província por forma a atrair mais turistas para a região, incentivando desta forma a troca de ideias e o estabelecimento de parcerias económicas*”.

Queria, David Barbosa, dizer que, a aposta no turismo representaria um pressuposto no sentido de solucionar os problemas socioeconómicos, criando, assim, oportunidades para maior crescimento, aumento da riqueza e do rendimento na região, abrangendo as populações locais.

Pesa embora, a abertura que o executivo de Angola tem feito, existem alguns sectores do executivo e da sociedade em geral que emperram todo este processo de abertura, porquanto são ainda fortes os constrangimentos burocráticos para a entrada de turistas no país, os elevados preços das viagens, as fracas vias de comunicação terrestre e comunicação aérea exígua, a insegurança das pessoas e o elevado custo de vida no território.

O subdelegado do MCHT (Ministério do Comércio, Hotelaria e Turismo), senhor Fernando Cavinda, na nossa entrevista de 15/06/2016, afirmava que, “existem várias e lindas áreas rurais de lazer, que não têm sido visitadas por dificuldades de acesso. As estradas estão degradadas, exemplificando o acesso a uma das 7 maravilhas de Angola, no Huambo, o Morro do Moco, que dista de 17,5 Km do município do Londuimbali, onde as estradas são intransitáveis no tempo chuvoso, embora se possa fazer com dificuldades no tempo seco. Outros lugares de interesse turístico são: o Museu de Municipal, onde está instalado o Museu de Antropologia, a Reserva Florestal de Cavongue, com 39 Km<sup>2</sup> de área protegida, a Ilha dos Amores, na Ekunha, a Embala Grande que dista de 20 Km da capital da Província do Huambo, entre outros.

#### **2.5.4. O número de Visitantes Turistas no Huambo em 2015 e 2016**

O Huambo possui condições naturais e culturais que lhe granjeiam um papel importantíssimo no que toca ao turismo regional. O setor do turismo é aquele, que na região em termos conjunturais poderá, em agregação a agricultura, contribuir fortemente para o progresso económico da região.

Pesa embora, o turismo na região ser ainda e apenas de serviços, existem outros subsectores como o de férias e de negócios. Importa, ainda assim, perceber a evolução do número de turistas que a região recebeu no ano de 2015 e primeiro trimestre de 2016.

Os indicadores possíveis e existentes que nos informam a afluência efetiva de turistas e visitantes na região são os números de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros e o número de visitantes, segundo o movimento migratório dos postos de turismo.

Quanto ao número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros – hotéis, pensões, hospedarias, aparthotéis - no Huambo, registaram-se as seguintes cifras:

#### Quadro 14 - Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros no Huambo

|               | 2015   | 1º Trimestre de 2016 |
|---------------|--------|----------------------|
| <b>Huambo</b> | 43.652 | 3.313                |

Fonte: Dados da DPCHT

#### Quadro 15 – Número de Visitantes

|               | 2015   | 1º Trimestre de 2016 |
|---------------|--------|----------------------|
| <b>Huambo</b> | 27.435 | 3.069                |

Fonte: Dados da DPCHT

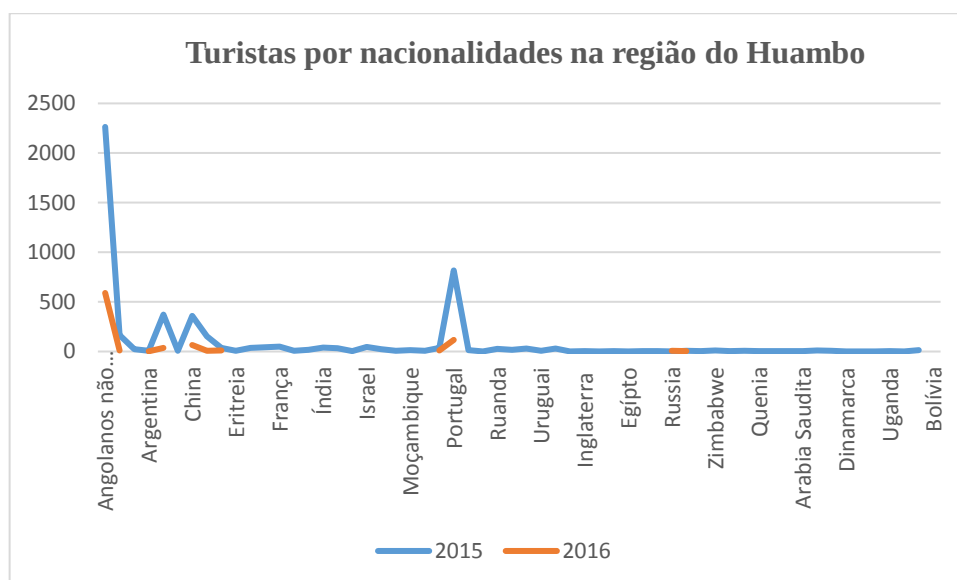
O número de visitantes registados é inferior ao número de dormidas, porquanto muitos dos visitantes são nacionais em férias e procuram estadias em habitações familiares

#### Quadro 16 - Percentagem de Hóspedes estrangeiros

|               | 2015  | 1º Trimestre de 2016 |
|---------------|-------|----------------------|
| <b>Huambo</b> | 2.600 | 316                  |

Fonte: Dados da DPCHT

#### Gráfico 3 – Número de Turistas por Nacionalidade



Fonte: Própria, partindo de dados da DPCHT

Os turistas nacionais não residentes e portugueses são aqueles que mais visitam a região do Huambo.

O desenvolvimento turístico depende de sobremaneira de equipamentos adequados, segurança e taxas de transportação acessíveis. Segundo (Alexandre, 2001), o sistema do turismo é “*composto pelas diversas estruturas e pelos múltiplos intervenientes que contribuem para uma possível delimitação da procura e oferta turística. Assim, temos do lado da procura os fluxos populacionais que, na sua qualidade de potenciais visitantes são a condição necessária para o crescimento das atividades turísticas de uma região e, do lado da oferta, as atrações (recursos naturais e culturais, atividades desportivas ou de animação), os transportes e acessibilidades, os equipamentos e serviços turísticos (de alojamento, de restauração) e a informação/promoção*”.

Segundo dados estatísticos da Direção Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo, a região do Huambo apresenta uma capacidade de 1.913 camas, divididas entre Hotéis, pensões, hospedarias, complexos turísticos, e aparthotéis, como se apresenta no quadro 17.

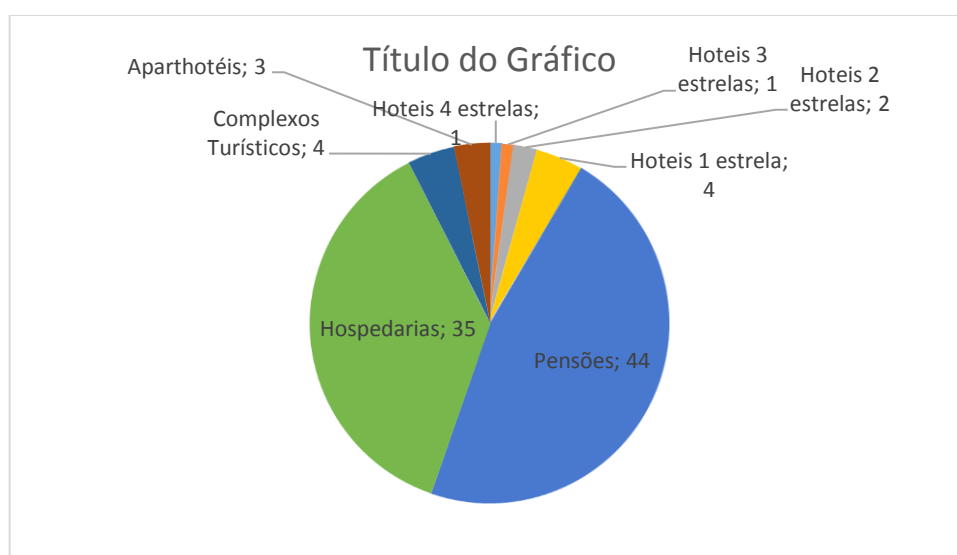
**Quadro 17 – Número de camas nos alojamentos da região do Huambo**

| Hotéis | Pensões | Hospedarias | Complexos Turísticos | Aparthotéis | Totais |
|--------|---------|-------------|----------------------|-------------|--------|
| 495    | 747     | 417         | 165                  | 89          | 1.913  |

Fonte: Dados da DPCHT

O alojamento turístico caracterizado pelos hotéis tradicionais, maioritariamente por pensões. Começam a aparecer já alguns complexos turísticos como o “Complexo Turístico – Cantinho da Paz” na Chipipa, onde é privilegiado o agroturismo.

**Gráfico 4 – Estabelecimentos Hoteleiros na região do Huambo**



Fonte: Própria, partindo dos dados do DPCHT

São ainda muito ténues, os passos que o agroturismo dá para a sua implementação na região do Huambo. Este tipo de turismo, pela sua capacidade de atração de adeptos devido tranquilidade que emana, a ligação ao meio ambiente, deve ser visto como impulsionador rápido do desenvolvimento local. Para que tal se verifique, urge a necessidade de se implementar um instrumento de gestão do território, que para o caso, a semelhança do que existe em países desenvolvidos, *“um sistema de planeamento e ordenamento do território, com grande influência do modelo sueco então na moda (...)”*. (Vieira, 2007)

### **3. ASPETOS METODOLÓGICOS DO TRABALHO EMPÍRICO**

A elaboração desta investigação foi conduzida sob as seguintes atividades:

- a) Avaliação dos objetivos e conteúdos dos pressupostos das instituições segundo o Programa Nacional de Desenvolvimento e o nível de coordenação entre a planificação proposta e o Programa de Desenvolvimento Local.
- b) A análise e registo histórico agrícola e do turismo local é feito através de investigação documental utilizando fontes de informação de autores da região anteriores a independência e pós-independência do país que abordam os temas referentes ao desenvolvimento da agricultura e do turismo, assim como a recolha de informação quantitativa de ambos os setores assentes nos acervos bibliográficos das instituições da região.
- c) Através de materiais passíveis de estudo analisou-se a agricultura e o turismo como meio de expansão, apropriação, desapropriação e transformação da região como efeito de uma atividade económica estratégica que pode ser usado pelo sistema, com vista ao crescimento do local.

#### **3.1. Metodologia**

“Uma pesquisa pode ser definida como um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico de forma a se descobrirem respostas para problemas por meio do uso de procedimentos científicos”. (Gil, 1985)

“A metodologia é uma descrição clara e precisa dos métodos, materiais, e equipamentos utilizados, com vista a que os outros utilizadores possam continuar com a investigação no futuro” Geller (2011, pág. 22).

Segundo (Yin, 1990), “não existe nenhum método que seja melhor ou pior que algum outro, o que se deve é procurar uma melhor adequação entre o método, o objetivo e as condições nas quais uma pesquisa está sendo realizada.”

Podemos então afirmar que, a metodologia é o estudo dos métodos ou dos instrumentos necessários para a elaboração de determinado trabalho.

Para a elaboração deste trabalho, foram avaliados os objetivos das Instituições da região e os conteúdos propostos nas planificações 2013 a 2017 do Governo Provincial do Huambo, pesquisaram-se suportes documentais e bibliográficos. A pesquisa bibliográfica surgiu da necessidade de se fazer o levantamento de referências teóricas que nos auxiliassem na seleção de definição dos conceitos que contribuem para o problema investigado, porquanto o pesquisador necessita alinhar as possíveis implicações teóricas, tendo em conta os fenómenos tidos como referência aos objetos investigados (Thiollent, 1997).

Segundo Mann, “os documentos são a nossa história. Eles registam fatos do passado e o presente está na relação casual com o passado.” Mann (1970, pág. 86).

A fase exploratória de campo sobre **Gestão Pública para o Desenvolvimento Local Endógeno - Região do Huambo – Angola**, obedeceu ao critério baseado em entrevistas, sob conversa orientada para os objetivos previamente delineados, através de interrogatório, necessitando para tal a recolha de dados que não são encontrados em registos, apoiando-nos num formulário contendo questões que foram anotados pelo entrevistador.

Para o levantamento de campo foi elaborado um inquérito resultante da especificidade dos elementos que compõem a população. E para minorar os problemas de deslocações, porquanto as vias de acesso as localidades se encontravam em condições péssimas, foi escolhida a amostragem não probabilística accidental, casual e ou conveniente, por se selecionar apenas elementos da população que constituem objeto de interesse na perspectiva do inquiridor.

### 3.2. Análises e Variáveis da Pesquisa

*“As variáveis são aspetos, propriedades ou fatores reais ou potencialmente mensuráveis pelos valores que assumem e discerníveis num objeto de estudo; são exemplos de variáveis – o rendimento, a faixa etária, o grau de escolaridade, o sexo, a profissão e, etc., desde que destaquem os valores que contêm”.* Cervo e Bervian (2002)

Sendo o questionário a forma mais usual para a coleta de dados, por possibilitar a mensuração com exatidão desejável, o questionário contém um conjunto de questões relacionados com o problema central e com a estrutura que se segue:

#### 1- Perceção da comunidade local

- Local de residência (rural ou urbana)
- Naturalidade
- Quanto tempo reside na localidade

- Condições de utilização da residência
- Sexo
- Grau de escolaridade
- Ocupação
- Setor de trabalho
- Concorde que a agricultura influencia o aparecimento de outras atividades como a agroturismo.
- Que influencia teve a agricultura para o aparecimento de outras atividades como o turismo
- O agroturismo contribui para o aumento da oferta de produtos e serviços
- Como avalia a economia local atualmente
- Que áreas da localidade necessita de mais investimento e prioritário
- Como avalia a execução dos projetos programados pelo Executivo Local para os anos 2013-2017 quanto ao grau de execução dos projetos nos setores de agricultura e do turismo.

Com base nos orçamentos propostos pelo Plano de Desenvolvimento Provincial do Huambo, do volume III – Fichas de Projeto, destacamos 2 programas propostos para complemento do questionário elaborado.

1. Programa Operacional 1 – Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural
  - a. Desenvolvimento do Setor Agrícola;
  - b. Desenvolvimento do Setor Pecuário;
  - c. Desenvolvimento do Setor Rural e Pescas.
2. Programa 3 – Turismo e Cultura
  - a. Desenvolvimento Turístico;
  - b. Desenvolvimento de Espaços Culturais.

Para garantia do rigor exigido pela investigação, a recolha da informação foi feita diretamente pelo investigador, evitando desta forma, atrasos e erros, garantindo desta forma o retorno dos mesmos.

O questionário foi tratado no período de março e abril de 2016. Tendo da recolha resultado 1015 questionários válidos.

Utilizámos para este estudo, preferencialmente, a investigação qualitativa, não deixando de realçar a utilização da investigação quantitativa através da recolha de dados, apresentação e análise de dados que permitiram a sua quantificação, mesmo porque, no que diz respeito ao turismo, a Organização Mundial do Turismo afirma que, *“a análise qualitativa é uma forma de abordar a realidade do setor turístico; entretanto, não deve ser considerada uma metodologia alternativa à análise quantitativa, mas sim metodologia complementar”*. *“Tem-se revelado como uma ferramenta de grande valor nos casos em que a informação quantitativa não é adequada em função de determinadas circunstâncias e nos setores ou assuntos em que as questões qualitativas, os planeamentos ou as preferências tenham forte peso na determinação do comportamento das variáveis turísticas”*. OMT (2005, pág. 10).

*“A pesquisa quantitativa baseia a sua análise na informação proporcionada pelos dados e fontes. Os resultados obtidos por meio dessa análise devem explicar o comportamento da população que se quer estudar. Daí a importância da precisão estatística na obtenção da amostra, na elaboração dos questionários e na pesquisa quantitativa.”* OMT (2005, pág. 11).

### 3.3. Determinação do Tamanho da Amostra

No pressuposto de que as fórmulas normalmente utilizadas para a determinação do tamanho da amostra, se fazem os cálculos com a ideia de que o universo da população de onde se extrai a amostra é de sobremaneira grande, designando-se, então, população infinita. Não sendo a população tão grande, neste caso e tendo a amostra tamanho finito, aplicou-se à fórmula, para resolução do problema, um fator de correção, como se pode observar na fórmula abaixo, com vista a obtermos a fórmula corrigida.

$$n = Z^2 N p q / \epsilon^2 N + Z^2 p q$$

Sendo que:

n = tamanho da amostra

Z = valor calculado a partir do nível de confiança

N = Tamanho da População (Universo populacional em estudo)

P = Proporção esperada

q = Nível de confiança (95%)

$\epsilon$  = nível de erro da amostra

$$n = (1,95)^2 * 1.015 * (0,5) (0,5) / (0,05)^2 * 1.015 + (1,95)^2 * (0,5) * (0,5)$$

Com base na população compreendida entre os 18 e 70 anos, (1.015 = 488 de zona rural e 527 de zona urbana), foi calculado através do tamanho da População, estratificada em sexo e concentração urbano-rural, considerando o nível de confiança de 95%.

Sabendo desde logo, que parte da população a inquirir não responderia ou abster-se-ia, aos inquéritos, e pressupondo-se uma população maior, a responder aos questionários, para garantir o nível de significância, fez-se um incremento de 5% a fórmula.

Foram feitas entrevistas a entidades dos setores agropecuários e turismo e a outros agricultores familiares para melhor nos aquilatarmos dos apoios e iniciativas públicas para o alcance dos objetivos propostos no Plano Nacional de Desenvolvimento.

Por outro lado os objetivos, resultados, metas e indicadores das propostas do Executivo, serviram, também, de indicadores para as entrevistas e comparação com os dados obtidos nas pesquisas com a finalidade de clarificar a articulação entre as propostas locais da região do Huambo e as do Plano Nacional de Desenvolvimento.

### **3.4. Área de Estudo**

A área de estudo compreende a Região (Província) do Huambo - Angola. Salienta-se que, embora neste estudo se dimensione as questões sociais e económicas apenas entre as atividades específicas da agricultura e o turismo, fica de fora a pecuária.

Os impactos que o turismo pode causar no setor agrícola na zona de estudo são de ordem sociais, económicas e ambientais, pesa embora, este (o turismo) não se faça sentir grandemente, por ser um setor recente e com muito pouca atividade

As características desta região, já citadas no ponto 2.3 – Geografia e Demografia, no & 2, são comuns as diversas municipalidades rurais do país, porque:

- a) Conta com pouca participação dos cidadãos na gestão da coisa pública local;
- b) Conta com poucas ou escassas capacidades técnicas, administrativas, logísticas e humanas;
- c) Carece de um Plano de Operacionalidade Regional e de Desenvolvimento Institucional fortes e funcionais;

A planificação e os orçamentos regionais são feitos sem ter em conta um Plano de Desenvolvimento Local Concertado, isto é, sem a participação dos atores sociais locais.

Este estudo tem como fonte de informação as instituições e entidades coordenadoras económicas dos sectores investigados.

### **4.1. Análise dos Resultados**

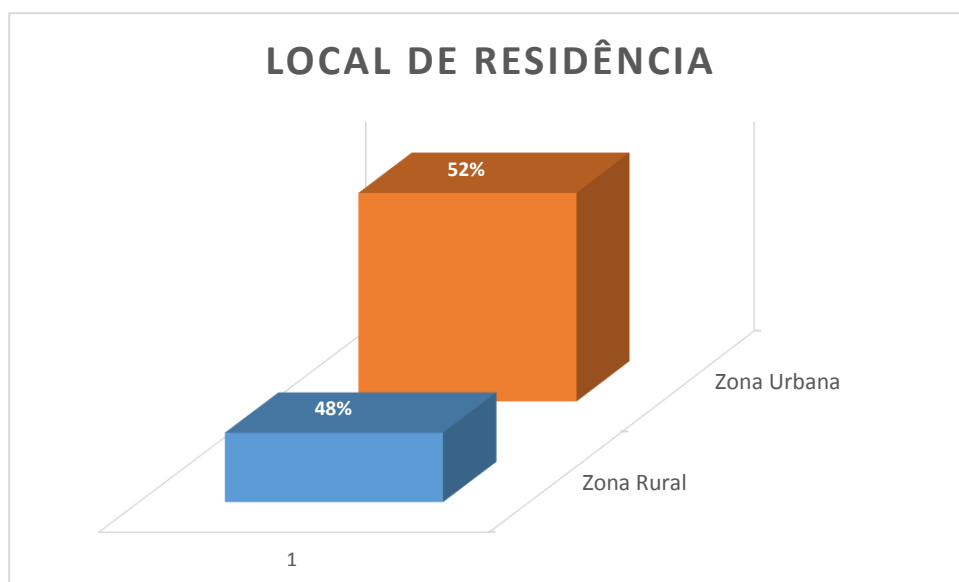
Para investimentos em infraestruturas e apoios a agropecuária e ao turismo, a Região do Huambo teve um orçamento planificado no Orçamento Geral do Estado um valor que soma 317.619.848,85 € (Euros) ou seja 58.818.490.527,00 Kwanzas, conforme planificado no PDP.

Com a conclusão de trabalhos de asfaltagem da estrada Luanda – Huambo que dista de 650 Kms, os populares deslocados/refugiados para Luanda devido a guerra civil que grassou o território até 1991 podem regressar as origens e outros que por motivos de aquisição de parcelas de terrenos aráveis e outro a negócios e ou serviços podem deslocar-se para a região de maneira mais fácil até 2014, ano em que as vias asfaltadas se degradaram por falta de manutenção e boa gestão da coisa pública.

#### **4.1.2. Análise da percepção da comunidade local**

Quanto a localização dos entrevistados, 52% residem na zona urbana e 48% reside em zona rural do território do Huambo

Gráfico 5 - Local de residência no território do Huambo



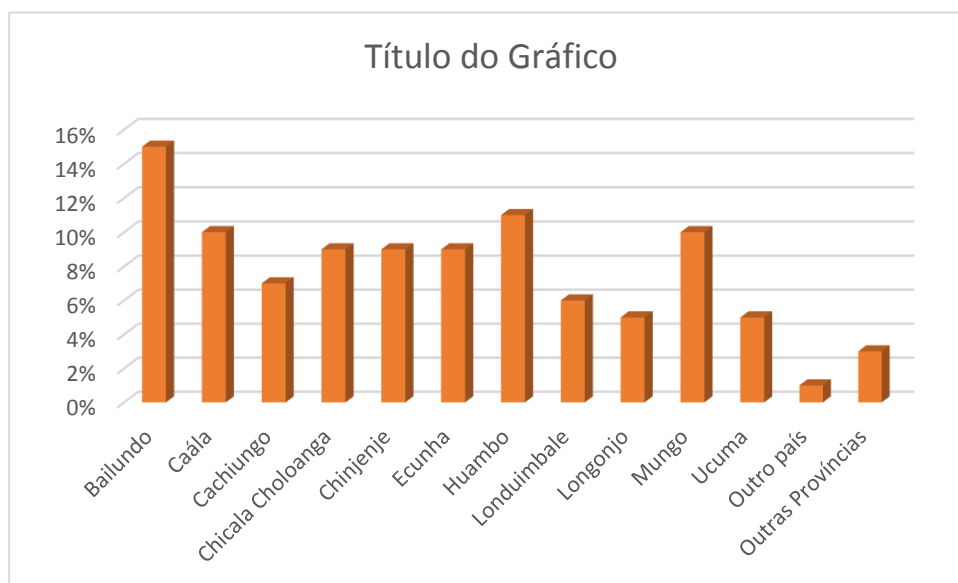
No que respeita a naturalidade dos entrevistados, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 18 - Naturalidade dos entrevistados

| Municípios           | Frequência | Percentagem |
|----------------------|------------|-------------|
| Bailundo             | 152        | 15%         |
| Caála                | 102        | 10%         |
| Cachiungo            | 71         | 7%          |
| Chicala<br>Choloanga | 91         | 9%          |
| Chinjenje            | 91         | 9%          |
| Ecunha               | 91         | 9%          |
| Huambo               | 112        | 11%         |
| Londuimbale          | 61         | 6%          |
| Longonjo             | 51         | 5%          |
| Mungo                | 102        | 10%         |
| Ucuma                | 51         | 5%          |
| Outros países        | 10         | 1%          |
| Outras<br>províncias | 30         | 3%          |
| Total                | 1.015      | 100%        |

16% nasceram no Bailundo, 10% são originários da Caála, 7% do Cachiungo, 9% da Chicala Choloanga, de Chinjenje e de Ecunha respetivamente, 11% originários do Huambo, 6% do Londuimbale, 5% do Longonjo, 10% do Mungo, 5% do Ucuma, 1% dos entrevistados são oriundos de outros países e 3% originários de outros territórios do país.

Gráfico 6 – Naturalidade



Fonte: Dados da pesquisa

No que concerne ao tempo de residência na localidade 75% dos inquiridos, possui casa própria. 16% reside em moradia arrendada, 3% reside em residência cedida pela entidade empregadora e 6% reside em casa de familiares.

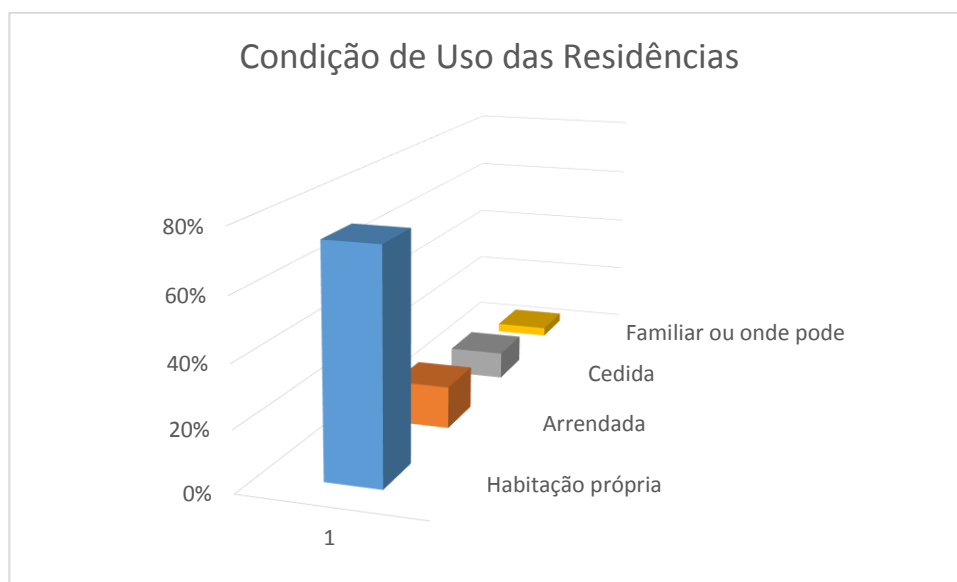
Quadro 19 - Tempo de residência dos entrevistados na região do Huambo

| Tempo de residência | Frequência | Porcentagem | Validação Percentual |
|---------------------|------------|-------------|----------------------|
| Até 6 meses         | 123        | 12,1%       | 12%                  |
| 6 meses a 1 ano     | 24         | 2,4%        | 2%                   |
| 1 a 2 anos          | 33         | 3,3%        | 3%                   |
| 2 a 5 anos          | 50         | 4,9%        | 5%                   |
| 5 a 15 anos         | 110        | 10,8%       | 11%                  |
| 15 a 25 anos        | 426        | 42,0%       | 42%                  |
| Mais de 25 anos     | 249        | 24,5%       | 25%                  |
| <b>Total</b>        | 1015       | 1           | 1                    |

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao tempo de vivência na localidade, dos entrevistados, a maioria reside na região do Huambo entre 15 e 25 anos, isto 42%. Uma cifra de 25% responderam que residem na região há mais de 25 anos. 12% dos inquiridos residem na região aproximadamente há 6 meses e 11% residem entre 5 e 15 anos, enquanto que entre 1 a 2 anos e 2 a 5 anos estão residindo 3% e 5% respetivamente. 2% dos residentes estão na região, entre 6 meses a 1 ano.

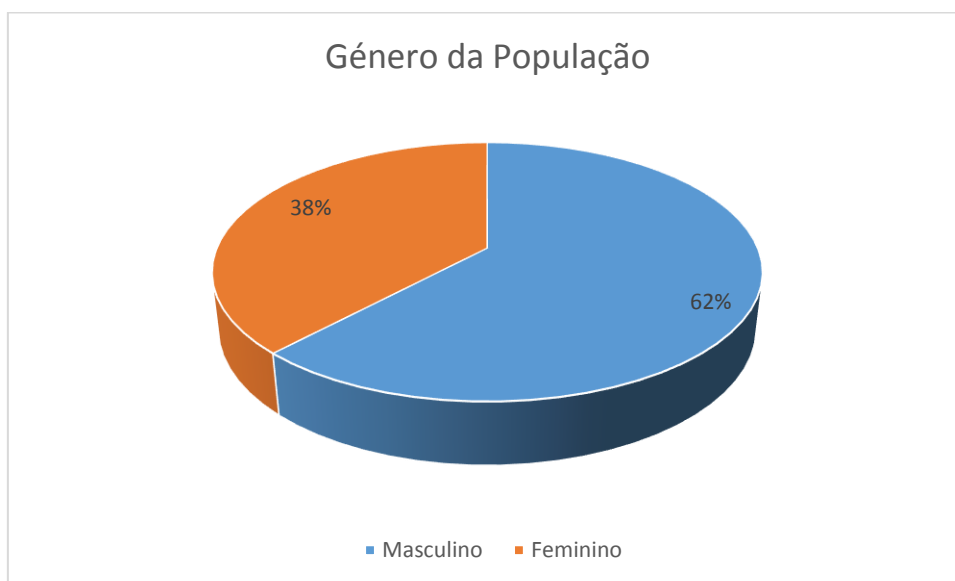
Gráfico 7 – Condição de Uso das Residências



Fonte: Dados da pesquisa

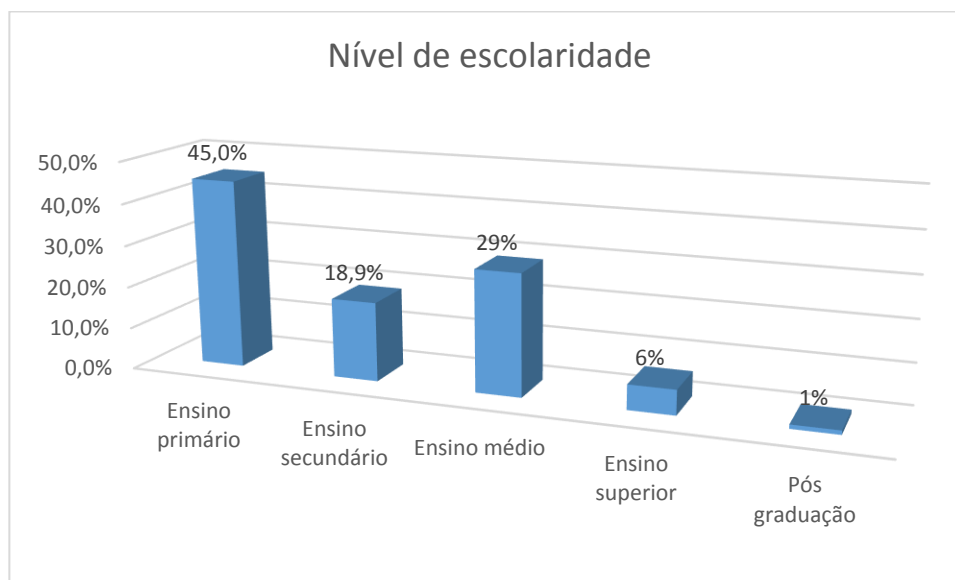
No que toca ao tipo e forma de uso das moradias, 74% dos entrevistados possui habitação própria. 14% residem em habitação arrendada, 9% moram em habitação cedida pela entidade empregadora e 3% vive em habitação familiar e onde calhar o pouso, conforme o gráfico 7.

Gráfico 8 – Sexo da população



Quanto ao género, da amostra apercebemo-nos que 62% dos inquiridos são do sexo masculino e 38% pertencem ao sexo feminino.

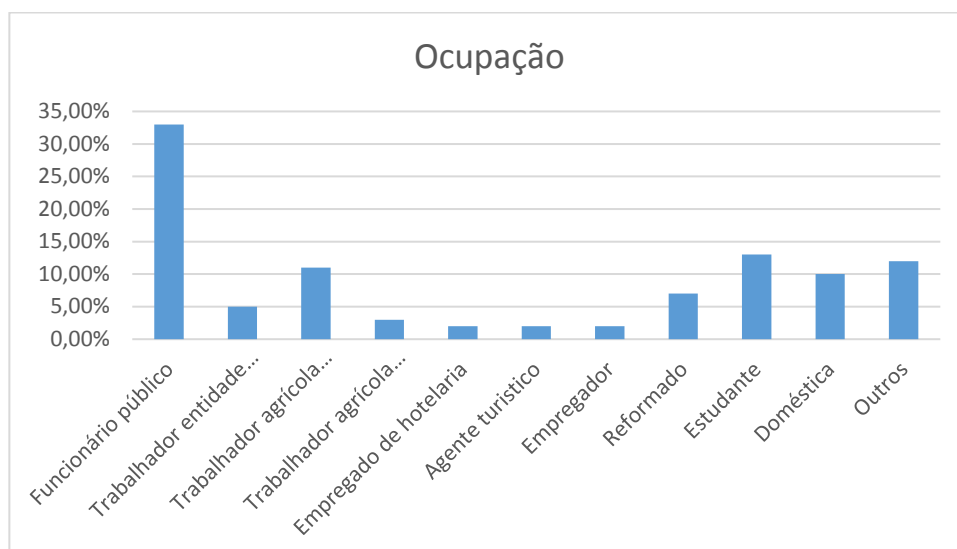
Gráfico 9 – Nível de escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao grau de escolaridade, os inquiridos afirmam que, 45% possui o ensino primário. 18,9%, possui o ensino secundário. Enquanto que 29% dos entrevistados afirmam ter o nível médio de escolaridade, e 6% e 1%, respetivamente afirmam ter o nível superior de ensino e pós-graduação (gráfico 9).

Gráfico 10 – Ocupação atual

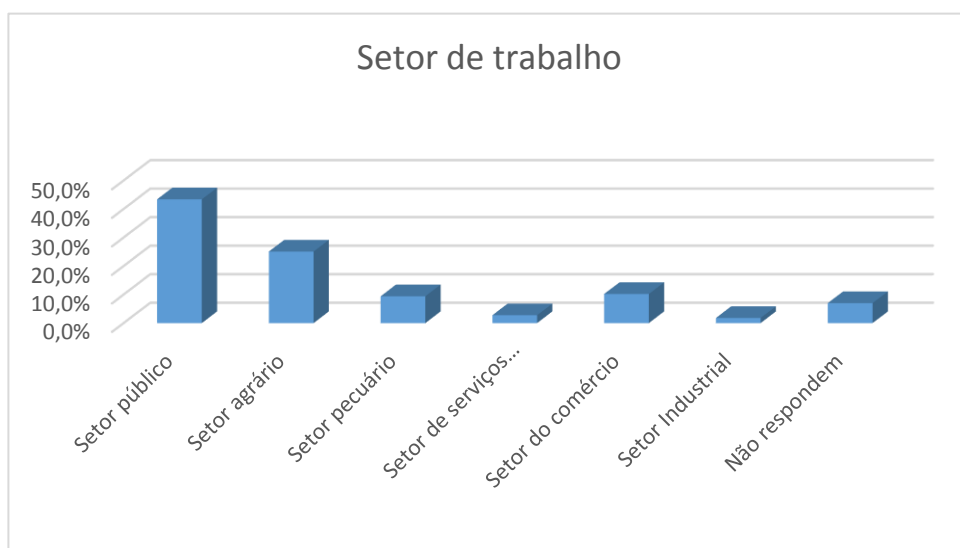


Fonte: Dados da pesquisa

Relativamente a ocupação atual dos inquiridos, 33% declarou ser funcionário público. Enquanto que, 13% estudante, 12% outros (desempregados, sem ocupação), 11% trabalhador agrícola autônomo e 10% são domésticas.

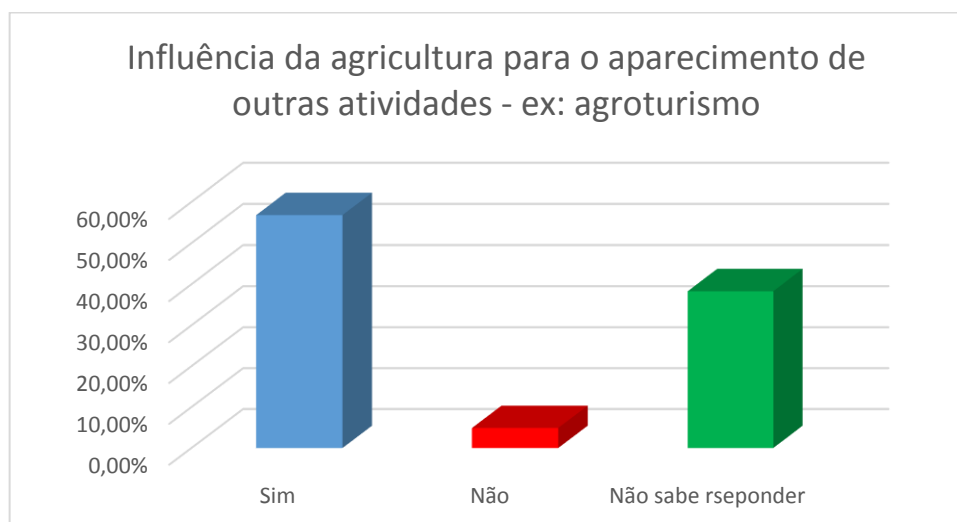
No que respeita ao setor de trabalho 43% são setor público, 25,08% está ligado ao setor agrícola. Enquanto que 10,20% está situado no setor do comércio, 9,40% é do setor pecuário. Do setor dos serviços e o setor industrial responderam 2,75% e 1,80%. E 7% não respondeu (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Setor de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 12 –

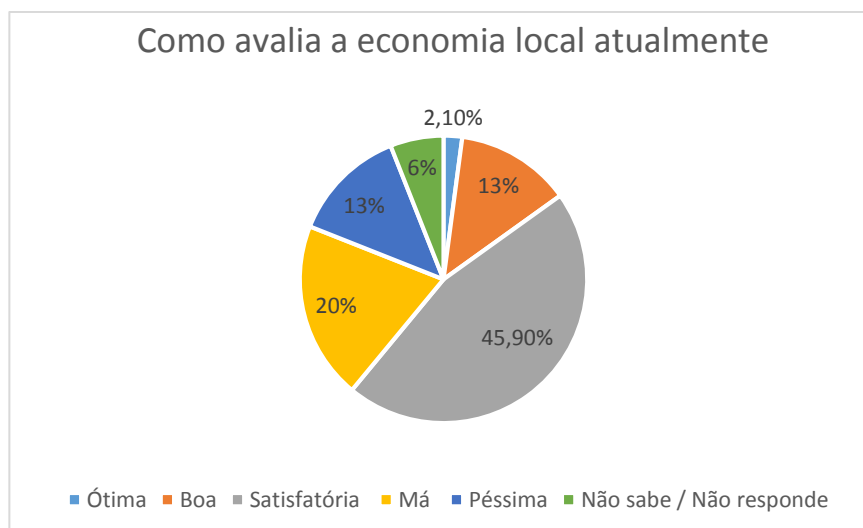


Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao conhecimento revelado pelos entrevistados acerca do poder influenciador da agricultura no aparecimento de outras atividades, como o agroturismo, podemos constatar do gráfico 12 que 56,8% acreditam que é um fato o poder de influência do setor agrário no aparecimento do agroturismo. Porém 4,9% não concordam com as potencialidades da agricultura no aparecimento de outras atividades (Gráfico 12).

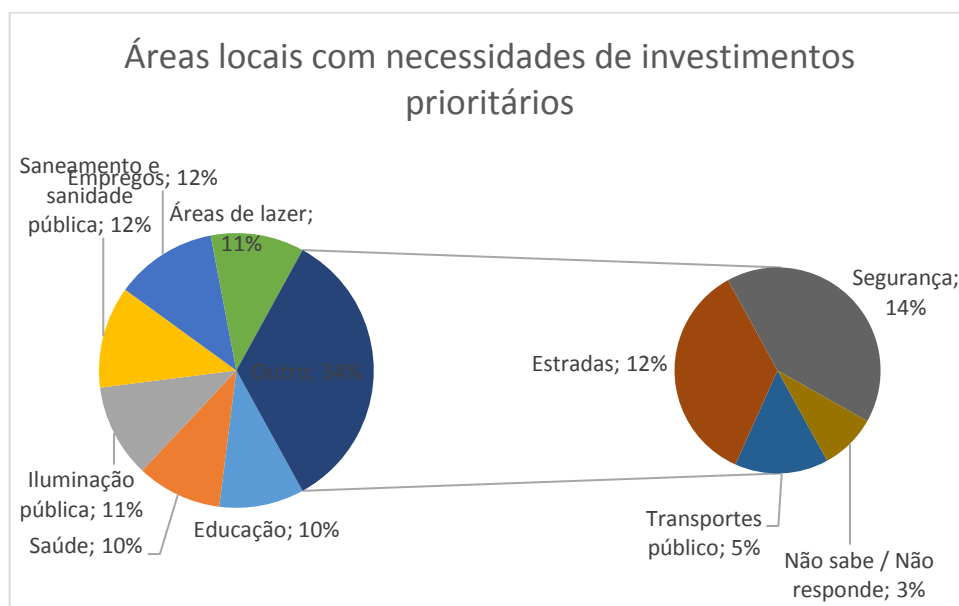
No que tange a avaliação da economia local atualmente 45,9% dos inquiridos considera que é satisfatória, sendo desses, 60% residentes na Zona Urbana e 40% localizam-se na Zona Rural (Gráfico 13).

Gráfico 13



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 14



Fonte: Dados da pesquisa

A segurança é tida como fator de maior preocupação da população inquirida, onde 14% apontam como área prioritária de investimento, sendo 46,3% se localizam na Zona Urbana. O saneamento, o emprego, e as estradas são os investimentos que se encontram em segundo lugar das prioridades com 12% cada. A iluminação pública é outra das preocupações com prioridade para os inquiridos, com 11%. A educação e a saúde veem logo a seguir aa prioridades com 10% respetivamente. Com 5%, os transportes públicos é uma das outras prioridades. Sendo que 3% não responde.

No que concerne a contribuição do agroturismo quanto ao aumento da oferta de produtos e serviços na região do Huambo, não é perceptível tal fato em virtude de este ser um setor em surgimento e sem expressão no contexto do desenvolvimento da região. Não houve resposta dos inquiridos quanto ao tema.

### Avaliação dos projetos

Nível de execução dos projetos contidos no Programa de Desenvolvimento Provincial.

No quadro 18 – programa 1 os projetos e ou as atividades sobre o tema de Desenvolvimento Sustentável em Agricultura e Pecuária do Plano de Desenvolvimento Provincial do Huambo.

Quadro 20 - Programa 1 - Desenvolvimento Agropecuário e Rural

| Nº | Projetos e Atividades                                                                             |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1  | Gestão e conservação da estufa-fria do Huambo                                                     |
| 2  | Reabilitação das valas de irrigação dos municípios                                                |
| 3  | Reabilitação da vala de irrigação na Aldeia de Buindo                                             |
| 4  | Reabilitação da vala de irrigação na Aldeia de Canhala                                            |
| 5  | Reabilitação da vala de irrigação na Aldeia de Catapi                                             |
| 6  | Reabilitação da vala de irrigação na Aldeia de Chilandala                                         |
| 7  | Reabilitação da vala de irrigação na Aldeia de S. José Chipeio                                    |
| 8  | Reabilitação e construção de sistemas de regadio nas áreas de Calima.                             |
| 9  | Reabilitação e construção de sistemas de regadio nas áreas de Ngandavira.                         |
| 10 | Reabilitação e construção de sistemas de regadio nas áreas de Betânia.                            |
| 11 | Reabilitação e construção de sistemas de regadio nas áreas de Petróleo.                           |
| 12 | Reabilitação e construção de sistemas de regadio nas áreas de Sanjepele.                          |
| 13 | Reabilitação de infraestruturas agropecuárias e apoio a atividade privada                         |
| 14 | Construção de quintas para criação de porcos                                                      |
| 15 | Construção de fazendas apícolas e piscícolas                                                      |
| 16 | Construção de estábulos para o gado leiteiro e de carne                                           |
| 17 | Construção de fazendas para equídeos                                                              |
| 18 | Promoção de feiras agropecuárias                                                                  |
| 19 | Construção do matadouro                                                                           |
| 20 | Construção de 1 aqueduto na aldeia Capunge e 4 minibarragens                                      |
| 21 | Construção de 2 pontes sobre o rio Cuima entre as aldeias de Sambuto e Chilambo                   |
| 22 | Construção de sistemas de abastecimento de água potável em Capunge e Damasco                      |
| 23 | Construção de armazéns comunitários (16)                                                          |
| 24 | Construção e apetrechamento do Centro de Investigação Agrícola – Huambo                           |
| 25 | Projeto de produção de sementes                                                                   |
| 26 | Projeto de produção de fertilizantes                                                              |
| 27 | Os trabalhadores agropecuários têm cursos de capacitação?                                         |
| 28 | Têm apoio das instituições públicas?                                                              |
| 29 | São incentivados a frequentar a escola?                                                           |
| 30 | Existem fatores que entravam a eficácia da gestão dos recursos públicos no desenvolvimento local? |

O gráfico 15 diz-nos qual o nível de execução dos programas do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e o Plano Provincial de Desenvolvimento (PPD), segundo a perceção da população entrevistada e dados oficiais das entidades da região do Huambo.

De acordo com os entrevistados 70% acha que o projeto 1 do primeiro programa foi executado em 90%, o projeto 2, de acordo com 70% dos entrevistados ficou-se nos 75%, 25% acham que o os projetos 3 e 4 foram executados em 75% e 80%, 37,5% que o projeto 8 foi executado em 50% e 100% acham que o projeto 10 foi executado em 50%, 15% acham que o projeto 19 foi executado em 75%, 35% acham que o projeto 20 foi executado em 75%, 25% acham que os projetos 21 e 22 em 75% e 50% acham que o projeto 23 foi executado em 37,5%. Os restantes não tiveram execuções significativas.

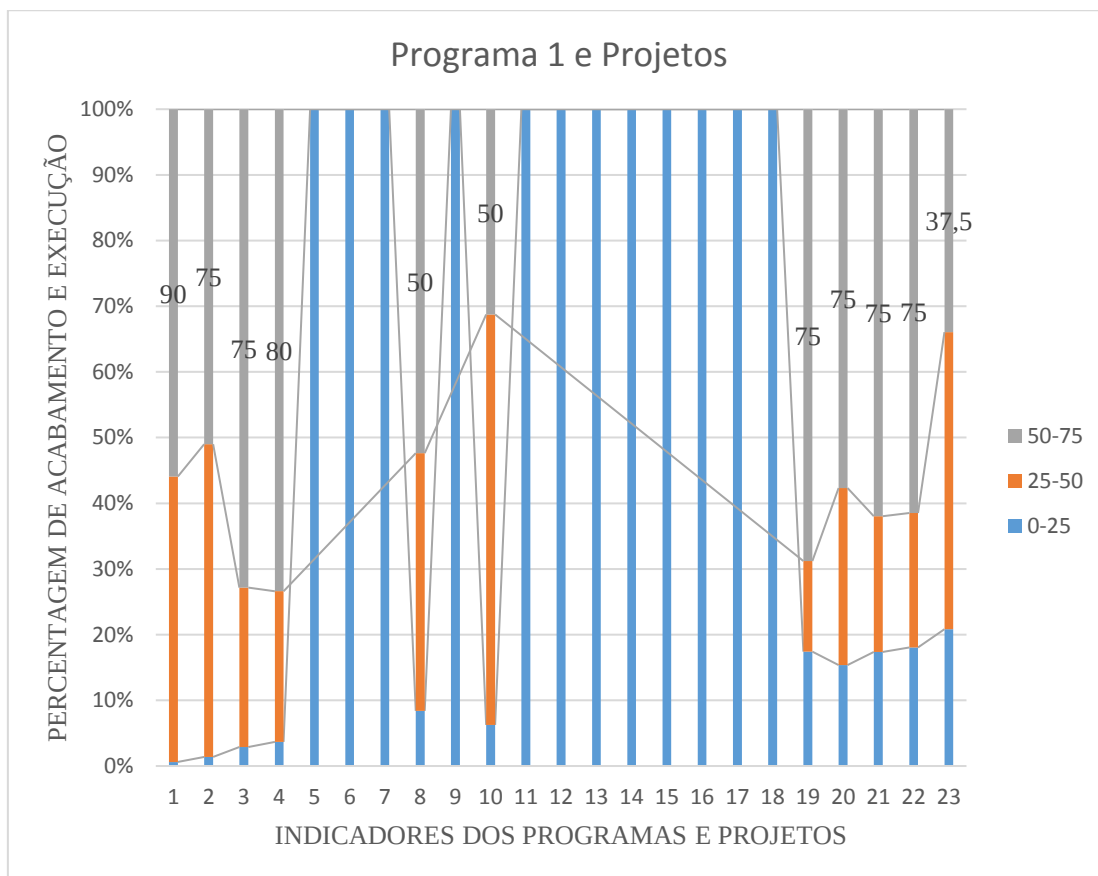


Gráfico 15 – Nível de execução dos projetos de acordo com o Programa “Desenvolvimento Agropecuário e Rural” do Plano Nacional de Desenvolvimento, segundo percepção da população entrevistada.

Quadro 21 - Programa 2 - Desenvolvimento Turístico-Cultural

|    |                                                                                         |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| 1  | Instalação de painéis informativos dos lugares turísticos                               |
| 2  | Melhoria de estradas e caminhos pedonais para os lugares turísticos                     |
| 3  | Construção de um museu arqueológico e antropológico                                     |
| 4  | Construção de aterros sanitários                                                        |
| 5  | Construção de um jardim botânico                                                        |
| 6  | Construção de um jardim zoológico para espécies em extinção                             |
| 7  | Capacitação e elaboração de um guia turístico                                           |
| 8  | Formação em hotelaria e restauração                                                     |
| 9  | Formação e sensibilização sobre proteção e conservação do meio ambiente                 |
| 10 | Investigação arqueológica e antropológica e respetivos registos                         |
| 11 | Conservação das bacias hidrográficas                                                    |
| 12 | Reflorestação com plantas nativas                                                       |
| 13 | Requalificação, conservação e classificação da zona de pinturas rupestres de Kaninguili |
| 14 | Construção da Ombala de Samissassa                                                      |
| 15 | Requalificação dos monumentos da região do Huambo                                       |
| 16 | Reabilitação do sistema da Missão Adventista do Bongo                                   |
| 17 | Requalificação da Envolvente do Centro Cultural do Huambo                               |
| 18 | Construção de uma academia de Língua Nacional Umbundo                                   |
| 19 | Construção do museu do Provincial                                                       |
| 20 | Construção do centro cultural do Ucuma                                                  |
| 21 | Construção da escola de hotelaria e turismo                                             |
| 22 | O turismo influencia para o aparecimento de outras atividades                           |

O gráfico 16 explicita-nos qual o nível de execução do programa 2.

De acordo com os entrevistados 60% da população entrevistada acha que o projeto 5 do programa 2 foi executado em 30%, o projeto 6, de acordo com 100% dos entrevistados ficou-se nos 95%, 65% acha que o projeto 8 foi executado em 50%, 80% que o projeto 9 foi executado em 37,5% e 90% acha que os projetos 10 e 11 foram executados em 25% e 50% respetivamente, 25% acha que o projeto 12 foi executado em 12,5%; 50% acha que o projeto 13 foi executado em 10%; 60% acha que o projeto 16 em 12.5%; 80% acha que o projeto 23 foi executado em 17,5%; 15% e 35% acham que os projetos 19 e 20 foram executados em 75% respetivamente; o projeto 21 foi executado em 10%, não havendo qualquer avanço nos demais projetos.

Representam, essas execuções no conjunto dos programas dos planos 14.5% das execuções.

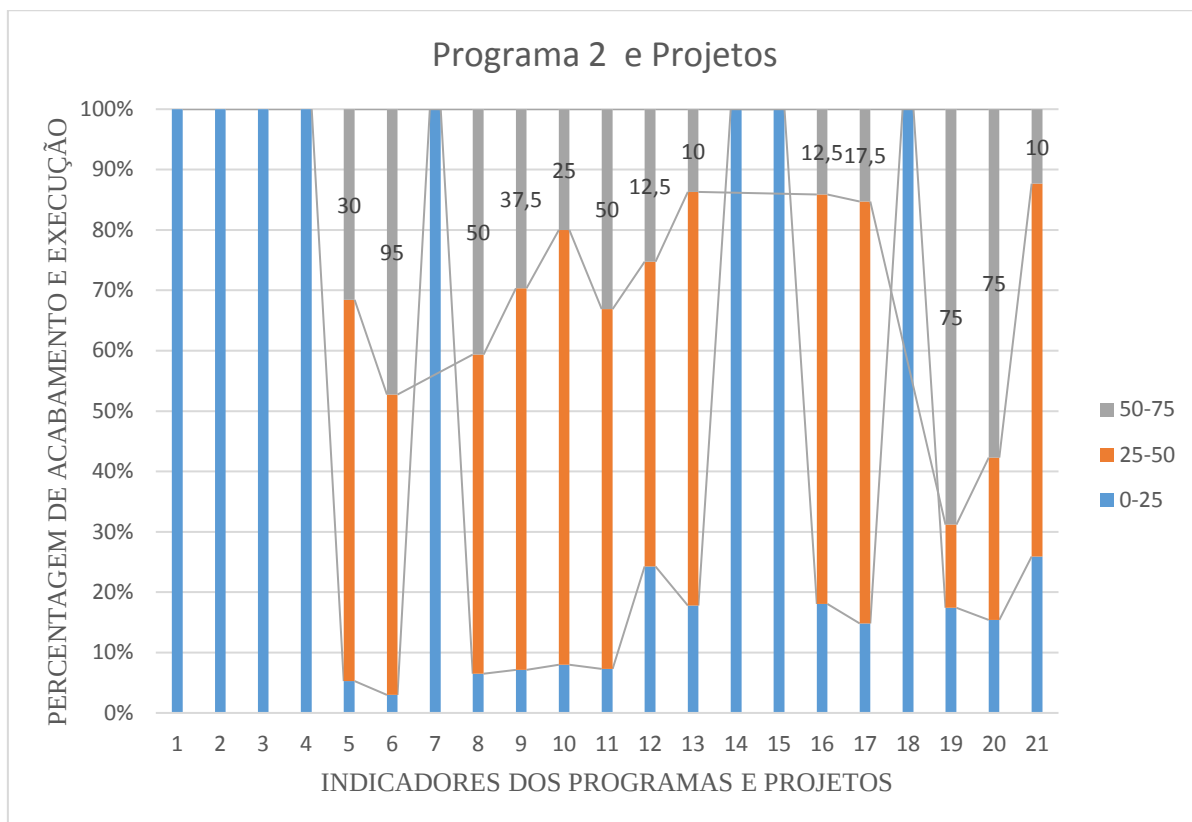


Gráfico 16 – Nível de execução dos projetos de acordo com o Programa “Desenvolvimento Turístico-Cultural” do Plano Nacional de Desenvolvimento, segundo percepção da população entrevistada.

## 4.2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E PROPOSTA

Com base nos resultados obtidos, podemos afirmar que, o conteúdo do PPD, partindo do orçamentado no PND, no período de 2013 – 2017, segundo os atores sociais ouvidos, a coordenação entre o orçamentado no PPD e o proposto no PND para a região do Huambo é de nível muito baixo, por razões de má execução das planificações elaboradas e previsões orçamentais.

A falta de coordenação do planificado (entre os orçamentos do PND e PPD), gera problemas no desempenho das instâncias subsequentes de nível mais baixo, do desenvolvimento local, e no bem-estar das populações locais, sendo discordante do que afirma Sem (2000), *“Aproximação de Capacidades”*, em que *“o desenvolvimento consiste no aumento das capacidades humanas para a realização de atividades pensadas livremente e valorizadas, que giram em torno da razão e das liberdade das pessoas, assim como ao aumento de oportunidades dos indivíduos para gozarem de uma vida sadia e decente, onde se possa incluir a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e a auto estima”*. (PNUD, 1990).

O nível de desenvolvimento humano global na região (0,54) é muito baixo, tendo em conta em 2014 o IDH-E ter sido igual a 0,32, o IDH-L igual a 0,40 e o IDH-R igual a 0,90.

No decurso das execuções dos projetos houve algumas prioridades. Prioridades na provisão de infraestruturas de saúde, fornecimento de água potável, educação. Há ainda perspectivas de ações por concluir. A implementação de ações sem critérios técnicos, sem objetividade programada, isto é, os investimentos não são feitos de acordo com o número de eleitores das localidades que compõem a região do Huambo, estando assim, longe de atingir melhor qualidade de vida para as pessoas, pois que, é sabido que para se alcançar o bem-estar humano necessário é melhorar as condições básicas de desenvolvimento e consequentemente a execução do planificado no PDP.

Observa-se, ainda neste século XXI que, as autoridades governamentais resistem a associação de esforços e recursos com a sociedade civil e empresas privadas. Não há ainda uma consciencialização para o desenvolvimento local como algo que bem planificado, envolvendo todos os atores que influenciam as decisões em determinado território, podem, com a participação democrática das populações, envolvendo outros fatores, como o económico, o político, o cultural, e ambiental, fazer de uma região um centro de desenvolvimento para um território determinado e exportá-la para outros menos desenvolvidos. Como afirma Vasquez (2000) sobre o local, como sendo *“espaço em que se concretizam várias iniciativas*

*da sociedade organizada.”*

É sabido, que toda a intervenção do Estado e da sociedade é resposta às concepções ideológicas, como é a globalização, algo novo que gira ao redor de interesses do mercado, que no decurso da história têm sido generalizados, como é o caso os negócios feitos pelas organizações internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), BM (Banco Mundial, OMC (Organização Mundial do Comércio e ONG's (Organizações Não Governamentais) – imposição de medidas económicas, que não se adaptam à determinadas regiões e situação económica das populações.

*“A gestão pública implica inovação e governabilidade, incluindo as políticas externas, o planeamento estratégico, o desempenho institucional, a descentralização e desconcentração de funções, a qualidade dos processos, austeridade, governo digital, eficiência e autonomia dos governos locais.”* (Carrillo, 2004

É neste contexto que a gestão pública possibilita o bem-estar humano como objetivo final do desenvolvimento, sendo o governo local, o meio de atingir melhor qualidade de vida das populações humanas, e a planificação estratégica um instrumento que nos permite prever os futuros cenários para satisfação das aspirações das populações.

Neste pressuposto, prevemos que a coordenação das planificações dos orçamentos e o desenvolvimento local da região do Huambo têm e terão poucos resultados, propondo-se para o efeito uma gestão estatal partilhada com os atores locais, que tenha como objetivo final o bem-estar humano, servindo de base para a elevação do respeito pela dignidade, liberdade, equidade, autonomia, responsabilidade, e tudo ao serviço da pessoa humana.

A ocupação de terras dos camponeses por alguns agentes abastados paralisou de sobremaneira a tarefa agrícola que muitas famílias (empresas agrícolas familiares) vinham praticando. Essas extensões de terras altamente produtivas estão paralisadas, sem que se vislumbre da parte dos novos proprietários a preocupação de as fazer produzir.

Apõe-se a esse facto, a crise internacional que afeta os países e neste particular Angola, pela quebra significativa do preço do barril de petróleo, porquanto, era das receitas provenientes das exportações do petróleo, que se planificava o Orçamento Geral do Estado e deste os orçamentos das regiões que compõem o território de Angola.

A falta de visão para uma diversificação atempada da economia do país acentuou de sobremaneira a crise que grassa sobre todo o país.

O setor agrícola procura a todo o momento sobressair da situação em que se encontra estagnada.

Pesa embora, os esforços na execução de ações para o desenvolvimento agropecuário, turismo e proteção ambiental, no Huambo feitas pelas instituições desconcentradas, que coordenam esses setores e apesar da grande potencialidade para o agroturismo e riqueza turística de que a região do Huambo se poderia orgulhar, não é e não será a médio prazo capaz de rivalizar com outras regiões nacionais, de África e internacionais, porque as autoridades, apesar de elaborarem grandes e bonitos projetos, não pensam atuando no local.

Finalmente, segundo (Villanueva, 2011), *“as ferramentas de gestão, tais como a regulamentação das funções de organização e manual de funções e organização e o quadro de pessoal devem estar articulados com o planeamento estratégico e operacional, se se quiser ter um melhor desempenho institucional e obtenção de resultados concretos no desenvolvimento local e qualidade de vida das pessoas.”*

O Programa de Desenvolvimento Local é importante, porquanto é nele que se elabora como projeto e se sintetiza a visão e as aspirações da população, e que servem de base para a descrição das políticas públicas locais, que servem de orientação para os esforços e recursos individuais e coletivos em benefício do desenvolvimento local.

Os investimentos dos Programas para o Desenvolvimento Agropecuário, Turismo, Educação e Saúde são de nível baixo, no contexto atual do país e em particular da região, num momento em que se apregoa fortemente a diversificação da economia.

Os programas de desenvolvimento agropecuário e rural e de desenvolvimento turístico-cultural foram concebidos com erros e por isso a sua implementação tem provocado efeitos perversos, e não cumprem os critérios de:

- Dimensão das necessidades das localidades;
- Os números da população residente;
- Os locais de aprovisionamento dos produtos.

Em virtude da população se concentrar nas zonas urbanas, por não encontrarem forma de subsistência nas zonas de residência e o elevado abandono do trabalho no campo/agrícola por falta de apoios e segurança, o Estado torna-se assim no maior empregador.

A maioria da população residente na região é ovem e com grandes potencialidades, porém está subaproveitada.

A segurança, a saúde, a educação, a iluminação pública, as estradas, o saneamento básico são áreas que necessitam de investimento prioritário e urgente.

Partindo do pressuposto de que dos Planos Provincial de Desenvolvimento (Huambo) e o Nacional de Desenvolvimento não se obtêm bons resultados sociais, propõe-se uma gestão local que tenha como objetivo final alcançar o bem-estar da população e que seja a base para desenvolver os princípios – do respeito, dignidade, liberdade, equidade, autonomia, responsabilidade e prestação de serviços público.

Uma província, um município, uma comuna ou uma aldeia deve ter, em princípio, capacidades de inserir tecnologias, estratégias e recursos para o efetivo desenvolvimento local e humano no quadro da sua intervenção, para que possa obter, da população alvo de sua governação, bons resultados. E isto só é possível com uma gestão que procura a eficiência, eficácia, democracia, legitimidade e boa governação, liberdade e participação dos cidadãos.

- A eficiência como sendo a capacidade do uso sem desvios dos recursos e o cumprimento dos objetivos como forma de diminuir as necessidades da população e obtenção de bons resultados.

- A eficácia como sendo a capacidade de alcançar os objetivos planeados, oferta de bens e serviços de qualidade a população.

- A democracia como sendo um governo do povo e para o povo, com um sistema político de representação e participação do cidadão, como princípio de legitimidade e liberdade para o exercício dos deveres e direitos da pessoa humana.

- A boa governação como sendo a capacidade política e técnica para se alcançar os resultados propostos e sistematicamente mensurar os benefícios específicos do bom desempenho da localidade.

- A boa gestão aquela que permite alcançar bons resultados para boa qualidade de vida das populações.

- É necessário melhorar o desempenho dos governos locais no desenvolvimento local e bem-estar das comunidades e para tal precisa planificar, atribuir responsabilidades, executar e saber utilizar os seus recursos no quadro das suas planificações.

Toda a gestão local deve, entre todas as coisas, implementar uma boa rede de comunicação para oferecer um bom serviço ao cidadão, e para bom uso e controlo de informação, recursos e atos administrativos internos.

Sabendo-se que para que haja eficiência nas instituições, necessário é, um bom e qualificado capital humano, importa por isso que se desenvolvam as capacidades desse recurso, no que toca a política e gestão local, legislação, planificação, estratégia operativa, gestão pública por resultados, etc.

O ser humano é, desde a sua génese, dotado de grandes capacidades para congregar esforços e recursos para a sua sobrevivência. Eis porque nos diversos níveis, quer sejam nacionais ou internacionais, ele experimentou sempre e com êxito cooperações que se afirmaram ser ambiciosas e demonstraram que se pode conseguir o desenvolvimento com poucos recursos económicos, através de uma gestão concertada.

As localidades (municípios, comunas, aldeias, etc.) como peças importantes do desenvolvimento local devem desenvolver formas de organização, de abordagem participativa e de gestão concertada as diversas iniciativas locais, sem descurar a sua verdadeira identidade ou a sua realidade na execução dos seus planos.

No caso do Huambo necessário é a promoção participativa das diversas organizações, instituições e municipalidades nos espaços de participação e concertação dos cidadãos. Esta é uma proposta que abrange todo o território nacional de Angola, onde a concertação deverá abranger os seguintes pontos: orçamentos participativos, mesas redondas, conselhos de coordenação local, comités de segurança, prestação de contas para que haja legitimidade nos gastos públicos, e boa governação.

Importa que haja uma conjugação de esforços entre as forças vivas do território, isto é: representantes das organizações civis e estatais, governo local, para que juntos possam cooperar e assumir as responsabilidades no planeamento, execução, avaliação e sustentação nas diversas tomadas de decisões e iniciativas de desenvolvimento local, institucional e humano.

## CONCLUSÃO

A análise efetuada, das estratégias e políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local relacionados aos planos de desenvolvimento do Estado, pode-se afirmar que houve um planeamento estratégico para o desenvolvimento económico, porém incipiente.

Embora, muitas das estratégias incluídas nos planos de desenvolvimento dos últimos 20 anos tivessem proposto a articulação entre os setores público e privado, o que houve foi uma dissociação entre os setores tanto na aplicação de estratégias de desenvolvimento do território, quanto nas tomadas de decisões. Os planos de desenvolvimento não foram transformados em guiões necessários para a condução do desenvolvimento da localidade.

A informação retirada das análises dos componentes principais do Plano 2013 – 2017 indiciam 3 componentes principais: “dinâmica económica territorial”, “o turismo” e saúde e bem-estar”. Estas variáveis permitem-nos avaliar o desenvolvimento económico proposto para o território, tanto na vertente infraestrutural de produção local, como nas dinâmicas económicas do território. Os resultados obtidos fundamentam as questões e as respostas que aporta este trabalho, ao redor do desenvolvimento económico local.

Podemos, também, concluir que os planos se têm direcionado para a economia terciária, basicamente representada por um dualismo do comércio e os serviços ligados - direta ou indiretamente - as atividades turísticas, ainda assim em estado muito latente.

Observou-se que o nível de coordenação entre o orçamento do Plano de Desenvolvimento Provincial e o Plano Nacional de Desenvolvimento é muito baixo. Verificaram-se, também, insuficiências na coordenação dos diversos programas por falta de planificação eficiente e capaz de ter em primeiro lugar a pessoa humana.

Os planos que integram os programas não tiveram a auscultação daqueles que podem e devem beneficiar deles (a população local), mas sim, o prazer de mostrar o nível de grandeza económica do país, verificando-se desta forma que a gestão pública no desenvolvimento local e a realização do orçamento para o bem das populações é deficiente.

A gestão pública deve alocar orçamentos a região de acordo às exigências sociais, necessidades, emergência e de acordo com as disponibilidades de orçamento das localidades. Por isso, um orçamento bem estruturado é um instrumento relevante para a gestão pública, porque nele estão contidas informações importantes para a tomada de decisões, para orientar os gastos públicos e permite, também, gerir com transparência os recursos públicos.

Uma boa planificação permite um bom desempenho institucional por parte dos agentes responsáveis pela gestão da coisa pública, e por outro lado permite, também, o desenvolvimento das localidades e das populações. Importa que os gestores da coisa pública vejam o ser humano como um ser biológico, espiritual e social que necessita de espaço para as suas realizações pessoais e sociais.

Quando uma gestão pública não tem por princípio o objetivo de alcançar resultados, encontraremos nas instituições públicas funcionários que se apropriam indevidamente dos fundos alocados e se concentram, apenas, em objetivos orçamentais com vista a receber cada vez mais e exorbitantes verbas que não beneficiam as populações locais, mas que satisfazem apenas os desejos de quem governa.

Segundo Torres (2005), citado por Villanueva (2011) *“os fatores limitantes para o planeamento são os escassos recursos económicos, a falta de formação, a falta de profissionais especializados e a escassez de informação para os planos de desenvolvimento”*.

Querendo dizer com isto que, as políticas e técnicas de decisão inadequadas, a improvisação, o clientelismo, a corrupção e os desejos pessoais são fatores que dificultam o desenvolvimento e o bem-estar das populações.

Se se não coordenam os orçamentos com os planos elaborados e com os manifestos eleitorais do governo em exercício poder-se-á observar uma duplicação de esforços e alocação de mais recursos para as despesas correntes de gestão administrativa e projetos sem prioridade social, tornando-os inconclusivos por inadequada tomada de decisão.

Observando-se, ainda, na fase da realização deste trabalho o período de crise internacional, que impera a nível mundial, Angola não deixa de ser afetada fruto da baixa do preço do barril de petróleo e por não se ter precavido em tempos áureos para ela, diversificando a proveniência das suas receitas. Surgindo então, para o efeito, o papel que a agropecuária e o turismo podem desempenhar para a diversificação da economia.

A agropecuária e o turismo rural são setores que não requerem capitais avultados, porquanto o seu ciclo operacional é constante.

Importa, também, que se avaliem e redirecionem o sentido dos projetos em curso para se fazer mais e melhor com os recursos económicos disponíveis. É necessário também definir estratégias para as áreas mais sensíveis como a saúde, educação e segurança, para que agregando esforços na cooperação entre localidades se criem condições que contribuam para o desenvolvimento de toda a região

Não podemos terminar este trabalho sem referir as dificuldades encontradas no decurso do mesmo. A pesquisa dos acervos bibliográficos internacionais, dada as constantes interrupções da energia elétrica, impossibilitou vezes sem conta o acesso, porquanto o acervo bibliográfico físico existente no território ser diminuto. Acresceram a tudo isso as dificuldades em entrevistar atores que, previamente haviam acedido a nossa solicitação. Outros problemas como conseguir os dados para o trabalho, porque necessário era, sempre que preciso recorrer a autorização das entidades responsáveis do governo e que afigurava penoso, por isso o recurso a pessoas ligadas aos serviços, que nos possibilitaram o necessário para que este trabalho tivesse esta estrutura.

### **Desenvolvimentos Futuros**

Ao longo da realização do presente trabalho foram detetados outros temas sobre os quais seria importante e interessante fazer uma investigação mais aprofundada (como por exemplo: a importância da competitividade territorial, o papel e as formas de intervenção dos sectores público e o privado e o processo de licenciamento das atividades económicas e interesses privados na vida económica da região).

Finalizando, importa dizer que, os regulamentos são bons, mas, a sua aplicação depende de fatores como a sensibilização dos diversos atores da sociedade (políticos, técnicos, agentes económicos e a população em geral) para o enormíssimo valor que o agroturismo pode trazer a região do Huambo, mas, de forma participativa e planificada, sendo em tudo de forma sustentável.

## BIBLIOGRAFIA

- AARSTAD, J et al.**, (2010), “*Development of tourism destinations: An Integrated Multilevel Perspective*, *Annals of Tourism Research*,” Volume 38, Issue 1, January 2011, Pages 268-290. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.annals.2010.08.008>>. Acesso em 24 janeiro 2016.
- ACEMOGLU, D., et al.** (2013), “*Chiefs: Economic development and elite control of civil society in Sierra Leone*”, *Journal of Political Economy*, Vol. 122, No. 2, pág. 319-368, <http://economics.mit.edu/files/9074>.
- AfDB, OECD, UNDP**, (2015), “*Rumo a políticas que favoreçam estratégias de desenvolvimento multissetoriais e de base local em África*”. [www.africaeconomicoutlook.org/po/em-foco](http://www.africaeconomicoutlook.org/po/em-foco). Acesso em 10/02/2016.
- AHMAD, J. et al.** (2005). “*Decentralization and Service Delivery*”, *Policy Research Working Paper*, No. 3603, Banco Mundial, Washington, DC.
- ALEXANDRE, J. A. A.** (2001) – “*O Turismo em Portugal – Evolução e Distribuição*”, Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para obtenção do grau de mestre em Inovação e Políticas de Desenvolvimento;
- ALBUQUERQUE, F.** (abril/2004). “*Desarrollo Económico Local en América Latina*”. *Revista CEPAL* (82), pág 157-173.
- ALBUQUERQUE, F.** (2002). “*Desarrollo económico territorial. Guía para Gentes.*” Sevilla: Instituto de Desarrollo Regional Fundación Universitaria
- AMARAL FILHO, J. A.** (2001), “*Endogeneização no desenvolvimento econômico regional no local*”. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, n. 23, junho 2001.
- ARAÚJO, R. M., et al.** (2012), *Turismo como vetor de desenvolvimento local: um olhar através das ideias de Theodor Adorno e Max Horkheimer*. *Revista Turismo em Análise*, vol. 23, n. 1.
- ÁVILA, V. F.**, (2006), *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral-CE: Edições UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú),
- BANCO MUNDIAL**, (2009), “*World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography*.” Banco Mundial, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5991>. Acesso em 15/10/2015
- BARBOSA, Rafael K. & MIOTO, Beatriz**, (2006). “*O desenvolvimento local em perspectiva: explorando alguns ângulos do debate*”. XVI Jornadas AUGM. UNICAMP, 13 a 15 de setembro de 2006.

Disponível em: [www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSC/CA1012-%20Artigo.doc](http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSC/CA1012-%20Artigo.doc). Acesso em 15 de outubro de 2015.

**BARRERA, E. & MUÑOS, R.**, (2003), *Manual de Turismo Rural para micro pequeños e medianos empresarios rurales*. FIDA/Promer.

**BUARQUE, S.C.**, (1999), “*Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal.*”

**CABUGUEIRA, A.C.C.M.** (2000) “*Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de alguns aspetos de Política Económica Regional*”, in *Gestão e Desenvolvimento*, 9. Disponível em: [http://www2.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9\\_103.pdf](http://www2.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf). Acesso em 24/11/2015

**CERVO, A.L. e BERVIAN, P.A.**, (2002) “*Metodologia Científica*”, 5ª Ed., São Paulo, Prentice Hall

**CLAVAL, P.** (1999). “*Los fundamentos actuales de la geografía cultural. Documentos de análisis geográficos.*”

**COELHO, R.C.**, (2009), “*Estado, Governo e Mercado.*” Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB.

**COELHO, R.C.**, (2009), “*O Público e o Privado na Gestão Pública.*” Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB.

**COSTA-ALVES, A.L. & GUIMARÃES, G.A.M.C.** (2009), “*Turismo e Agricultura no entorno das RPPN de Casimiro de Abreu – RJ sob o enfoque da multifuncionalidade: Relação em potencial para o desenvolvimento rural local*”. *Revista de Cultura e Turismo. CULTUR*, ano 03 – n. 01 – Jan/2009. Disponível em: [www.uesc.br/revistas/culturaeturismo](http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo). Acesso em 20/02/2016.

**DALL'AGNOL, S.**, (2012), “*Impactos do turismo X comunidade local.*” In: VII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2012, Caxias do Sul. **Anais**. Caxias do Sul: 2012, Universidade Caxias do Sul, Mestrado em Turismo. Disponível em: [http://www.ucs.br/ucs/tplVseminTur%20eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_7/gt02/arquivos/02/06\\_Dall\\_Agnol](http://www.ucs.br/ucs/tplVseminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/gt02/arquivos/02/06_Dall_Agnol). Acesso em: 13/02/2016.

**DÁSKALOS, S.** (1999), “*Um Testemunho para a História de Angola do huambo ao huambo.*”

**DEMANTE M. & I. TYMINSKY** (2008), “*Décentralisation et gouvernance locale en Afrique: des processus, des expériences,*” Études & Méthodes, IRAM, Paris.

- ELROY, Africa** (2012), *“Development of the Africa local governance timeline: Decentralization study post 1980, Support Programme to the Political Shaping of Decentralization in Africa.”* Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit.
- GARCÍA Docampo, M.** (2007). *“Perspectivas teóricas en Desarrollo Local”*. España: Netbibb
- GAROFOLI, G.** (2009). *“Las experiencias de Desarrollo Económico Local en Europa: Las enseñanzas para América Latina”*. Universidad de Insubria, Oficina de Coordinación y Orientación del Programa URB-AL III. San José de Costa Rica: FILAPP.
- GELLER, G.**, (2011), *“Manual para Formação de Trabalhos Acadêmicos”* – Faculdades Integradas do Tapajós, Santarém, Brasil
- GIL, R.** (1985), *“Métodos e Técnicas de Pesquisa Social”* – São Paulo, Atlas
- HADDAD, P. R.** (1989), *“Métodos de análise de setores-chave e de complexos industriais.”* In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). *“Economia regional”*. Fortaleza: BNB. Etene, 1989. Pág. 399-426.
- ILLICH, I.** (2000), *“Necessidades”*. In: SACHS, Wolfgang (ed.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000, pág. 161.
- ILPES-CEPAL.** (2011). *“Metodología para la elaboración de estrategias de Desarrollo Local.”* En *Serie Manuales*. Santiago, Chile: ILPES-CEPAL
- JULIÃO, R.P.**, (2001), *“Tecnologias de Informação Geográfica e Ciência Regional”*. Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional (Novas Tecnologias em Geografia) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- LIMA ANDRADE, J. R.** (1997). *“Uma estratégia alternativa de desenvolvimento regional: o turismo no Estado de Sergipe. 1997.”* Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba.
- LIRA, S. I.** (2003). *“Disparidades, competitividad territorial y desarrollo local y regional en América Latina.”* Santiago, Chile: ILPES-CEPAL.
- LOGAN, C.** (2011), *“The roots of resilience: Exploring popular support for African traditional authorities”*, *Afrobarometer Working Paper*, No. 128, Michigan State University.
- MANN, P.**, (1970), *“Métodos de Investigação Sociológica”*, Rio de Janeiro, Zahra Editores
- MADOERY, O.** (2005). *“La primera generación de políticas locales de desarrollo en Argentina: contexto, características y desafíos.”* Centro de Estudios de Desarrollo y Territorio.

Universidad Nacional de San Martín. Disponível em:  
[www.sedte.edu.ar/biblio\\_nueva/madoery\\_locales.pdf](http://www.sedte.edu.ar/biblio_nueva/madoery_locales.pdf). Acesso em 12/02/2015

**MAILLAT, D.** (2002) “*Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção*”, in Interações – Revista internacional de Desenvolvimento Local, vol. 3, n. 4, março de 2002.

**MAMEDE, V. S. M. D.**, (2003), *Participação e desenvolvimento do turismo local*. In: MARTINS, C. Turismo, cultura e identidade. São Paulo: Roca.

**MILANI & DROULERS**, (2002), *Desenvolvimento Local e Turismo em Tarrafal (Cabo Verde) Lições metodológicas a partir de uma experiência local*. (Programa «Management of Social Transformations». Publicação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), França.

**MUÑIZ, O.I.** (2002) “La teoría marshallina del crecimiento: del desarrollo endógeno al crecimiento endógeno”, in BECATTINI, G.; COSTA, M.T. e TRULLÉN, J. (dir. e coord.) Desarrollo Local: teorías y estrategias, Civitas Ediciones, Madrid.

**NOLAN, A.** (2003). “*Iniciativa empresarial y desarrollo económico local*.” París, Francia: OCDE-Banco Interamericano de Desarrollo.

**OLIVEIRA, G. B.** (2002). “*Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*.” Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, maio/ago. 2002.

**OLIVEIRA, L.C.**, (2010). “*Mudanças de Paradigmas: O Velho e o Novo Desenvolvimento. Diálogo e Interação*”, vol. 4 (2010).

**PANOSSO NETTO, A.**, (2010). “*O que é turismo*.” São Paulo: Brasiliense

**PDN**, (2012). “*Plano de Desenvolvimento Nacional*” – Governo de Angola

**POLÈSE, Mário** (1998). “*Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações económicas*.” Coimbra: APDR.

**SANTOS, C.S.**, (2006). “*Introdução à Gestão Pública*.” São Paulo: Saraiva, 2006.

**Sen A.** (2000). “*Desarrollo y libertad*”. Primera Edición. ED. Planeta, España.

**SILVA, M.R. & SILVA, S.** (2002) “*Modelos de crescimento regional*”, in COSTA, J. Silva (coord.) Compêndio de Economia Regional, ADPR, Coimbra, 2002.

**SINGER, P. I.**, (2000). “*O Brasil no limiar do terceiro milênio. Estudos Avançados*,” v. 14, n. 38.

**SUZIGAN, W.** (2001) “*Sistemas Produtivos Locais no Estado de São Paulo: avaliação e sugestão de políticas*”. São Paulo.

**SY, O.** (2009), “*Reconstruire l’Afrique, vers une nouvelle gouvernance fondée sur les dynamiques locales*,” Éditions Charles Léopold Mayer, Paris.

- THIOLLENT, M., (1997),** *“Pesquisa – Ação nas Organizações”*, São Paulo, Atlas Ed.
- TORRES, A., (1983).** *“Pacto Colonial e Industrialização de Angola (anos 60-70)”* – Análise Social, vol. XIX (77-78-79) 1983 – 3º, 4º 5º.
- VÁSQUEZ, B. A. (2009).** *“Una salida territorial a la crisis. Lecciones de la experiencia latino-americana.” EURE*, 105.
- VÁZQUEZ, B.A. (2005).** *“Las nuevas fuerzas del desarrollo.”* España: Antony Bosch, editor, S.A.
- VÁZQUEZ, B. A. (2002)** *“Crecimiento Endógeno o Desarrollo Endógeno?”*, in BECATTINI, G.; COSTA, M.T. & TRULLÉN, J. (dir. e coord.) *“Desarrollo Local: teorías y estrategias,”* Civitas Ediciones, Madrid.
- VÁZQUEZ, B.A. (1999).** *“Desarrollo, redes e innovación: Lecciones sobre desarrollo endógeno.”* Madrid, Espanha: Ediciones Piramide, SA.
- VÁZQUEZ, B.A. (1993).** *“Política económica local. La respuesta de las ciudades a los desafios del ajuste productivo.”* Madrid, Espanha: Ediciones Pirámide, SA.
- VILLANUEVA, A. H (2011),** *“La gestión municipal en el marco del Plan de Desarrollo Local Concertado del distrito de San Andrés de Cutervo- Cajamarca, años 2007-2010”*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade Nacional de Trujillo, Peru, 2011.
- VIEIRA, J.M. (2007),** – *“Planeamento e Ordenamento do Turismo”*, Verbo - Lisboa;
- YATTA, F.P. (2015),** *“La décentralisation en Afrique: peut-elle aider les pays africains à mieux gérer leurs inégalités spatiales et territoriales?”*, OECD Development Centre Think Piece, Publicações OCDE, Paris.
- YIN, R., (1990),** *“Estudo de Caso: Planejamento e Métodos”*. Borkman

## ANEXO I

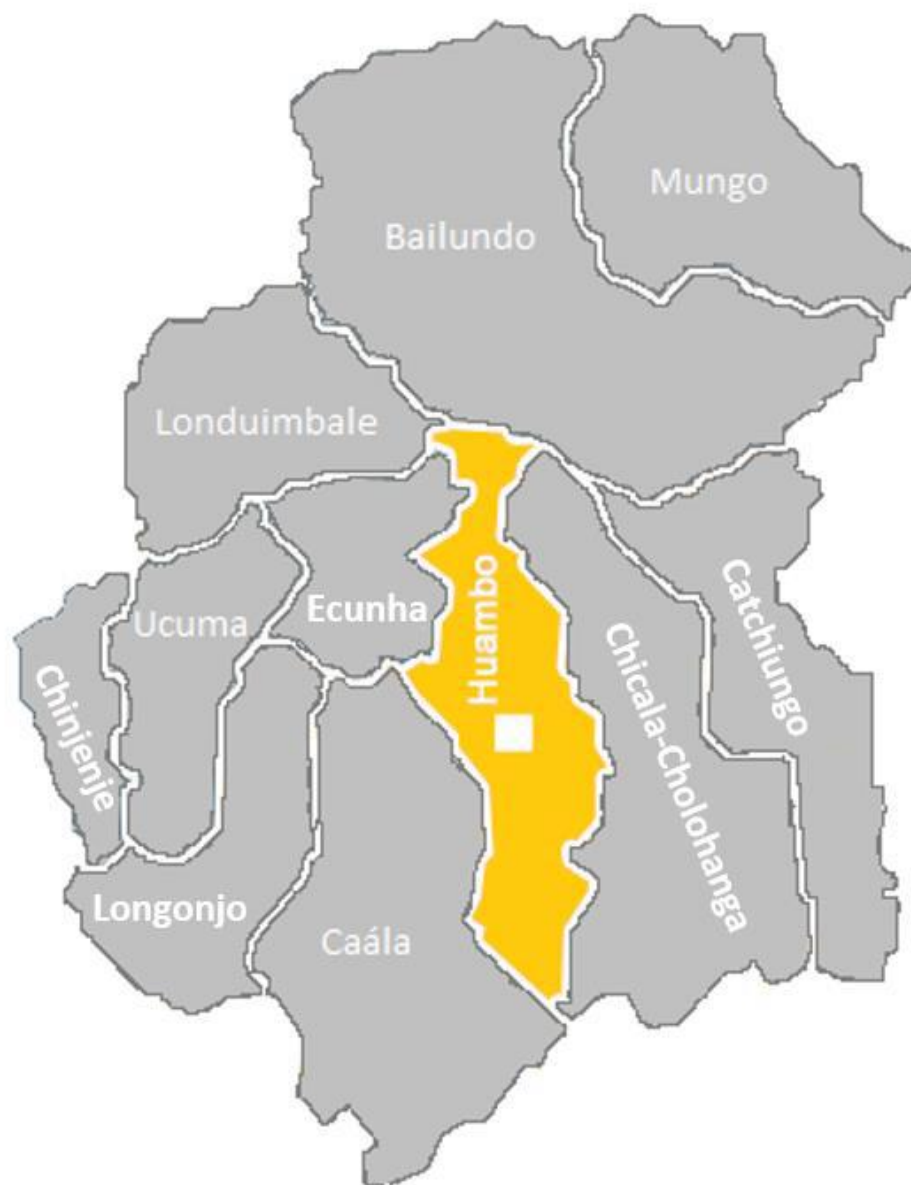
### Mapa da República de Angola



Fonte: <http://www.africa-turismo.com/mapas/angola.htm> (acedido em 13/10/2015)

## ANEXO II

### Mapa Recorte Geográfico da Província do Huambo





## APÊNDICE I

### Investimento Anual, segundo o PDP

| IVProgramas Operacionais                              | 2013          | 2014          | 2015          | 2016           | 2017          | Totais por Progama    |
|-------------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|-----------------------|
| <b>Prog. 1 – Desenvolvimento Agropecuário e Rural</b> | 13.502.983    | 596.150.863   | 6.809.221.811 | 13.311.356.827 | 8.440.701.407 | <b>27.170.933.891</b> |
| <b>Prog. 2 – Desenvolvimento Turístico-Cultural</b>   | 1.057.873.692 | 1.131.117.633 | 476.950.000   | 3.990.775.000  | 5.676.086.350 | <b>12.242.802.675</b> |

Fonte: Elaboração Própria, com base no PDP-H 2013-2017

## APÊNDICE II

### Tabelas do Contexto Sociodemográfico da Região do Huambo

#### A: População do Huambo em 2014

| ANO  | TOTAL     |  | URBANA  | %     | RURAL     | %     |
|------|-----------|--|---------|-------|-----------|-------|
| 2014 | 2.019.554 |  | 958.140 | 47,44 | 1.061.414 | 52,56 |

Fonte: Elaboração Própria, com base no Censo Nacional 2014: População e Habitação (INE)

## APÊNDICE III

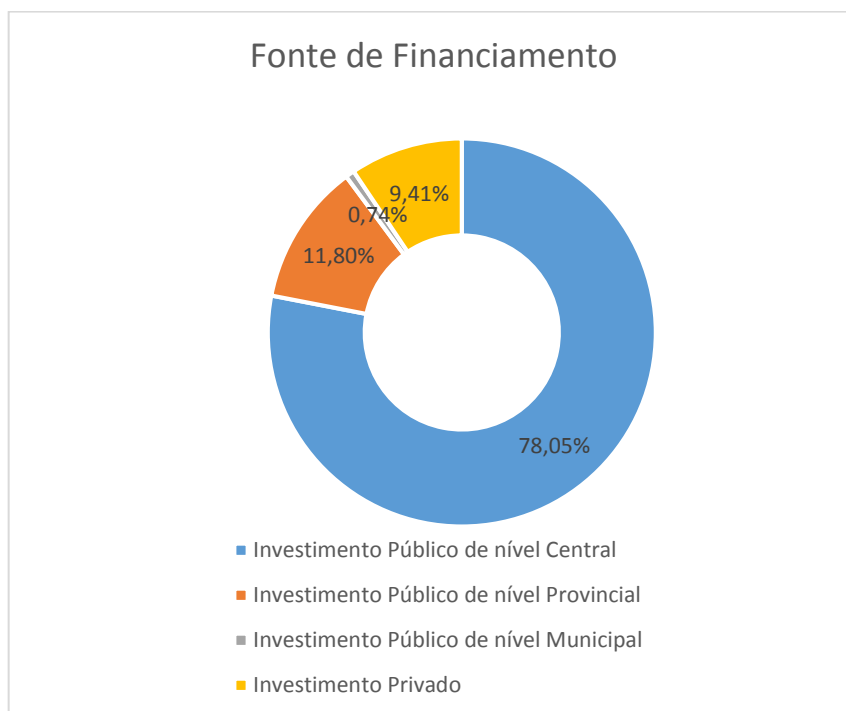
#### B: População do Huambo por Idades e Zonas Habitacionais 2014

| IDADE        | TOTAL          | ÁREA          |               |               |               |
|--------------|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|              |                | URBANA        |               | RURAL         |               |
|              |                | HOMENS        | MULHERES      | HOMENS        | MULHERES      |
| <b>0 - 4</b> | 444954         | 100783        | 101777        | 119808        | 122586        |
| <b>5-14</b>  | 598683         | 143400        | 149493        | 153001        | 152789        |
| <b>15-24</b> | 366868         | 91875         | 99698         | 83040         | 92255         |
| <b>25-64</b> | 559851         | 118174        | 141358        | 127828        | 172491        |
| <b>65-95</b> | 49199          | 6489          | 10157         | 13744         | 18809         |
| <b>TOTAL</b> | <b>2019555</b> | <b>460721</b> | <b>502483</b> | <b>497421</b> | <b>558930</b> |

Fonte: Elaboração Própria, com base Censo Nacional 2014: População e Habitação (INE)

## APÊNDICE IV

Gráfico Fontes de Financiamento



Fonte: Elaboração Própria, com base no PDP – Vol. II

## APÊNDICE V

### UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

#### FACULDADE DE ECONOMIA E GESTÃO

#### MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

Exmo.(a) Senhor(a), queira aceitar as minhas desculpas pela interrupção do seu tempo, por responder honestamente a este questionário que tem por objetivo explicar o nível de articulação entre os atores do desenvolvimento local e o modo de Gestão dos Recursos para o Desenvolvimento Local na Região do Huambo, por serem dados de capital importância para a conclusão de uma dissertação de mestrado.

### QUESTIONÁRIO

#### Questionário à comunidade local

1. Local de residência: Zona ( ) Rural ( ) Urbana  
Município: \_\_\_\_\_
2. Naturalidade: \_\_\_\_\_
3. Quanto tempo reside na localidade? Até 6 meses ( ) 6 meses a 1 ano ( )  
1 ano a 2 anos ( ) 2 anos a 5 anos ( ) 5 anos a 15 anos ( ) 15 anos a  
25 anos ( ) mais de 25 anos ( )
4. Condições de utilização da residência: Própria ( ) Arrendada ( ) Cedida pela  
entidade empregadora ( ) Outros ( )
5. Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )
6. Grau de escolaridade: Primário ( ) Secundário ( ) Médio ( ) Ensino  
Superior ( ) Pós Graduação ( ) Sem Estudo ( )
7. Ocupação atual: Funcionário Público ( ) Trabalhador Entidade Privada ( )  
Trabalhador Agrícola Autónimo ( ) Trabalhador Agrícola Conta de Outrem ( )  
Empregado Hoteleiro ( ) Agente Turístico ( ) Empregador ( ) Reformado ( )  
Estudante ( ) Doméstica ( ) Outra ( )
8. Setor de trabalho: Setor Público ( ) Setor Agrário ( ) Setor Pecuário ( ) Serviços  
incluindo Turismo ( ) Setor de Comércio ( ) Setor Industrial ( ) Não responde/Não  
sabe ( )
9. Concorda que a agricultura influência o aparecimento de outras atividades como a  
agroturismo. Sim ( ) Não ( ) Não responde/Não sabe ( )

10. Como avalia a economia local atualmente? Ótima ( ) Boa ( ) Satisfatória ( ) Má ( ) Péssima ( ) Não responde/Não sabe
11. Que área da localidade necessita de mais investimento e prioritário? Educação ( ) Saúde ( ) Iluminação Pública ( ) Saneamento e Sanidade Pública ( ) Emprego ( ) Áreas de Lazer ( ) Transportes Públicos ( ) Estradas ( ) Segurança ( ) Não sabe/Não responde ( )
12. O agroturismo contribui para o aumento da oferta de produtos e serviços? Sim ( ) Não ( ) Não sabe/Não responde ( )
13. Concorde com a execução dos projetos programados pelo Executivo Local para os anos 2013-2017 quanto ao grau de execução dos projetos nos setores de agricultura e do turismo.

#### PROGRAMAS E ATIVIDADES / % DE EXECUÇÃO ANOS 2013 – 2017

##### 1. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E RURAL

| Nº | PROJETOS E ATIVIDADES                                                     | SIM<br>(X) | NÃO<br>(X) | NÍVEL DE<br>EXECUÇÃO<br>(%) |
|----|---------------------------------------------------------------------------|------------|------------|-----------------------------|
| 1  | Gestão e conservação da estufa-fria do Huambo                             |            |            |                             |
| 2  | Reabilitação das valas de irrigação dos municípios                        |            |            |                             |
| 3  | Reabilitação da vala de irrigação na Aldeia de Buindo                     |            |            |                             |
| 4  | Reabilitação da vala de irrigação na Aldeia de Canhala                    |            |            |                             |
| 5  | Reabilitação da vala de irrigação na Aldeia de Catapi                     |            |            |                             |
| 6  | Reabilitação da vala de irrigação na Aldeia de Chilandala                 |            |            |                             |
| 7  | Reabilitação da vala de irrigação na Aldeia de S. José Chipeio            |            |            |                             |
| 8  | Reabilitação e construção de sistemas de regadio nas áreas de Calima.     |            |            |                             |
| 9  | Reabilitação e construção de sistemas de regadio nas áreas de Ngandavira. |            |            |                             |
| 10 | Reabilitação e construção de sistemas de regadio nas áreas de Betânia.    |            |            |                             |
| 11 | Reabilitação e construção de sistemas de regadio nas áreas de Petróleo.   |            |            |                             |
| 12 | Reabilitação e construção de sistemas de regadio nas áreas de Sanjepele.  |            |            |                             |
| 13 | Reabilitação de infraestruturas agropecuárias e apoio a atividade privada |            |            |                             |
| 14 | Construção de quintas para criação de porcos                              |            |            |                             |

|    |                                                                                                   |  |  |  |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|
| 15 | Construção de fazendas apícolas e piscícolas                                                      |  |  |  |
| 16 | Construção de estábulos para o gado leiteiro e de carne                                           |  |  |  |
| 17 | Construção de fazendas para equídeos                                                              |  |  |  |
| 18 | Promoção de feiras agropecuárias                                                                  |  |  |  |
| 19 | Construção do matadouro                                                                           |  |  |  |
| 20 | Construção de 1 aqueduto na aldeia Capunge e 4 minibarragens                                      |  |  |  |
| 21 | Construção de 2 pontes sobre o rio Cuima entre as aldeias de Sambuto e Chilambo                   |  |  |  |
| 22 | Construção de sistemas de abastecimento de água potável em Capunge e Damasco                      |  |  |  |
| 23 | Construção de armazéns comunitários (16)                                                          |  |  |  |
| 24 | Construção e apetrechamento do Centro de Investigação Agrícola - Huambo                           |  |  |  |
| 25 | Projeto de produção de sementes                                                                   |  |  |  |
| 26 | Projeto de produção de fertilizantes                                                              |  |  |  |
| 27 | Os trabalhadores agropecuários têm cursos de capacitação?                                         |  |  |  |
| 28 | Têm apoio das instituições públicas?                                                              |  |  |  |
| 29 | São incentivados a frequentar a escola?                                                           |  |  |  |
| 30 | Existem fatores que entravam a eficácia da gestão dos recursos públicos no desenvolvimento local? |  |  |  |

## 2. PROGRAMA DESENVOLVIMENTO TURISTICO-CULTURAL

|    |                                                                                         |  |  |  |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|
| 1  | Instalação de painéis informativos dos lugares turísticos                               |  |  |  |
| 2  | Melhoria de estradas e caminhos pedonais para os lugares turísticos                     |  |  |  |
| 3  | Construção de um museu arqueológico e antropológico                                     |  |  |  |
| 4  | Construção de aterros sanitários                                                        |  |  |  |
| 5  | Construção de um jardim botânico                                                        |  |  |  |
| 6  | Construção de um jardim zoológico para espécies em extinção                             |  |  |  |
| 7  | Capacitação e elaboração de um guia turístico                                           |  |  |  |
| 8  | Formação em hotelaria e restauração                                                     |  |  |  |
| 9  | Formação e sensibilização sobre proteção e conservação do meio ambiente                 |  |  |  |
| 10 | Investigação arqueológica e antropológica e respetivos registos                         |  |  |  |
| 11 | Conservação das bacias hidrográficas                                                    |  |  |  |
| 12 | Reflorestação com plantas nativas                                                       |  |  |  |
| 13 | Requalificação, conservação e classificação da zona de pinturas rupestres de Kaninguili |  |  |  |
| 14 | Construção da Ombala de Samissassa                                                      |  |  |  |
| 15 | Requalificação dos monumentos da região do Huambo                                       |  |  |  |
| 16 | Reabilitação do sistema da Missão Adventista do Bongo                                   |  |  |  |
| 17 | Requalificação da Envolvente do Centro Cultural do Huambo                               |  |  |  |
| 18 | Construção de uma academia de Língua Nacional Umbundo                                   |  |  |  |

|    |                                                               |  |  |  |
|----|---------------------------------------------------------------|--|--|--|
| 19 | Construção do museu do Provincial                             |  |  |  |
| 20 | Construção do centro cultural do Ucuma                        |  |  |  |
| 21 | Construção da escola de hotelaria e turismo                   |  |  |  |
| 22 | O turismo influencia para o aparecimento de outras atividades |  |  |  |